



**Fundação Casa de Rui Barbosa**

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Rayanne Adenor Busquet

**Centro de Memórias Antigo Quintino: uma proposta de ocupação  
para o edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – Cachoeiras de  
Macacu – RJ**

Rio de Janeiro

2020



Rayanne Adenor Busquet

**Centro de Memórias Antigo Quintino: uma proposta de ocupação para o edifício  
do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – Cachoeiras de Macacu – RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes

Rio de Janeiro

2020

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

### FCRB

B979c

Busquet, Rayanne Adenor

Centro de Memórias Antigo Quintino: uma proposta de ocupação para o edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – Cachoeiras de Macacu – RJ / Rayanne Adenor Busquet. – Rio de Janeiro, 2020.

125 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes.

Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020.

1. Construções históricas – restauro e conservação. 2. Edifícios para escolas. 3. Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. 4. Sistema Municipal de Cultura de Cachoeiras de Macacu. I. Lopes, Antônio Herculano, orient. II. Título.

CDD: 721.0288727

*Responsável pela catalogação:*

*Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329*

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

Data

Rayanne Adenor Busquet

**Centro de Memórias Antigo Quintino: uma proposta de ocupação para o edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – Cachoeiras de Macacu – RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial.

Aprovado em:

Orientador:

---

Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes  
FCRB

Banca examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Pessoa dos Santos  
FCRB

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joëlle Rachel Rouchou  
FCRB – Suplente

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias  
Universo

---

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça  
UFF – Suplente

Rio de Janeiro  
2020



## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às minhas amadas avós,  
que me mostraram, desde pequena, o valor da  
memória.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes, por nunca ter permitido que eu desistisse deste sonho. Muito obrigada por toda a paciência, todo o carinho, toda a compreensão e toda a confiança.

À Fundação Casa de Rui Barbosa, que me proporcionou a oportunidade de chegar a um lugar que jamais imaginei e me presenteou com tantos aprendizados valiosíssimos. Quero registrar aqui todo meu respeito e gratidão a essa instituição imprescindível que certamente irá se reerguer após a tempestade.

A todos os professores com quem tive a honra de estudar ao longo desse curso, dentro e fora da instituição: Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Heymann, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Rebel, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Soraia Reolon, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Laura do Carmo, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aparecida Rangel, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eula Cabral e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Mesquita.

Aos integrantes da minha banca de qualificação, que com tamanha atenção e sensibilidade contribuíram tanto para o aperfeiçoamento deste trabalho: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Pessoa, novamente Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Mesquita, Prof. Dr. Paulo Knauss e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joëlle Rouchou.

Aos meus colegas de curso, principalmente à minha amada Madalena por ter me tratado como sua filha o tempo todo. Todos foram fundamentais nesse processo, por todos os momentos e conhecimentos que compartilhamos.

Aos jornais *Estado em Notícias*, *A Noite*, *O Fluminense* e *Jornal do Commercio* e também à Fundação Macatur por terem disponibilizado parte de seus acervos para consulta.

Aos companheiros de luta pela cultura de Cachoeiras de Macacu. Um agradecimento especial a Vinícius Maia Cardoso, que abriu caminhos e muito me ensinou e inspirou ao longo dos anos em que caminhamos juntos em defesa da história, da memória e do patrimônio cultural da nossa cidade.

A Acyr Neto e sua família, por terem estado ao meu lado em muitos dos momentos mais difíceis que enfrentei ao longo desse curso.

A Paloma Cristina e Gabriela Pimenta, amigas queridas que fizeram tudo o que puderam para me ajudar a concluir este trabalho.

A Tarry Lay por todo amor, respeito, paciência e incentivo.

Aos meus familiares que se orgulham de mim.



O passado nunca está morto. Nem sequer passou.  
(William Faulkner, 1951)

## RESUMO

BUSQUET, Rayanne Adenor. *Centro de Memórias Antigo Quintino: uma proposta de ocupação para o edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – Cachoeiras de Macacu – RJ*. 2020. 124.f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.

O edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva, inicialmente chamado Grupo Escolar Cachoeiras, foi construído na primeira metade do século XX, ao mesmo tempo que diversos outros no estado do Rio de Janeiro. O modelo educacional implementado nos grupos escolares, que se baseava nos ideais positivistas da república recém-criada no Brasil, se reflete na monumentalidade dos espaços construídos para seu funcionamento. Popularmente chamado de Antigo Quintino, o edifício mencionado trouxe diversas transformações a Cachoeiras de Macacu e hoje guarda memórias que são valiosas para muitos moradores. A função escolar daquele espaço se encerrou na década de 1970, dando lugar a outras atividades até seu fechamento e abandono em 2011. Para afirmar a importância de sua preservação, este trabalho expõe os resultados de um extenso levantamento de fontes primárias acerca dos acontecimentos passados ligados ao edifício. Expõe também um histórico da criação do Sistema Municipal de Cultura de Cachoeiras de Macacu, suas características e seus desdobramentos na área de patrimônio e memória, que deram origem, em 2018, a um movimento pela recuperação do edifício. Apresenta-se, por fim, uma proposta de ocupação do Antigo Quintino baseada em necessidades do setor cultural macacuanas identificadas através do Sistema Municipal de Cultura.

Palavras-chave: Cachoeiras de Macacu. Grupos escolares. Políticas culturais. Memória.

## ABSTRACT

BUSQUET, Rayanne Adenor. *Center of Memories Antigo Quintino: an occupation proposal for the Grupo Escolar Quintino Bocaiúva building – Cachoeiras de Macacu – RJ. 2020. 124.f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.*

The Grupo Escolar Quintino Bocaiúva building, first called Grupo Escolar Cachoeiras, was built in the early 20<sup>th</sup> century, at the same time that many others in Rio de Janeiro state. The educational model implemented in the school groups, which was based on the positivist ideals of the newly created republic in Brazil, is reflected on the monumentality of the spaces built for its operation. Popularly called Old Quintino, the mentioned building brought many transformations to Cachoeiras de Macacu and today it holds memories that are valuable to many residents. The school functioned in that building until the 1960's and then gave place to other activities until its closure and abandonment in 2011. As a statement of the importance of its preservation, this work shows the results of an extensive survey based on primary sources about past events connected to the building. It also presents a history of the Municipal Culture System of Cachoeiras de Macacu, its characteristics and its development in the area of heritage and memory, which gave rise, in 2018, to a movement for the restoration of the building. Finally a proposal for the occupation of the Old Quintino is presented – based on the needs of the Macacuan cultural sector identified through the Municipal Culture System – the creation of a center of memories.

Keywords: Cachoeiras de Macacu. School groups. Cultural policies. Memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Área central da sede de Cachoeiras de Macacu.....	25
Fotografia 1	Fachada do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva à época de sua construção.....	37
Fotografia 2	Fachada do Fórum de Justiça à época de sua construção.....	37
Fotografia 3	Fachada do Centro Cultural Casarão de Japuiba.....	55
Fotografia 4	A atual Praça Duque de Caxias na década de 1940.....	56
Fotografia 5	Conjunto arquitetônico tombado pelo Decreto Municipal nº 2.882/2012 visto da direita para a esquerda.....	57
Fotografia 6	Parte conjunto arquitetônico tombado pelo Decreto Municipal nº 2.882/2012 visto da esquerda para a direita, à noite.....	57
Fotografia 7	Artistas locais em ato do movimento Tombar não é Derrubar nos escombros do antigo Bar do Gulilinho.....	58
Fotografia 8	Fachada da agência da Caixa Econômica Federal.....	58
Fotografia 9	O Antigo Quintino em 2014, fechado.....	59
Fotografia 10	Equipe do Projeto Memórias durante gravação de entrevista.....	61
Fotografia 11	Fase inicial do projeto Histórias, Memórias e Identidades Macacuanas.....	61

Fotografia 12	Inauguração do Centro de Documentação Municipal.....	62
Fotografia 13	Parte dos participantes do Mutirão pelo Quintino.....	65
Fotografia 14	Registro feito em frente ao Antigo Quintino no dia 15 de maio de 2018.....	65
Fotografia 15	Apresentação de artistas locais no interior do Antigo Quintino.....	66
Imagem 1	Comentário feito em rede social por uma ex-aluna sobre o Mutirão pelo Quintino.....	67
Fotografia 16	Antes e depois do hall de entrada do Antigo Quintino no dia 9 de junho de 2018.....	68
Fotografia 17	Edição de inverno de 2018 da Feira Ciclos da Terra.....	69
Fotografia 18	O arquiteto Luiz Felipe da Cunha e Silva com integrantes do MAQ e participantes da Feira Ciclos da Terra no interior do Antigo Quintino.....	70
Imagem 2	Esboço da distribuição do térreo do Antigo Quintino pretendida pela Amaq entregue à PMCM.....	74
Imagem 3	Esboço da distribuição do primeiro piso do Antigo Quintino pretendida pela Amaq entregue à PMCM.....	75
Fotografia 19	Centro de Documentação Municipal em abril de 2018.....	77
Fotografia 20	Documentos amontoados no Centro de Documentação Municipal em abril de 2018.....	77

Fotografia 21	Livros remanescentes da Biblioteca Municipal Cônego Leocílio Nunes.....	90
Desenho 1	Disposição dos elementos na sala de leitura.....	91
Fotografia 22	Parte do material do Centro de Documentação Municipal sujo e disposto na estante de forma inadequada.....	94
Organograma 1	Sugestão de organização para a área de armazenamento de fundos de arquivos no Centro de Documentação Municipal.....	96
Organograma 2	Sugestão de organização para a área de armazenamento de coleções no Centro de Documentação Municipal.....	97
Organograma 3	Quadro profissional inicial do Centro de Memórias Antigo Quintino.....	105



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Amaq	Associação do Movimento pelo Antigo Quintino
BN	Biblioteca Nacional
CaWell	Casa da Arte Wellington Lyra
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CMPC	Conselho Municipal de Políticas Culturais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Icom	<i>International Council of Museums</i>
MAQ	Movimento pelo Antigo Quintino
PIB	Produto interno bruto
PMCM	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu
PSB	Partido Socialista Brasileiro
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
RJ	Rio de Janeiro (estado)
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universo	Universidade Salgado de Oliveira

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1</b>	<b>ALICERÇANDO O PROGRESSO: O GRUPO ESCOLAR QUINTINO BOCAIÚVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO INÍCIO DO SÉCULO XX EM CACHOEIRAS MACACU.....</b>	<b>24</b>
1.1	A escola e os lugares de memória.....	26
1.2	Os grupos escolares como símbolos de poder.....	31
1.3	Cachoeiras de Macacu no século XIX.....	33
1.4	A educação para o progresso.....	36
1.5	Uma grande lacuna.....	43
<b>2</b>	<b>O MOVIMENTO PELO ANTIGO QUINTINO: UMA LONGA HISTÓRIA.....</b>	<b>45</b>
2.1	Políticas culturais em Cachoeiras de Macacu.....	46
2.1.1	<u>O Conselho Municipal de Políticas Culturais.....</u>	48
2.1.2	<u>Secretaria Municipal de Cultura.....</u>	49
2.1.3	<u>Conferência Municipal de Cultura.....</u>	49
2.1.4	<u>Plano Municipal de Cultura.....</u>	51
2.2	As políticas culturais de patrimônio e memória em Cachoeiras de Macacu.....	51
2.3	O Movimento pelo Antigo Quintino.....	64
<b>3</b>	<b>PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIAS ANTIGO QUINTINO.....</b>	<b>74</b>

3.1	<b>Um centro de memórias, no plural</b> .....	78
3.2	<b>Justificativa</b> .....	80
3.2.1	<u>Missão e visão</u> .....	83
3.3	<b>Finalidade e área de especialização</b> .....	83
3.3.1	<u>Programa de História Oral do Antigo Quintino</u> .....	84
3.4	<b>Distribuição do espaço interno</b> .....	89
3.4.1	<u>Biblioteca e sala de leitura</u> .....	89
3.4.2	<u>Centro de Documentação Municipal</u> .....	92
3.4.3	<u>Salas de exposição</u> .....	98
3.4.4	<u>Sala multiuso</u> .....	99
3.4.5	<u>Preservação e Programa de História Oral</u> .....	100
3.4.6	<u>Administração e depósito</u> .....	102
3.4.7	<u>Acessibilidade</u> .....	102
3.5	<b>Aquisição, armazenamento e segurança do acervo</b> .....	103
3.6	<b>Recursos humanos</b> .....	104
3.6.1	<u>Programa de aprendizagem e estágio</u> .....	105
3.6.2	<u>Programa de voluntariado</u> .....	108
3.7	<b>Público alvo e atendimento ao público</b> .....	109
3.8	<b>Um universo de possibilidades</b> .....	110

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

O desejo de realizar este trabalho vem do meu envolvimento pessoal com o ativismo cultural em Cachoeiras de Macacu<sup>1</sup>, local onde nasci e cresci, e especificamente com o edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Fui uma garota introvertida e, durante a minha adolescência, ao longo do Ensino Médio, incontáveis foram as horas que passei na Biblioteca Municipal – que se localizava no referido edifício – ao sair da escola. Lá, eu perdia a noção do tempo utilizando a coleção da Enciclopédia Barsa para pesquisas escolares ou para saciar curiosidades aleatórias em um tempo em que a *internet* era ainda bem menos difundida, descobrindo o gosto pela literatura, sonhando em subir as lindas e proibidas escadas de madeira para saber como era lá em cima, e até mesmo vivendo minhas primeiras aventuras amorosas através de bilhetinhos e cochichos escondidos da rígida dona Carlota, a bibliotecária. Memórias preciosas, que não só aquecem meu coração sempre que vêm à tona, como também são parte do que eu sou, de como vivo, de como enxergo o mundo e de como me coloco nele.

Quando decidi me inscrever no processo seletivo para este mestrado, minha esperança era ser capaz de produzir algo que fosse útil para a valorização da memória local em minha terra natal. Quando tomei aquela decisão, fazia dois anos do início do meu engajamento em atividades ligadas a essa temática – durante minha graduação em história – e aproximadamente seis meses do meu ingresso no Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) de Cachoeiras Macacu. Dito isso, escrevo este texto em primeira pessoa porque não alimento a ilusão de que seria capaz de pôr de lado inteiramente a minha subjetividade, apesar de não me distrair da constante preocupação em ampliar minha visão para além das minhas próprias experiências e de desejar manter, é claro, o rigor científico.

A proposta que será apresentada aqui é fruto de um movimento – do qual faço parte – que se desdobrou no município em prol da recuperação do edifício mencionado. Esse movimento tem suas origens em construções coletivas do setor cultural macacano – bem como suas dinâmicas no que tange às relações entre a população e o poder público local – iniciadas muito antes da minha chegada.

---

<sup>1</sup> Cachoeiras de Macacu é um município localizado a cerca de 100 km a nordeste da cidade do Rio de Janeiro, na

Diversas foram, ao longo dos anos, as tentativas por parte do poder público de instituir uma espécie de identidade municipal em Cachoeiras de Macacu, por meio de expressões exaustivamente repetidas: “município agrícola”, “paraíso das águas cristalinas” e a mais recente, adotada pela gestão anterior<sup>2</sup>, “cidade participativa” são alguns exemplos. Essas tentativas, além de algumas vezes não serem condizentes com a realidade que se presencia no cotidiano, não levam em consideração as diversas expressões culturais locais, as produções acadêmicas, nem qualquer tipo de observação social mais profunda. São nitidamente elaboradas de acordo com a imagem que se quer construir para atingir objetivos que ficam muito claros quando observamos aspectos de campanha, de governo e até mesmo pessoais das gestões durante as quais são criados e reforçados os *slogans*.

A superficialidade dessas expressões pode ser observada na primeira expressão citada – muito utilizada durante um longo período em que o município foi governado por um latifundiário –, que passa longe de ser verdadeira: segundo o censo 2010<sup>3</sup> cerca de 90% dos habitantes do município vive na área urbana e, ainda segundo o IBGE<sup>4</sup>, a agropecuária é, com folga, a atividade econômica menos significativa no PIB municipal. O discurso raso também se apresenta na última das expressões que usei como exemplo: essa foi a marca de campanha do candidato que assumiu o executivo municipal em janeiro de 2017, porém, a partir daquele ano, os conselhos municipais, os funcionários públicos e as organizações sociais foram desrespeitados muitas vezes.

Existe uma extensa discussão de estudiosos acerca do papel político – no sentido de posicionamento e de relações de poder – das tentativas de estabelecimento de identidades, sejam elas no âmbito nacional ou no âmbito local. Benedict Anderson, por exemplo, afirma que as nações – e, portanto, as identidades nacionais – são comunidades políticas imaginadas<sup>5</sup>, já que, sendo sistemas de representação, não correspondem ao todo, a todos os grupos que formam uma nação e, portanto, não podem ser unificadas, seja pela narrativa em

---

<sup>2</sup> A gestão encerrada em 2020 foi de Mauro Soares (PSB), eleito prefeito de Cachoeiras de Macacu com 81,42% dos votos válidos em 2016. As eleições municipais daquele ano foram problemáticas, pois um dos candidatos teve sua candidatura indeferida, repetindo o que já havia acontecido em 2012, com outro candidato. Com isso, 34,76% do total de votos foi considerado nulo. Ainda assim, os votos anulados totalizaram 12.674, enquanto Mauro Soares obteve um total de 18.574 votos, se tornando o prefeito mais votado da história local recente.

<sup>3</sup> Ver <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=33&dados=29>

<sup>4</sup> Segundo o instituto, de um total de pouco mais de 948 milhões de reais, o setor agropecuário agregava apenas, aproximadamente, 42 milhões de reais ao PIB municipal em 2018. A série histórica desenvolvida pelo órgão mostra que, por mais que os números mudem de ano a ano, a diferença permanece muito grande pelo menos desde 2010, quando a série se inicia. Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cachoeiras-de-macacu/pesquisa/38/47001?tipo=grafico&indicador=47006>

<sup>5</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 2008, p. 32.

si, pelas origens ou pelas manifestações culturais e/ou sociais. Stuart Hall aprofunda essa discussão afirmando que as identidades que estão se formando na modernidade têm ênfase no aspecto local em detrimento do nacional e são multifacetadas<sup>6</sup>. De acordo com a concepção de Hall, um mesmo indivíduo pode fazer parte de diversos grupos e pode, portanto, assumir diversas identidades interligadas ou não e mostrá-las, afirmá-las, defendê-las ou apropriar-se delas de acordo com a necessidade do momento.

Cachoeiras de Macacu era formada por três distritos até 2015, quando a Lei Complementar Municipal nº 39, de 17 de abril daquele ano unificou o município em um só distrito. Na prática, essa alteração não modificou os modos de vida locais e as regiões que compunham esses distritos ainda são bastante diferenciadas entre si. As regiões contêm, ainda, subgrupos que se conectam ou conflitam com outros. Frequentemente indivíduos que fazem parte de um determinado grupo entram em conflito, devido a outros grupos dos quais fazem parte paralelamente. Quando falo em grupos não me refiro necessariamente a formas de organização concretas, mas também àquelas que simplesmente se identificam, mesmo que de forma dispersa e despreziosa, por um mesmo viés, como as mulheres, os evangélicos, os lgbtqi+, os universitários, os espiritualistas, os comerciantes, os profissionais da educação, os trabalhadores rurais, entre outros.

Se por um lado coexistem essas tantas identidades fragmentadas que não podem ser ignoradas, por outro existem pontos em comum de nostalgia, como a ferrovia que, embora já não exista mais, ainda toca os corações até mesmo das gerações que não puderam presenciar sua existência física. Também existem momentos históricos que precisam ser resgatados do esquecimento, como a intensa repressão vivida no município durante a ditadura militar que tentou silenciar muitas memórias que ainda ecoam como “memórias subterrâneas”<sup>7</sup>. A própria história local da ferrovia evidencia – embora muitos moradores ainda não tenham consciência disso – essa resistência: a destruição de seus vestígios comprova o ataque às memórias dos trabalhadores urbanos que, ao lado dos camponeses, lutaram contra o regime. Mas essas memórias nunca deixaram de se manifestar de uma forma ou de outra.

Trazendo a discussão especificamente para o aspecto governamental, José Reginaldo Santos Gonçalves afirma que a construção de uma identidade também pode ser “o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade”. Quando definida pelo Estado, ela é quase – ou totalmente – imposta, de modo a poder tornar-se ameaçadora para os grupos que

<sup>6</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2015, p. 29.

<sup>7</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*, 1989, p. 4.

não estão no poder, principalmente em tempos de autoritarismo. O autor também faz uma pergunta que é pertinente na construção deste trabalho: quando precisamos de uma identidade? Acredito que precisamos de uma identidade quando não somos capazes de nos reconhecer e nos valorizar como grupo e como indivíduos; quando perdemos a ligação com o nosso lugar e nossos aspectos em comum.

Diversos estudos na área das políticas culturais trazem uma luz a essa questão, colocando as políticas culturais locais como promotoras da convivência pacífica entre grupos diferentes e da valorização de grupos menos favorecidos, como estímulo para a descoberta da diversidade e do afeto pelo lugar em que se vive. Ao contrário da maioria dos municípios do interior, Cachoeiras de Macacu possui um Sistema Municipal de Cultura (SMC), que foi consolidado e garantido por lei em setembro de 2012, após anos de discussões e de luta dos agentes culturais locais. Esse sistema é composto por seis instâncias, dentre elas o CMPC, do qual fiz parte entre 2017 e 2020 como representante do setorial de patrimônio e memória. Mais informações a respeito do SMC serão apresentadas no segundo capítulo.

Quando se discute o desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio cultural e da memória de determinado local, é preciso fazer escolhas e é imprescindível que os grupos humanos que o habitam reconheçam o valor dos elementos escolhidos. Tendo isso em mente, no dia 26 de janeiro de 2017, realizamos um encontro com intuito de levar informação às pessoas sobre o papel do conselho e de ouvir impressões e sugestões que pudessem pautar nossa atuação. Dentre os assuntos levantados pelos participantes, estava a situação do edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva, sendo esse o tema que mais despertou o interesse dos presentes.

Mais conhecido em Macacu como Antigo Quintino, o edifício é o coração deste trabalho. Trata-se de uma construção do início do século XX, que já teve diversas finalidades. A partir de 1933, funcionou como escola estadual até a década de 1960<sup>8</sup>, quando houve a

---

<sup>8</sup> Naquela década, um acontecimento muito marcante na memória local se desenrolou: os alunos do Ginásio Carlos Brandão – que acredito ter sido uma renomeação do Ginásio Ernani do Amaral Peixoto, que funcionava no mesmo edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva – construíram, em mutirão, a escola que hoje é o Colégio Municipal Carlos Brandão. Esse evento foi noticiado pelo jornal *Diário Carioca*, na página 8 da edição 11.171, no dia 21 de agosto de 1964. A matéria descreve a escola como “moderna” e classifica o trabalho dos alunos que a construíram como um exemplo de “idealismo e amor à educação”. Informa, ainda, que a nova escola abrigava 300 alunos do “velho prédio do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva”.

Ainda sobre a realocação dos alunos, diversos entrevistados do documentário escolar *Quintino Bocaiúva: uma escola que ousou ser republicana* relatam brevemente suas experiências naquele momento, citando também a Escola Ferroviária 28 de Fevereiro – conhecida localmente como “Liceu” – como um outro local para onde os alunos foram enviados para aguardar a resolução dos problemas do edifício do grupo escolar.

necessidade de uma reforma<sup>9</sup> e os alunos foram retirados do edifício, e divididos entre as escolas próximas para, inicialmente, aguardar a obra. Posteriormente, os alunos foram transferidos para o então recém-construído Colégio Estadual Quintino Bocaiúva, que ainda está em funcionamento e possui um espaço muito mais amplo. A reforma do grupo escolar não se concretizou. Depois disso, tornou-se núcleo do estado da Junta Militar<sup>10</sup> e, nesse tempo, uma das salas foi modificada. Por último, abrigou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura<sup>11</sup> e, ao mesmo tempo, a Biblioteca Municipal Cônego Leocílio Nunes<sup>12</sup>. A secretaria foi transferida de endereço em 2011 devido a rumores que diziam que o assoalho de madeira do primeiro piso corria risco de ceder. A biblioteca foi desativada alguns meses depois, perdeu-se o rastro da maior parte de seu acervo e o prédio ficou fechado, sem uso e sem manutenção.

Após o fechamento do edifício, muitas pessoas começaram a se posicionar em defesa de sua preservação, mas nenhuma medida efetiva de mobilização havia sido tomada até recentemente. Foi somente em uma assembleia do CMPC que um grupo foi envolvido por entusiasmo e decidiu fazer uma intervenção no local, dando origem, assim, ao Movimento pelo Antigo Quintino (MAQ). O movimento conquistou rapidamente o apoio da população, o que confirma a existência do reconhecimento popular em relação ao valor do edifício. Seu

---

<sup>9</sup> O jornal *O Fluminense* publicou, em 15 de maio de 1975, na página 13 de sua edição nº 21.999, uma seção especial devido ao aniversário de Cachoeiras de Macacu, exaltando os feitos do então prefeito, Ruy Coelho Gomes. Relatou que o prefeito aguardava uma visita da Secretária de Educação estadual, Mirthes Wenzel, para, entre outras coisas, analisar o “problema da reforma do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva” e “a possibilidade de construção de uma nova unidade escolar”.

Em 11 de fevereiro do ano seguinte, na edição 22.230, o mesmo jornal publicou, na página 14, que a reforma ainda não havia sido realizada. Relatou a destruição parcial das janelas, que causava inundação das salas em dias de chuva e denunciou a sujeira das paredes e a precariedade do sistema de esgoto.

<sup>10</sup> Além de relatos de moradores que viveram à época, há uma publicação do jornal *O Fluminense*, no dia 6 de agosto de 1982 – edição 3.487, página 2 –, que diz que doze policiais militares seriam instalados na cidade, ficando alojados no “antigo Grupo Escolar Quintino Bocaiúva”.

<sup>11</sup> Houve um tempo em que outras pastas foram anexadas àquela secretaria. Alguns documentos relativos ao SMC mostram, por exemplo, que em 2006 a secretaria alocava as pastas de educação, cultura, esporte e lazer; Em 2008, educação e cultura foram separadas: a Secretaria de Educação permaneceu no prédio e a pasta da cultura foi realocada na então recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Indústria e Comércio.

<sup>12</sup> Todas as informações que encontrei sobre o religioso estão ligadas à cidade de Niterói e mostram que ele teve fortes laços com o governador Paulo Torres na década de 1960. O governador era filho de Maria Zulmira Torres, que tem seu nome em uma praça em Japuiba, em um dos colégios estaduais mais conceituados de Cachoeiras de Macacu e também em um colégio estadual em Cantagalo, local de nascimento de Paulo Torres. No *blog* escolar do colégio de Cantagalo, encontra-se a informação de que Maria Zulmira Torres nasceu em Cachoeiras de Macacu (à época Sant’Anna de Japuhya) em 1869, mudou-se com a família para Cantagalo em 1983 e para Niterói em 1907, onde seu filho exerceu o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro no início da Ditadura Militar, entre 1964 e 1966.

valor é tão expressivo que até mesmo jovens que nem sequer chegaram a entrar no prédio enquanto ele funcionava, aderiram à causa.

Ao longo de quase uma década de abandono, diversas sugestões de ocupação foram feitas por pessoas que têm uma relação de afeto com o prédio, imaginando uma realidade em que ele viesse a ser recuperado. Alguns exemplos são a criação de um museu, a criação de um novo centro cultural e o uso para atividades ligadas à educação. A atuação do MAQ conquistou a destinação de uma emenda parlamentar, aproximando aqueles sonhos de sua concretude.

Devido à extensão física interna e externa e à distribuição dos cômodos da construção, boa parte dessas sugestões pode ser implementada simultaneamente, desde que sejam feitas algumas adaptações. Assim, meu objetivo é apresentar uma proposta de criação de um centro de memórias no Antigo Quintino desenvolvida a partir das experiências prévias do setor cultural macacuano e das ideias populares expressas ao longo do tempo.

Para desenvolver essa proposta, me baseio tanto em textos consagrados de autores que tratam, dentre outros temas, de patrimônio cultural, memória e acervos, quanto em textos de pesquisadores que enfatizam a história local em seus trabalhos. Como fontes primárias, recorro a diversos documentos associados ao SMC, a livros administrativos da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu (PMCM) disponíveis no Centro de Documentação Municipal, a jornais e relatórios estaduais disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a edições do jornal local *Estado em Notícias*, a publicações em redes sociais, a vídeos do Projeto Memórias<sup>13</sup> e a um documentário produzido pelo Curta São José<sup>14</sup>.

Este trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, ao qual dei o nome de “Alicerçando o progresso” em referência à visão positivista de progresso que colocava os grupos escolares como pilares da sociedade republicana, desenvolvo uma reflexão acerca do processo de construção da memória e de como esse processo está ligado à educação formal nas sociedades ocidentais contemporâneas. Relaciono as características específicas do modelo educacional dos grupos escolares a alguns aspectos relevantes sobre o município no início do século XX, sejam eles já consolidados nas narrativas históricas locais ou não.

---

<sup>13</sup> O Projeto Memórias funcionou entre 2012 e 2016, e consistia na gravação de entrevistas em vídeo com moradores de Cachoeiras de Macacu acima dos 60 anos de idade.

<sup>14</sup> O Curta São José é um projeto audiovisual coordenado pelo professor Jorge Costa, com apoio do MacacuCine, realizado em duas escolas estaduais localizadas em Cachoeiras de Macacu: o Colégio Estadual São José, localizado na zona rural do município, e o CIEP 479 Dr. Mário Simão Assaf, na área urbana.

No segundo capítulo, exponho parte do processo de amadurecimento de uma consciência coletiva sobre políticas culturais em Cachoeiras de Macacu, que, embora ainda esteja se desenvolvendo, foi a base de estruturação do MAQ. Apresento também as ações do movimento ao longo de seu primeiro ano de existência e seus desdobramentos até chegar à conquista da emenda parlamentar para custear a recuperação do edifício.

No terceiro, apresento e justifico a proposta de criação do Centro de Memórias Antigo Quintino, propondo a ocupação de seu espaço interno, desde sua concepção até a formação da equipe de funcionários, sempre levando em consideração a realidade municipal.

## **1 ALICERÇANDO O PROGRESSO: O GRUPO ESCOLAR QUINTINO BOCAIÚVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO INÍCIO DO SÉCULO XX EM CACHOEIRAS DE MACACU**

Estava eu, em pleno sonho, caminhando pela rua 24 de Outubro, hoje Gov. Roberto Silveira e me deparei com uma escada de madeira, que levava ao telhado reluzindo de novo do prédio do antigo Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Ainda no sonho me surpreendi afirmando: *finalmente aconteceu...* Já desperto, lembrei da importância daquele monumento em ruínas e de pessoas que alicerçaram o conhecimento de várias gerações a partir daquele espaço. Dona Euridice, Maura Leite, Ana Damasco, professora Ada, Zilda Salvaya, Profa. Maria Emília, estou falando do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva e também daquela geração de professores que atacou o analfabetismo em nossa cidade.  
[...]

O texto acima foi publicado pelo jornal semanal *Estado em Notícias*<sup>15</sup>, um dos mais populares de Cachoeiras de Macacu. Seu autor é Miguel Guida<sup>16</sup>, que escreve a coluna “Conversando na sala”, sobre assuntos diversos, para o referido jornal. O grifo é do autor, e, assim como em todas as transcrições deste trabalho, mantive o texto exatamente como foi escrito, sem correções ou atualizações, para manter ao máximo a fidelidade.

O edifício citado duas vezes no texto foi construído pelo governo do estado do Rio de Janeiro, entre 1927 e 1933, sob responsabilidade do Departamento de Educação. Está localizado na Avenida Governador Roberto Silveira<sup>17</sup>, via pública que, pelo menos desde a década de 1930 até a construção da Praça Manoel Diz Martinez<sup>18</sup> e da Igreja Matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição na década de 1960, foi considerada uma das mais

---

<sup>15</sup> Edição 791. 29 de agosto de 2020, p. 4.

<sup>16</sup> Miguel Guida é conhecido principalmente devido ao ofício de dentista que exerce desde a década de 1960, tanto em sua clínica privada quanto em ações sociais ligadas à Igreja Católica. Realizou, por muitos anos, um trabalho educativo sobre saúde bucal direcionado aos estudantes do município. Vem de uma família de destaque local: seu irmão, o multiartista Paschoal Guida, recebeu uma homenagem póstuma ao ter seu nome batizando o cine-teatro municipal; seu pai, o comerciante Romeu Caetano Guida, também empresta seu nome a uma rua próxima ao centro da cidade.

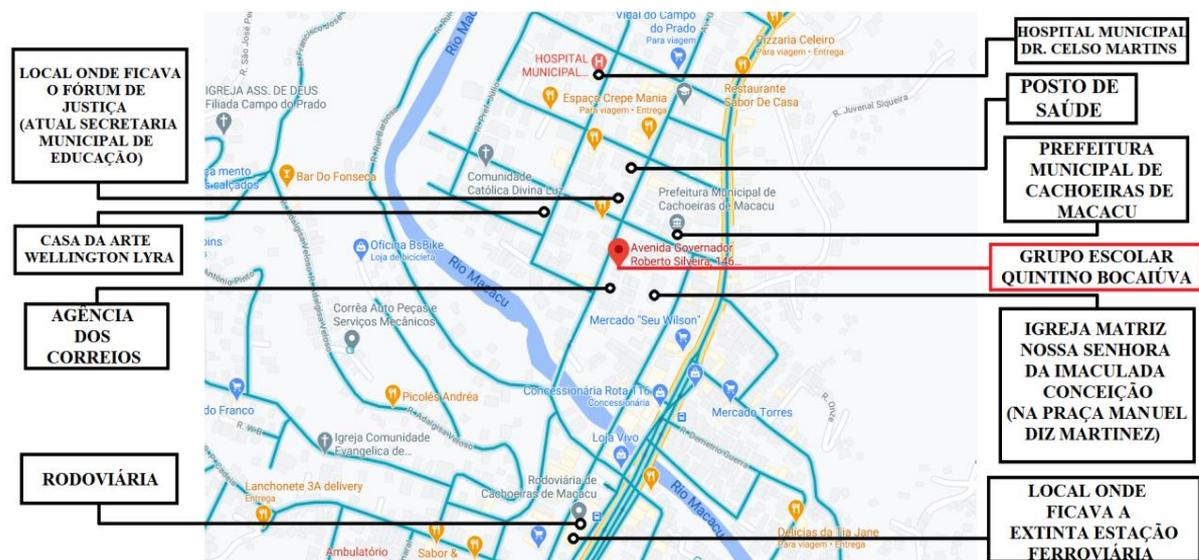
<sup>17</sup> Roberto Silveira trabalhou no jornal Diário da Manhã entre 1943 e 1946 e filiou-se ao então recém-criado PTB em 1945. Passou por diversos cargos políticos até ser eleito governador do estado do Rio de Janeiro em 1958. Faleceu em 1961. É provável que a referida avenida tenha recebido seu nome durante o mandato de Ubirajara Muniz, prefeito eleito em 1962 pelo PTB e cassado em 1964 pela ditadura militar.

De acordo com o texto de Miguel Guida, a avenida chamava-se 24 de Outubro nos anos iniciais de existência do edifício, possivelmente fazendo referência à data da deposição de Washington Luís em 1930, possibilitando que Getúlio Vargas assumisse o poder.

<sup>18</sup> Empresário espanhol, Manuel Diz Martinez foi escolhido como presidente da Sociedade Espanhola de Beneficência em 1920 e 1922 e membro da diretoria do Banco de Espanha e Brasil, tinha um escritório no Rio de Janeiro e residência na Fazenda Cachoeiras, em Cachoeiras de Macacu. Possuía diversas fábricas no município no início do século XX, além de uma usina hidrelétrica responsável pela iluminação pública. Empresta, hoje, seu nome não só à principal praça da cidade, mas também a uma rua próxima ao centro. Foi o doador do terreno onde foi construído o grupo escolar.

importantes do município. Em 1939, o então prefeito, Humberto Teixeira de Moraes<sup>19</sup>, escreve um ofício<sup>20</sup> ao diretor do Departamento Estadual de Administração das Municipalidades, Mário Alves, solicitando um auxílio de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis) para efetuar o calçamento das principais vias municipais, e usa a avenida em que se encontra o edifício como a mais relevante justificativa, alegando a necessidade urgente de seu calçamento devido ao trânsito considerável de automóveis se dirigindo a Nova Friburgo e ao norte fluminense que passavam por lá. Conforme mostra o Mapa 1, na mesma avenida foram construídos o fórum de Justiça em 1933 e o primeiro – e, até então, único – posto de saúde municipal em 1939. Também ficavam próximos à prefeitura – é possível que esta tenha ocupado o mesmo prédio que o fórum, mas faltam fontes que confirmem tal informação –, o centro comercial, a estação ferroviária e, mais tarde, o hospital e a Agência de Correios e Telégrafos, além da própria Praça Manuel Diz Martinez e da igreja. Esse posicionamento central do grupo escolar e a proximidade com tantos edifícios municipais fundamentais revela o destaque dado à educação na construção do modelo de sociedade que se pretendia criar.

Mapa 1 – Área central da sede de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Google Maps (2020), adaptado pela autora. O edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva foi destacado em vermelho e pontos de referência foram indicados.

<sup>19</sup> Humberto de Moraes foi nomeado prefeito em novembro de 1937 e permaneceu no cargo até fevereiro de 1940. Antes da nomeação, era o segundo secretário da ALERJ e havia se filiado ao então recém-criado Partido Social Republicano, extinto com o advento do Estado Novo.

<sup>20</sup> Ofício n° 22 de 8 de fevereiro de 1939.

O Grupo Escolar Quintino Bocaiúva<sup>21</sup> foi uma instituição de ensino estadual que funcionou ao longo de quatro décadas. Além do ensino primário diurno característico dos grupos escolares, o edifício também abrigou, a partir de 1939, o ensino noturno no que passaria a se chamar Ginásio Ernani do Amaral Peixoto<sup>22</sup> algum tempo mais tarde. Embora tenham sido dados a ele outros usos após a extinção do modelo educacional dos grupos escolares na década de 1960, resultante da disseminação das escolas funcionais, as lembranças dos moradores relacionadas aos tempos de escola são infinitamente predominantes. Como podemos notar com muita clareza no texto que abre este capítulo, a educação continua sendo, na memória dessas pessoas, o elemento de maior destaque.

### 1.1 A escola e os lugares de memória

Nossa memória é uma teia. Quem quer que já tenha disposto de certa sensibilidade para, em meio às urgências da contemporaneidade, demorar-se um pouco observando uma aranha tecer sua teia, eventualmente pode ter se questionado sobre diversos mistérios da natureza, dentre eles a forma como o primeiro fio é fixado em dois pontos diferentes, uma vez que o animalzinho não é capaz de voar. Lembro-me de uma aula de biologia sobre invertebrados no Ensino Médio em que fiz essa pergunta ao professor. Ele respondeu que, após a saída do primeiro fio – extremamente fino e adesivo – do corpo da aranha, ela fica pendurada esperando até que o vento a leve a outro ponto ao qual o fio possa aderir e, após isso, podendo caminhar de uma extremidade à outra, reforça-o com várias novas camadas; a partir desse primeiro fio muito resistente, inicia-se a construção do restante da estrutura de sustentação da teia em sua parte externa e, em seguida, os fios começam a se entrelaçar.

Notando a necessidade de se encontrar uma espécie de caminho do meio em relação às ideias de memória individual e memória coletiva, Paul Ricoeur defende a existência de um plano de interseção entre esses dois que cabe bem no que quero dizer:

---

<sup>21</sup> O grupo recebeu, inicialmente, o nome de Grupo Escolar Cachoeiras. Não se sabe ao certo quando recebe o nome de Quintino Bocaiúva, conhecidíssimo por sua atuação no processo de instauração da República no Brasil, mas é certo que em 1934 o edifício já se chamava assim.

<sup>22</sup> Ernani do Amaral Peixoto foi o interventor do estado do Rio de Janeiro de 1937 a 1945 e casou-se com Alzira Vargas em 1939. É bastante conhecido em âmbito estadual por ter sido capaz de estabilizar a política no estado após um período de intensa crise. Incentivou a industrialização no estado, instalando, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda e, ao mesmo tempo, valorizou as atividades agropastoris no interior. Com o fim do Estado Novo, fundou o Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito governador do Rio de Janeiro em 1950. Não pude encontrar a data exata em que seu nome foi dado ao referido ginásio.

Esse plano é o da relação com os próximos. [...] Entrementes, meus próximos são aqueles que me aprovam por existir e cuja existência aprovo na reciprocidade e na igualdade da estima. [...] Incluo entre meus próximos os que desaprovam minhas ações, mas não minha existência.<sup>23</sup>

Os “próximos” são, portanto, aqueles que sabem que existimos, que nos conhecem mesmo que minimamente, e, através dos contatos e experiências – positivas ou não – que compartilhamos ao longo da vida, são responsáveis por partes da construção da nossa memória; são fios da nossa teia. Sendo assim, a construção da nossa memória parte de uma experiência *nossa* com os próximos e que, por sua vez, sofre interferência indireta das pessoas que são próximas às pessoas próximas a nós e assim por diante. Da mesma forma ocorre o movimento inverso: nossas memórias, que já se originam sob influências múltiplas, têm reflexos nos diversos grupos nos quais estamos inseridos, se propagam, ainda que fragmentadas, e se misturam continuamente além de nossa existência. É, então, um processo geralmente involuntário que vai e volta e, ao mesmo tempo, é multidirecional.

Mas quais desses fios constituem a estrutura de sustentação da nossa memória? Ricoeur sustenta que não há “uma sociedade que não faça cruzar, no vínculo horizontal do viver juntos, o vínculo vertical da autoridade dos Antigos. [...] toda sociedade tem o encargo da transmissão, através das gerações, daquilo que ela considera suas conquistas culturais”.<sup>24</sup> A concepção de cultura como é posta nessa afirmação exprime a ideia daquilo que divide o ser humano e a natureza, como o trabalho e a linguagem simbólica. Isso inclui os hábitos, que, de acordo com Celso Castro e Julia O’Donnell, consistem em “atividades frequentemente repetidas de acordo com um padrão” e, portanto, são peças das interações cotidianas que nos ajudam a compreender a estrutura social de determinado grupo. Os autores explicam, ainda, que o hábito tem o papel social de fornecer “um padrão a partir do qual os agentes aprendem ‘como as coisas são’, sem que cada etapa tenha de ser definida de novo, etapa por etapa, cada vez que acontece”.<sup>25</sup> Isso se conecta à definição que Ricoeur nos dá a respeito da memorização:

A memorização [...] consiste em maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam disponíveis para uma efetuação marcada do ponto de vista

<sup>23</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 2007, p. 141.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>25</sup> CASTRO, Celso; O’DONNELL, Julia. *Introdução às ciências sociais*. 2015, p. 40-41.

fenomenológico por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade.<sup>26</sup>

O autor caracteriza a memorização como “memória artificial” e podemos dizer que a citação acima converge com o que foi dito antes sobre o hábito. É fundamental essa percepção da artificialidade dos hábitos, uma vez que tendemos a naturalizá-los por estarem tão internalizados em nós.

A primeira instituição social responsável pela transmissão da cultura e, portanto, pela internalização dos hábitos nos indivíduos é, obviamente, a família. A família corresponde, na minha analogia, ao primeiro fio da teia de aranha. Desde que nascemos, aprendemos, ou melhor, memorizamos, uma série de rotinas e regras, uma língua falada e algumas linguagens, uma hierarquia, modos de fazer e de nos comportarmos, muitos valores – incluindo os religiosos – e algumas tradições. Esses elementos, embora sempre presentes, são variáveis de família para família, mas coincidem em diversos pontos de acordo com um contexto social mais amplo, como o país ou até mesmo a região em que vivem essas famílias, questões socioeconômicas, questões étnicas, estrutura familiar, entre outros.

Myriam Moraes Lins de Barros destaca que, por serem “o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas”<sup>27</sup>, os grupos familiares têm tamanha importância na reconstrução do passado. Além dos grupos familiares, qualquer grupo social do qual um indivíduo faça parte pode se tornar um elemento de construção de sua memória, uma vez que pode constituir objeto de recordação; entretanto, aqueles grupos aos quais é possível associar um lugar ganham muito mais força nesse processo.

Os lugares estão sempre vinculados à memória e vice-versa, seja de forma proposital ou não, porque um lugar só é um lugar se nos remete a algo. O geógrafo Werther Holzer, citando Yi-Fu Tuan, diz que o “lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.”<sup>28</sup> Em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, Pierre Nora desenvolve o conceito de lugar de memória – que, nesse sentido, pode ser físico ou não – associando o processo de significação dos lugares a uma cristalização da memória gerada pela contemporaneidade, época “em que a consciência da ruptura com o passado se

<sup>26</sup> Ibid., p. 73.

<sup>27</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Memória e família*. 1989, p 33-34.

<sup>28</sup> TUAN, Yi-Fu apud HOLZER, Werther. *O lugar na geografia humanista*. 1999, p. 70. Yi-Fu Tuan é um dos mais importantes autores da geografia humanista, corrente que enfoca em seus estudos as experiências humanas em relação aos espaços.

confunde com o sentimento de uma memória esfacelada”.<sup>29</sup> Para o autor, qualquer esforço consciente de preservação da memória se afasta do que ele considera como memória espontânea. Curiosamente, os componentes da memória espontânea de Nora são os mesmos que compõem o que Ricoeur se refere como memória artificial, ou *ars memoriae*, embora ele também a associe aos lugares:

[A *ars memoriae*] constitui, quanto ao essencial, em associar imagens a lugares organizados em sistemas rigorosos, como numa casa, numa praça pública, num cenário arquitetural. [...] Quanto às ‘coisas’ figuradas pelas imagens e pelos lugares, trata-se de objetos, de personagens, de acontecimentos, de fatos relativos a uma causa a defender. O importante é que essas ideias estejam vinculadas a imagens e que esses tempos sejam armazenados em lugares.

[...]

[Na construção da memória artificial] os lugares são soberanamente escolhidos [...] e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinadas.<sup>30</sup>

Outra instituição que pode ser associada a um lugar e que se encarrega de transmitir símbolos e hábitos e, desse modo, dar continuidade à estrutura de sustentação da nossa teia, é a escola. Não se pode deixar de considerar, é claro, no século XXI, a importância da mídia e dos meios de comunicação nesse processo. Mas enxergo a escola como o segundo fio propriamente dito, porque, embora sempre presente, nos anos iniciais do indivíduo o acesso à mídia e aos meios de comunicação é guiado, selecionado e limitado pela família, constituindo, portanto, em uma espécie de continuação do que é transmitido por esse grupo. Sobretudo na escola primária, aprendemos novas regras, uma nova forma de gestão do tempo e do espaço – tanto físico quanto simbólico –, uma língua escrita e muitas novas linguagens, uma nova hierarquia, novos modos de fazer e pensar e alguns comportamentos que podem divergir do que aprendemos em casa. Conhecemos pessoas com valores diferentes dos que aprendemos em família e muitas vezes esses novos valores podem nos parecer mais adequados. Descobrimos diferenças e aprendemos, ao menos em teoria, a conviver com elas e a respeitá-las. Aprendemos, enfim, a viver, de fato, em sociedade<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. 1993, p. 12-13.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 76-77.

<sup>31</sup> Na primeira parte de seu artigo *Cultura e democracia*, Marilena Chauí apresenta uma oposição entre comunidade e sociedade. Para a autora, a diferença fundamental é que, em uma comunidade, preza-se pela unidade do grupo, e na sociedade a fragmentação é um dos elementos mais característicos, o que não exclui a necessidade de associação entre seus membros. Essa ideia de fragmentação pode ser aplicada ao que ocorre na passagem da convivência exclusivamente familiar de um indivíduo para o convívio diversificado próprio da

Como educadora, posso afirmar que a escola transmite e reforça, através de seus conteúdos e de suas práticas, símbolos cuidadosamente selecionados a partir de relações de poder, sejam elas harmônicas ou de disputa. Isso significa dizer que a escola tem sempre um papel político fundamental que não pode, de forma alguma, ser anulado, uma vez que ele é a própria essência da instituição. Sendo assim, muito além do espaço físico escolar, muitos dos símbolos que a escola transmite e reforça podem ser também considerados lugares de memória. De acordo com Nora, lugares de memória são elementos sociais aos quais é atribuída, por um indivíduo ou por um grupo, uma carga simbólica capaz de produzir um efeito de preservação de vestígios do passado e, portanto, de valorização de uma identidade. Ao contrário do que se possa imaginar, o conceito não está necessariamente relacionado a lugares físicos, à materialidade; pode referir-se também a uma esfera puramente simbólica e, portanto, imaterial. Em alguns casos, esses lugares já são pré-estabelecidos, como as datas comemorativas nacionais, por exemplo; em outros, vão sendo criados a partir das regras, referências, acordos e rotinas que vão sendo desenvolvidos no cotidiano escolar.

As práticas que levaram ao desenvolvimento da estrutura educacional semelhante à que conhecemos e estamos habituados hoje se instaura apenas na última década do século XIX, com a criação, em São Paulo, dos primeiros grupos escolares, que foram chamados de grupos justamente por reunirem os alunos de diversas escolas isoladas de uma região, que passam a dividir um único espaço maior. Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal<sup>32</sup> expõem que é nos grupos escolares que se inaugura o modelo educacional dividido em séries e com uma divisão padronizada do tempo. Os autores explicam, ainda, que, antes da criação desse modelo, a escola era “uma instituição que se adaptava à vida das pessoas – daí as escolas isoladas insistirem em ter seus espaços e horários próprios organizados de acordo com a conveniência da professora, dos(as) alunos(as) e levando em conta os costumes locais”.

O molde dos grupos escolares, que se espalhou rapidamente por diversos estados do país, tornou-se uma forte expressão do recém-implantado regime republicano ao criar um amplo leque de referências positivistas, provocando um considerável grau de transformação dos hábitos nas localidades em que esteve presente e, assim, desenhando, aos poucos, um novo modelo de sociedade.

---

escola, uma vez que o insere em um novo grupo expressivamente heterogêneo, dentro do qual é necessária a criação de novos e mais complexos elementos de identificação e pertencimento.

<sup>32</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. 2000, p. 25.

## 1.2 Os grupos escolares como símbolos de poder

A proclamação da República no Brasil, assim como a independência, não foi um projeto popular. O trecho abaixo foi retirado da conclusão do Manifesto Republicano de 1870:

Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito e a opinião dos povos; temos tornado conhecido o nosso pensamento.

[...]

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

[...]

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamos, perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

Assinado por 57 homens abastados, o manifesto é basicamente uma longa crítica ao regime monárquico e à Constituição de 1824, sobretudo no que tange ao poder moderador que ela garantia ao imperador. Apresenta, na verdade, pouca solidez em relação às causas que defende, mas, ainda assim, revela que os republicanos ansiavam por modificações significativas nos mais diversos aspectos do país, além de certa consciência da complexidade do que almejavam seus assinantes. Um dos pontos mais presentes no documento e expresso claramente pela frase que o encerra é o desejo de um afastamento em relação à Europa, de onde vinha a família real, para que fosse possível o estabelecimento de uma sociedade com seus próprios símbolos.

Duas décadas depois, após a implantação da República, um importantíssimo meio de superação dos obstáculos postos pela mudança e pela exclusão da maior parcela da população desse processo foi a criação dos grupos escolares, que foram definidos por Faria Filho e Vidal como “escolas-monumento”. Sobre essa monumentalidade, eles dizem:

[...] o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam inculcar nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Ibid., p. 25.

Se retornarmos ao texto de Miguel Guida no início deste capítulo, estaremos diante de um exemplo real da força daqueles símbolos, expressa na forma como o autor compreende o papel da escola e principalmente na percepção do grupo escolar como um monumento. Segundo Jacques Le Goff, um monumento é caracterizado pelo seu poder de fazer recordar; é o “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.<sup>34</sup> Mais do que impor uma imagem ao futuro, a arquitetura dos grupos escolares impunha deliberadamente uma imagem ao presente: uma imagem de ordem e de progresso.

A influência positivista nos grupos escolares não se limita ao simbolismo arquitetônico. Ela se torna ainda mais evidente nas práticas escolares. Antônio Vicente Marafioti Garnica afirma que “uma série de formações e informações complementares, defendidas e reproduzidas cotidianamente caracterizava essas instituições como templos do saber voltados à defesa dos ideais republicanos”.<sup>35</sup> É possível perceber a interferência desses ideais nos momentos iniciais dos grupos escolares principalmente na racionalização e na inflexibilização do tempo e do espaço: a organização das turmas por séries, a prática do ensino simultâneo, o engessamento da grade de horários e do calendário escolar, o uso de instrumentos para a marcação e sinalização do tempo, as filas, a disposição dos alunos e professores em sala de aula e a existência de espaços próprios para cada atividade. Outras práticas de padronização também evidenciam essa interferência, como a rigidez da hierarquia e da disciplina, o desenvolvimento e a aplicação de regimentos internos, a obrigatoriedade do uso de uniformes tanto por alunos quanto por professores e o desenvolvimento dos hábitos de higiene. Garnica traz uma observação valiosa sobre essas práticas:

A proposta didático-pedagógica dos grupos escolares, centrada na tríade escrever-ler-contar, formalmente não privilegiava um desses eixos em detrimento dos outros, mas não é equivocado afirmar que, se procurássemos uma ênfase temática, ela certamente recairia sobre o domínio da leitura e da escrita de modo que tais competências pudessem apoiar o surgimento de um espírito cívico e de civilidade. Os livros de leitura, usualmente, valiam-se de fábulas, contos de fundo moral, ensinamentos relativos à higiene e ao comportamento em sociedade. Visavam, inclusive, a uma educação das famílias: é interessante notar que das fileiras dos Grupos Escolares saíram as noções básicas relativas ao cuidado do corpo e do ambiente que

---

<sup>34</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 1990, p. 535, 548.

<sup>35</sup> GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. *Analisando imagens: um ensaio sobre a criação de fontes narrativas para compreender os Grupos Escolares*. 2010, p. 6.

influenciaram diretamente os núcleos familiares e, como consequência, os municípios [...]»<sup>36</sup>

Com base na declaração de Garnica, principalmente no que diz respeito aos efeitos das práticas didático-pedagógicas além da escola, me sinto à vontade para afirmar que, ao menos em partes, o propósito da fundação dos grupos escolares – o de fixar bases para o novo modelo de sociedade que se pretendia criar – foi alcançado.

### 1.3 Cachoeiras de Macacu no século XIX

A história de Cachoeiras de Macacu na segunda metade do século XIX tem algumas peculiaridades em relação ao que exibem os casos estudados por algumas das perspectivas historiográficas mais conhecidas, como explica Ailton Fernandes da Rosa Junior<sup>37</sup>:

[...] a região em questão – Vale do Guapi-Macacu - não era caracterizada, nesse momento, por grandes propriedades, o que reafirma nossa ideia de que esses trabalhadores eram livres e pobres e estavam inseridos em uma cadeia social e produtiva que os mantinha, em grande medida, ligados à terra, qual seja, a produção de alimentos que foram primordiais para o abastecimento do Rio de Janeiro nesse período. [...] em trabalhos de autores considerados clássicos como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, as referências à presença de trabalhadores pobres e livres, no período colonial e no império, eram feitas como se sua importância social fosse absolutamente irrelevante.

O que o autor expõe nesse trecho é baseado em registros paroquiais e relatos de viajantes, além de outros documentos, e revela a predominância das pequenas e médias propriedades em relação aos latifúndios na região. Sendo assim, embora houvesse a venda de excedentes no mercado interno, a agricultura de subsistência era a principal atividade econômica da região, além da extração de madeira<sup>38</sup>, fazendo com que sua população fosse majoritariamente rural.

A chegada da estrada de ferro entre 1860 e 1873, construída, inicialmente, de acordo com Vinicius Maia Cardoso, para transportar o café produzido na região de Cantagalo, ampliou significativamente as possibilidades econômicas em Macacu: a produção agrícola

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 4.

<sup>37</sup> ROSA JR, Ailton Fernandes. *Pobres rurais e desflorestamento no interior fluminense na segunda metade do século XIX*. 2013, p. 180.

<sup>38</sup> Ibid., p. 183.

dos latifúndios e os excedentes das propriedades menores eram escoados com mais facilidade. Ainda de acordo com Cardoso, eram transportados, além do café, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz e açúcar.<sup>39</sup>

Ao mesmo tempo em que favorecia, nesse sentido, a vida rural, a implantação da ferrovia impulsionou o desenvolvimento de núcleos urbanos nos arredores da ferrovia. Muitos moradores começaram trabalhar nas oficinas e estações. Inicialmente, os trens faziam apenas serviço de carga, mas alguns anos depois começaram a transportar passageiros também.

Durante as paradas, os viajantes se encantavam com as belezas do município, e isso fez com que o comércio começasse, aos poucos, a ser algo interessante a se investir.

As novas transformações exigiam uma melhor organização do município, que foi parte da extinta Vila de Santo Antônio de Sá e passou por diversas alterações territoriais e mudanças de nome até chegar ao que é hoje<sup>40</sup>. A divisão administrativa dos três distritos que tivemos até 2015 – Cachoeiras de Macacu, Sant’Anna de Japuíba e Subaio – só veio a ser realizada em 1911. Em 1923, a sede municipal que até então ficava no distrito de Sant’Anna de Japuíba, foi transferida para o distrito de Cachoeiras de Macacu, que é onde foi erguido o Grupo Escolar Quintino Bocaiúva entre 1927 e 1933. As duas primeiras décadas do século XX e metade da terceira são, ainda, uma grande lacuna na historiografia cachoeirense, e por isso eu não poderia dizer ao certo as razões que levaram à transferência. Os moradores de Sant’Ana de Japuíba contam, de geração em geração, que os documentos da sede teriam sido transportados em lombos de burro, na calada da noite, de um local para o outro. De acordo com o histórico divulgado pelo IBGE Cidades, a decisão foi tomada através da Lei Estadual nº 1790, de 12 de dezembro de 1923. Ainda não é possível confirmar se a história contada pelos japuibenses é real ou se foi criada no imaginário dos moradores como uma forma de lidar com a perda do *status*. É certo que, naquele período, o distrito de Cachoeiras estava se desenvolvendo muito mais rápido em relação aos outros dois. Em 1927 iniciam-se as obras de construção do Grupo Escolar Cachoeiras<sup>41</sup> – cujo nome de Quintino Bocaiúva já aparece em 1934, embora eu não possa precisar o momento exato da mudança nem quem a

<sup>39</sup> CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do colégio: família, fortuna e escravidão no vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. 2012, p. 247 - 248.

<sup>40</sup> Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cachoeiras-de-macacu/historico>.

<sup>41</sup> Informação encontrada a partir da leitura de um dos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (RJ), disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que presta contas de despesas do estado. A despesa para a construção do grupo escolar foi no valor de 120:750\$000 (cento e vinte contos e setecentos e cinquenta mil réis). O relatório mostra, ainda, outras despesas no município, como a construção do fórum, no valor de 123:100\$000 (cento e vinte e três contos e cem mil réis) e uma provável reforma do prédio que abrigava a cadeia e o quartel, no valor 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis).

ordenou –, o que, numa época e numa localidade em que os meios de transporte, quando existiam, eram ainda precários, é um indício de que a população da nova sede havia crescido mais que a dos outros distritos. Além disso, em 1928 o *Jornal do Commercio* publica o seguinte:

[...] Manoel Diz Martinez, fazendeiro, comerciante e industrial, domiciliado na Villa de Cachoeiras, solicitou que lhe fossem concedidos, para si, empresa que organizar, firma commercial ou sociedade anonyma que constituir, os favores da Lei nº 717, de 6 de Novembro de 1905, para o aproveitamento da força hydraulica das quedas existentes no Rio Macacu na Fazenda denominada Cachoeiras, no primeiro districto do município de Sant'Anna de Japubyba, neste Estado, para produzir energia electrica para fins industriais [...]<sup>42</sup>

Ainda sobre Manoel, o jornal *A Noite*, numa seção chamada Notícias de Cachoeiras de Macacu, publica em 1929:

O capitalista Manoel Diz Martinez, da firma ‘Bouças, Martinez & Cia.’ proprietário da ‘Confeitaria Avenida’ desta capital, está tratando da organização de uma companhia com elementos industriaes allemães, afim de montar uma fábrica de papel no ‘Campo do Prado’, desta cidade, onde o mesmo Sr. Martinez, tem sua usina de força e luz electricas. Os incorporadores da aludida companhia aqui estiveram ultimamente escolhendo o local para uma outra usina electrica e para a edificação do grande prédio onde serão instalados machinismos modernos para tal indústria.<sup>43</sup>

A matéria do jornal *A Noite* ainda cita uma outra fábrica de propriedade de Manoel, que se chamava “Cachoeiras”, fabricava cadeiras e ia “em franca prosperidade”. Além de destacar o perfil empreendedor de Manoel e colocá-lo, inegavelmente, como uma das figuras fundamentais para aquela nova fase do município – sobretudo no primeiro distrito, Cachoeiras de Macacu, onde ele residia –, as matérias acima nos dão uma visão mais clara sobre algumas das mudanças trazidas pela ferrovia que citei anteriormente, no sentido de gerar condições para que tais empreendimentos fossem realizados. Manoel foi tão beneficiado por esse processo que, junto de sua esposa, Rosina Bernardes Martinez, ele doa<sup>44</sup> à prefeitura dois

<sup>42</sup> Edição 41. 17 de fevereiro de 1928, p. 9.

<sup>43</sup> Edição 6329. 1 de julho de 1929, p.4.

<sup>44</sup> A certidão que comprova a doação, que se encontra no Cartório do 1º Ofício de Cachoeiras de Macacu, data de 28 de abril de 1931, mas sabemos que esta foi realizada anteriormente, uma vez que as construções do grupo escolar e do fórum foram iniciadas quatro anos antes. Sendo assim, fica a dúvida se o desejo de alocar o grupo

terrenos no Campo do Prado, um para a construção do fórum, da câmara municipal e da prefeitura e outro para o grupo escolar. Essas doações se converteram, é claro, em mais um investimento, uma vez que apoiar a urbanização daquela região aumentaria seu capital político e faria crescer sua própria clientela.

No início da década de 1930, já havia uma atividade comercial relevante na região central do primeiro distrito e começavam a brotar algumas fábricas, sobretudo de paus de tamanco<sup>45</sup> e de aguardente. Em 1934, em um relatório<sup>46</sup> apresentado à Alerj, o então presidente do estado, Manuel de Mattos Duarte Silva, diz que a arrecadação do município, “posto que deficiente, vem melhorando de ano a ano”. Entretanto, o município não estava preparado para atender às necessidades daquele núcleo urbano que crescia ano após ano: as ruas não estavam calçadas, não havia uma rede de esgotos e de abastecimento de água eficiente, não havia hospital ou posto de saúde, os perímetros urbanos não estavam delimitados – não havia sequer um mapeamento adequado do município – não havia agência bancária ou correio, não havia código de obras e não havia cemitérios além dos das igrejas e dos residenciais. Era necessário educar a população e seus governantes para que se tornassem capazes de uma adaptação aos novos tempos.

#### 1.4 A educação para o progresso

Embora a construção do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva tenha sido iniciada em 1927, o jornal *A Noite*<sup>47</sup> noticia, em 1929, uma paralisação nas obras do grupo escolar e do fórum. A fonte não cita quando a paralisação começou nem o porquê, mas as imagens<sup>48</sup> abaixo provam que em 1933 os edifícios estavam de pé:

---

escolar naquela região central do distrito partiu do próprio Manoel, do governo municipal, do governo estadual ou de um acordo entre eles. Contudo, quem quer que tenha tomado essa decisão, não o fez por acaso.

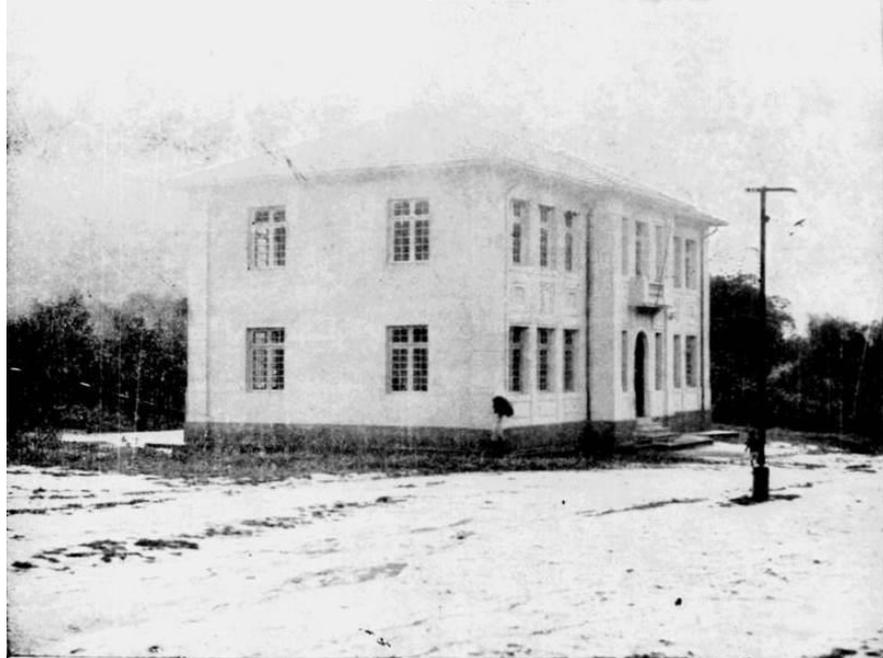
<sup>45</sup> Esse é um dos nomes pelos quais se conhece a árvore *Tabebuia cassinoides*. De acordo com o Centro Nacional de Conservação da Flora, é a segunda melhor madeira do mundo para a produção de lápis, além de servir para a confecção de tamancos, brinquedos, instrumentos musicais e no artesanato. É muito comum na região central do estado do Rio de Janeiro, onde está localizado o Vale do Macacu.

<sup>46</sup> Está disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em um grupo de documentos que recebeu o nome de *Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado Manuel de Mattos Duarte Silva (RJ) - 1930 a 1958*, na página 433.

<sup>47</sup> Edição 6329. 1 de julho de 1929, p.4.

<sup>48</sup> Estão disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em um grupo de documentos que recebeu o nome de *Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado Manuel de Mattos Duarte Silva (RJ) - 1930 a 1958*, nas páginas 434 e 437.

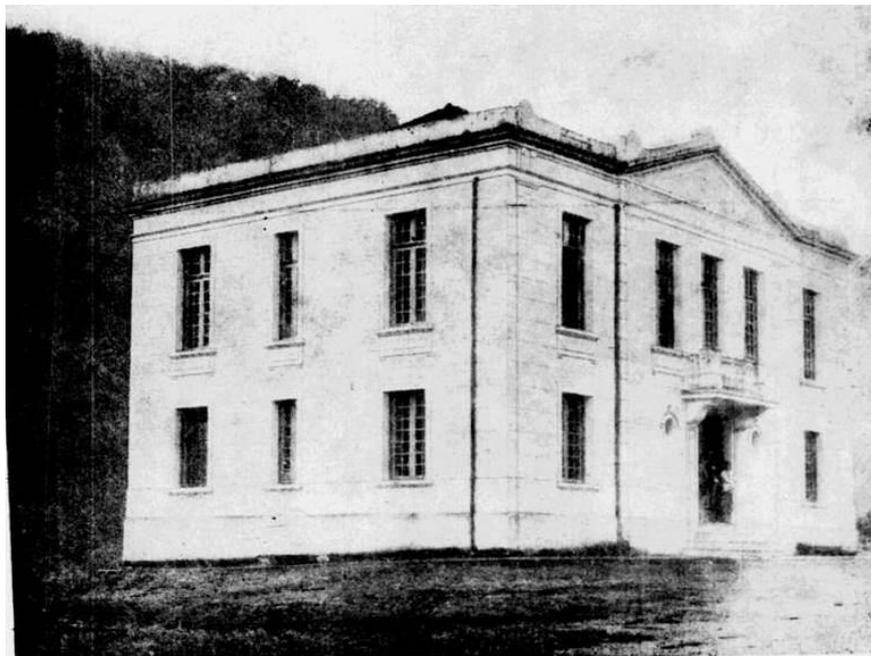
Fotografia 1 – Fachada do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva à época de sua construção.



SANT'ANA DE JAPUIBA — Grupo Escolar de Cachoeiras, construído pelo Governo do Estado (1933).

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A legenda original da fotografia exhibe o primeiro nome recebido pelo edifício.

Fotografia 2 – Fachada do Fórum de Justiça de Cachoeiras à época de sua construção.



SANT'ANA DE JAPUIBA — Forum de Cachoeiras, construído pelo Governo do Estado (1933).

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

As legendas originais foram mantidas com intuito de exibir o ano das fotografias.

Na Fotografia 1, podemos observar, ao redor do edifício, um amplo espaço plano sem calçamento, com árvores na parte de trás e na lateral esquerda e um poste. É provável que o terreno tenha sido terraplanado, haja vista que esse trecho da Avenida Governador Roberto Silveira é uma ladeira, como é possível perceber na Fotografia 2. A alguns metros abaixo das árvores à esquerda do grupo escolar, passa o Rio Macacu em sentido transversal à avenida e, logo após a travessia do rio, à esquerda, está a rua que dá acesso ao centro comercial e á atual rodoviária, que fica a poucos metros do local onde ficava a estação ferroviária.

Na parte de trás, onde estão as árvores, foi construída, mais tarde, uma elevação onde estão a Praça Manoel Diz Martines, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição e o Colégio Municipal Carlos Brandão. Alguns metros à direita do edifício, na calçada oposta, foi construído o fórum<sup>49</sup>.

As fachadas das duas edificações são bastante semelhantes e seguem um padrão bastante comum nas construções estaduais do período. Exibem tanta grandeza em relação ao entorno que até parecem deslocadas, inadequadas. Ora, a cidade tinha, agora, o desafio de se adequar.

A construção do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva acompanhou a construção de outros doze grupos escolares em diversos municípios do estado. Suas atividades se iniciaram ainda no ano de 1933, embora ainda não estivesse murado.<sup>50</sup> Com as aulas, iniciava-se também a execução de um projeto nacional que visava à construção de um imaginário republicano através da cultura escolar. Sobre esse projeto, Rosa Fátima de Souza que se refere ao modelo dos grupos escolares como “templos da civilização”, diz o seguinte:

Muitas práticas simbólicas, presentes no universo escolar, tiveram um papel relevante na liturgia política da República avivando sentimentos e valores cívico-patrióticos e preservando a memória nacional. [...] Nesse sentido, foram eficazes instrumentos de irradiação da ação educativa da escola para o meio social dando-lhe visibilidade e enaltecendo sua missão civilizadora.

[...]

A escola concebida como templos de civilização pressupunha amplas finalidades, um projeto cultural enriquecido e fundamentado na valorização da cultura patrimonial (ainda que inexequível), a distinção e exclusão

---

<sup>49</sup> Rever mapa 1.

<sup>50</sup> Em maio de 1939 o prefeito Humberto de Moraes escreve a Mário Alves o Ofício nº 42, solicitando auxílio para a construção de muros para a prefeitura, para o fórum e para o grupo escolar.

sociais, em práticas simbólicas enraizadas na construção de identidades e no cultivo de valores cívicos e morais.<sup>51</sup>

Apesar de ser correto dizer que a efetivação dos grupos escolares proporcionou uma expansão educacional, já que, por serem públicos e por terem sido rapidamente multiplicados, levou a educação formal ao alcance de crianças que até pouco tempo não teriam acesso, é preciso atentar para a conseqüente distinção social citada pela autora. Além de todo um padrão estético incessantemente associado à ideia de civilidade, a organização das rotinas escolares havia sido configurada de modo que elas favorecessem a geração de mão-de-obra adequada ao modo de produção capitalista. Bourdieu defende que a escola é muito mais responsável pela manutenção das distinções do que pela mobilidade social:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.<sup>52</sup>

Se por um lado os grupos traziam a promessa – cumprida até certo ponto – de ascensão social aos estudantes e de suas famílias, por outro estavam formando trabalhadores que fossem capazes de por em prática os anseios das elites políticas e econômicas e, ao mesmo tempo, indivíduos que percebessem a exuberância material como o ápice da civilização e estivessem dispostos a trabalhar duro para alcançá-la sem questionar.

Outra forma de distinção social – ou, nesse caso, de exclusão – que também perpassa a ideia de civilidade é em relação à parcela da sociedade que permaneceu iletrada ou recebeu outro tipo de educação. Essa segunda forma de distinção teve efeitos mais observáveis em Cachoeiras de Macacu, uma vez que uma fração expressiva da população permaneceu, naquele período, vivendo na zona rural, o que dificultava o acesso ao grupo escolar. Aquelas pessoas foram praticamente privadas, inclusive, de políticas públicas municipais por muito tempo; são até hoje – embora em menor escala – tratadas como moradores menos importantes, como pessoas desprovidas de cultura, como inferiores. Posto isso, quero dizer que a presença do grupo escolar em Cachoeiras de Macacu proporcionou, de fato, uma ação educativa da escola para o meio social, mas isso não se deu de forma homogênea e nem teve

---

<sup>51</sup> SOUZA, Rosa Fátima. *Alicerces da pátria: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)*. 2006, p.8.

<sup>52</sup> BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. 2003, p. 41.

resultados somente positivos. Contudo, meu enfoque será nos ângulos que considero favoráveis dessa relação.

Conforme a percepção de Garnica que citei antes, a atuação desses grupos para além dos limites do espaço escolar foi bastante explícita no que diz respeito à aplicação dos preceitos higienistas. Para Cachoeiras de Macacu, esse aspecto teve muita relevância – apesar da conhecida nuance de segregação social baseada em sua aplicação ao redor do mundo –, uma vez que o município até então era acometido, de tempos em tempos, por surtos incontroláveis de malária.

Existia, já no início da Primeira República, o que era conhecido como educação sanitária, que geralmente preocupava-se com o combate às epidemias, mas não com a prevenção. Consistia em campanhas de abordagem extremamente técnica – e, portanto, de difícil compreensão para as camadas da sociedade brasileira historicamente mais afetadas pelas doenças infectocontagiosas – e de caráter autoritário. Essas campanhas eram pouco eficazes, em primeiro lugar porque, quando começavam, o problema já havia atingido enormes proporções, e, em segundo lugar, porque, ao invés do desejo de adesão, geravam antipatia em grande parcela da população. Lembremos, como exemplo, do processo que culminou na Revolta da Vacina em 1904 no Rio de Janeiro.

De acordo com Guilherme Arantes Mello e Ana Luiza d'Ávila Viana, o ideário originado dos EUA dos Centros de Saúde, focado na prevenção de doenças em âmbito familiar – mas não no tratamento –, chegou ao Brasil no início da década de 1920 através de bolsistas da Fundação Rockefeller da Universidade John Hopkins. Divididos em “distritos de saúde”, o objetivo desses espaços era fornecer “exames periódicos e acompanhamento da criança e gestante; vigilância sanitária; prioridade sobre população vulnerável e doenças transmissíveis; vacinação; conselho comunitário e visitação domiciliária”.<sup>53</sup>

Heloísa Helena Pimenta Rocha estudou uma tese<sup>54</sup> produzida a partir da reforma aplicada, ainda na década de 1920, pelo Instituto de Hygiene de São Paulo – atual Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo –, pensada pelo higienista Geraldo Paula

---

<sup>53</sup> ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Educação escolar e higienização na infância*. 2003, p. 40 - 41.

<sup>54</sup> A referida tese chama-se *O saneamento pela educação*, foi escrita em 1922 por Antonio de Almeida Junior e apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia, em 1922, na ocasião de seu doutoramento. Segundo a autora, Antonio era, então, assistente pensionado do Instituto de Hygiene de São Paulo.

Souza<sup>55</sup> com base nesse ideário. Ao analisar sua influência nas escolas primárias, a autora enumera algumas tarefas das quais essas instituições foram incumbidas:

Eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutareos, desde a mais tenra idade. Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a natureza infantil pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias.<sup>56</sup>

A autora define a Reforma Paula Souza, como ficou conhecida, como uma “campanha de regeneração física, intelectual e moral” e coloca a escola como responsável, naquele contexto, por “legitimar a educação sanitária como instrumento de higienização da população”. Dado o crescimento gigantesco da população urbana que ocorria em São Paulo devido à Primeira Expansão Industrial, é fácil compreendermos o porquê das discussões das ideias relacionadas à higiene, principalmente no que diz respeito à educação para a prevenção de doenças, terem se propagado por lá com tamanha força. Aos poucos elas foram se avolumando em outras regiões e, após um longo período de discussões, os Centros de Saúde se consolidaram em escala nacional com sua institucionalização no início da Era Vargas. Sobre isso, Mello e Viana dizem:

A institucionalização dos CSs de orientação dualista em escala nacional concorre para sedimentar a dicotomia criada em 1930 pela separação da saúde pública (preventiva, coletiva e rural) e assistência previdenciária (curativa, individual e urbana) entre os Ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio.

[...]

Embora dualista, [Barros Barreto] em seu pragmatismo reconheceu que a separação entre atividades preventivas e curativas poderia não ser exequível para os poucos recursos rurais [...] Se a razão o impelia a, primeiramente, implementar o serviço preventivo, Barreto admitia que um início pela medicina curativa facilitaria a adesão popular a um programa sanitário.<sup>57</sup>

O que os autores expõem explicita duas coisas que considero válido destacar no contexto da minha pesquisa: 1) a saúde pública, assim como a educação, teve papel de destaque no projeto de construção dos pilares simbólicos da república, tanto que

---

<sup>55</sup> De acordo com a autora, Paula Souza recebeu, em 1918, o título de doutor em Higiene e Saúde Pública pela Universidade John Hopkins como parte de um acordo entre o governo do Estado de São Paulo e a Fundação Rockefeller.

<sup>56</sup> Ibid., p. 40 - 41.

<sup>57</sup> Ibid., p. 1140 – 1141.

compartilhavam um mesmo ministério, permitindo que suas atividades muitas vezes se mesclassem e/ou se complementassem; 2) os processos que envolveram a execução desse projeto em localidades do interior foram, em certos aspectos, mais complexos em relação àqueles aplicados nas capitais e nos grandes centros urbanos e, por isso, podem apresentar características variadas apesar dos esforços de padronização próprios do período.

Na contramão dos esforços empenhados pelos órgãos ligados aos governos estaduais e federal durante as décadas de 1920 e 1930, alguns governos municipais, principalmente de municípios majoritariamente rurais, como o de Cachoeiras de Macacu, ainda não consideravam as práticas de higiene como prioridade. Pelo menos é o que mostra a documentação oficial da prefeitura disponível<sup>58</sup>. As primeiras medidas voltadas para a higienização de espaços públicos e privados só aparecem no fim da década de 1930, com a regulamentação da rede de distribuição de água domiciliar em dezembro de 1937<sup>59</sup> e a inauguração, em março de 1938, do sistema de abastecimento de água<sup>60</sup>. O *Correio da Manhã*<sup>61</sup> publica uma notícia sob o título “A realização de uma aspiração do povo de Cachoeiras”, a respeito da inauguração:

Na última quarta-feira foi inaugurado em Cachoeiras, séde do município de Sant’Anna de Japuhya, o serviço de abastecimento dagua, executado pelo prefeito Humberto de Moraes que tem dotado aquele município de vários melhoramentos, no curto lapso de sua gestão administrativa.

Foi presente a essa cerimonia a população local, representada por todas as suas classes sociaes, fazendo-se ouvir vários oradores, entre os quais o prefeito Humberto de Moraes, o ex-vereador Ary Coelho de Freitas e sr. Decio Monteiro Soares.

Embora seja necessário reconhecer a probabilidade dessa atitude por parte de Humberto de Moraes ter sido influenciada pelos modelos que se estabeleciam nas esferas estadual e nacional, foi fundamental para o desenrolar desse episódio a ação do grupo escolar na estruturação de uma consciência social que valorizava os princípios da higiene na sede

---

<sup>58</sup> Toda a documentação oficial da prefeitura em um recorte que vai de 1923 a 1985 de que se tenha ciência de ainda existir está disponível no Centro de Documentação Municipal. Muito se perdeu devido às más condições do ambiente onde ela estava armazenada antes. Foram estudados, aqui, todos os livros administrativos disponíveis referentes ao período, sendo eles os seguintes: Livro nº 01 - Portarias (1923 - 1936); Livro nº 02 - Portarias (1937 - 1940); Livro nº 01 – Decretos, Decretos-lei e Resoluções (1937 - 1939); Livro nº 01 – Registro de Ofícios (1937 - 1940); Livro nº 02 - Registros de Ofícios (1940); Livro 2 - Decretos e Resoluções (1940 - 1944); Indústrias e Licenças (1938 - 1945).

<sup>59</sup> Decreto municipal nº 1, de 29 de dezembro de 1937, capítulo XVI, art. 98 – 115.

<sup>60</sup> O Decreto municipal nº 15, de 27 de agosto de 1938, contém esta informação.

<sup>61</sup> Edição 13286. 4 de março de 1938, p. 3.

municipal. Ao classificar a inauguração do sistema de abastecimento como uma aspiração do povo e ao destacar a presença de pessoas de todas as classes sociais no evento, o jornal reforça essa ideia. Consubstanciando mais ainda essa afirmação, é também em 1938 que o governo estadual decide conceder, após diversos pedidos a partir do ano anterior oriundos da prefeitura, um auxílio para a construção do primeiro posto de saúde do município. Ainda no Governo Provisório, Vargas implementou uma política centralizadora através da nomeação de interventores para gerir os estados brasileiros. Sendo a saúde pública uma das grandes preocupações de seu governo, o provável seria que a criação de um posto de saúde em uma localidade com as características de Cachoeiras de Macacu tivesse sido priorizada pelo estado, mas isso não ocorreu. Alguns anos após a inauguração do posto – que, vale dizer, ainda existe e funciona –, parte também do prefeito o pedido de permissão para incluir serviços de lactário naquele espaço. Ou seja, parte da população cachoeirense estava criando demandas, tomando consciência delas e cobrando, de alguma forma, atitudes do poder público.

### **1.5 Uma grande lacuna**

A partir desse ponto da história, as fontes escritas começaram a se escassear por razões que desconheço. Meu objetivo era, então, desenvolver uma série de entrevistas que me permitissem registrar fontes orais a respeito dos acontecimentos relacionados ao prédio a partir da segunda metade do século XX e analisar a permanência de elementos presentes na atualidade de Cachoeiras de Macacu que pudessem ser provenientes dos tempos em que o Grupo Escolar Quintino Bocaiúva esteve em atividade.

Critérios de escolha dos entrevistados já haviam sido definidos, além de um roteiro inicial que seria adaptado de acordo com as necessidades. Alguns dos entrevistados selecionados já haviam sido convidados e os detalhes iniciais sobre as gravações estavam acertados. A primeira entrevista havia sido agendada com o senhor Almir Dias, ex-aluno e morador da zona rural do município, para o dia 15 de março de 2020, no quintal do edifício, mas não pôde se concretizar.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Dois dias antes do agendado para a primeira entrevista, foi veiculada a notícia de que, devido a um primeiro caso grave de Covid-19 registrado no estado do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel havia anunciado um pacote de medidas para reduzir aglomerações, incluindo o fechamento de escolas. Considerando que a situação

Precisei encontrar outro caminho em pouco tempo, então decidi adaptar o que tinha em mãos a uma ideia de uso do edifício que já existia em minha mente, mas precisava ser amadurecida. O próximo capítulo aborda uma série de mecanismos e eventos que serviram como ponto de partida para a proposta que apresentarei no capítulo final.

---

talvez fosse mais séria do que imaginávamos no início dos casos da infecção noticiados, preferi adiar a entrevista para que meu entrevistado, já idoso, não se expusesse a nenhum risco. Como é sabido, o quadro da pandemia se agravou mais e mais, impossibilitando a realização de entrevistas presenciais. Fiz diversas tentativas de gravação *online* durante os primeiros meses de pandemia, mas todas fracassaram, seja pela dificuldade de adaptação dos idosos ao contato virtual, seja pela falta de recursos técnicos que possibilitassem uma gravação de qualidade.

## 2 O MOVIMENTO PELO ANTIGO QUINTINO: UMA LONGA HISTÓRIA

O Movimento pelo Antigo Quintino (MAQ) nasceu em 2018 com o objetivo de recuperar o Antigo Quintino e utilizar seu espaço para ampliar as atividades culturais do município. Para compreendê-lo completamente, além de conhecer um pouco da história do edifício, é necessário conhecer a gestação do movimento, ou seja, parte da atuação política do grupo que o idealizou.

Conforme afirmei na introdução deste trabalho, os governos municipais realizaram diversas tentativas verticais de estabelecer alguma forma de identidade municipal única, petrificada. Essas experiências buscavam atender a interesses imediatos do poder público, não consideravam nem estimulavam, em momento algum, qualquer estudo sério acerca das características do município e de seus moradores. Obviamente, nenhuma delas foi efetiva, já que não há reconhecimento de identidade sem identificação. Stuart Hall explica que o processo de construção da identidade vem muito mais da falta do que da plenitude. Para o autor, esse processo ocorre de maneira ininterrupta, a partir da “falta de inteireza que precisa ser ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas a partir das quais nós imaginamos ser vistos por outros”.<sup>63</sup> A construção das identidades é, portanto, um processo multifacetado que não pode ser imposto a nenhum indivíduo ou grupo. Marilena Chauí critica a ação histórica do Estado brasileiro perante a cultura, por ter por tanto tempo tomado a responsabilidade do fazer cultural para si ao invés de criar possibilidades para que a própria sociedade se encarregasse disso. Com essa atitude, mostra-se, nesse sentido, antidemocrático, pois foram criadas, ao longo dos anos, “culturas oficiais” no lugar da construção de uma cidadania cultural.<sup>64</sup> Em outras palavras, criaram-se padrões culturais que acabam por ser extremamente excludentes, porque buscam atender aos interesses políticos dos grupos dominantes e aos de mercado, ignorando a visão antropológica de cultura como uma atividade social orgânica, que existe independentemente de qualquer coisa que não a existência de grupos humanos.

Os agentes culturais de Cachoeiras de Macacu passaram por um longo e heterogêneo processo de amadurecimento de seus entendimentos sobre cultura. O MAQ é fruto da longa jornada de um grupo que, aos poucos, se desvinculou da perspectiva criticada por Chauí, que

---

<sup>63</sup> HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. 1997, p. 24 - 25.

<sup>64</sup> CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. 2008, p. 63.

coloca o Estado como provedor da cultura, para, ao invés disso, colocá-lo como promotor de políticas públicas que garantam o acesso à cultura a todas as pessoas e que ofereçam espaço às mais diversas formas de manifestação cultural.

## 2.1 Políticas culturais em Cachoeiras de Macacu

Como ponto de partida para este assunto, utilizo a Lei Orgânica de Cachoeiras de Macacu, de 5 de outubro de 1988, que foi construída com inspiração na Constituição Federal de 1988 e suscita, portanto, um espírito democrático. A seção que se dedica à cultura menciona, entre outras coisas, a garantia a todos do “pleno exercício dos direitos culturais”, a valorização e a proteção das “manifestações das culturas populares brasileiras e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo da cultura nacional” e a garantia de acesso “a fontes da cultura municipal” e “às obras de arte através de exposições públicas”. Transmite, portanto, uma visão bastante avançada do papel do Estado em relação à cultura, mas, na prática, mais de 30 anos depois, ainda não atingimos aqueles ideais.

Mais de uma década após a criação da Lei Orgânica, a Lei Municipal nº 1.222, de 22 de abril de 1999 pretendia criar um conselho municipal de cultura – cujos conselheiros eram indicados pelo Departamento de Cultura – e pretendia criar um fundo municipal de cultura. O fundo não foi criado e o conselho durou pouco tempo.

Nos dois casos expostos acima, os resultados esperados não foram alcançados, mas aquelas experiências serviram para fecundar um campo de discussão que se desenvolveu bastante nos anos seguintes.

De acordo com o projeto de lei que, após sua aprovação, instituiu o Sistema Municipal de Cultura (SMC)<sup>65</sup>, o então Assessor de Cultura, Sílvio Leal, representou Macacu na I Conferência Nacional de Cultura, em 2005. Após o evento, iniciaram-se os trâmites<sup>66</sup> para

---

<sup>65</sup> Ao contrário da maioria das leis já sancionadas disponibilizadas no *site* da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu, todo o projeto que levou à aprovação da referida lei – a Lei Municipal nº 1.920, de 11 de setembro de 2011 – está disponível para acesso.

<sup>66</sup> O já mencionado projeto de lei relata o início desse processo ainda em 2005. Está disponível no arquivo da Fundação Macatur, atual órgão gestor da cultura e do turismo de Cachoeiras de Macacu, o ofício nº 1930, de 12 de maio de 2006, da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, encaminhado ao então prefeito, Waldecy Fraga Machado, cujo assunto era o “Protocolo de intenções referente ao Sistema Nacional de Cultura”; além disso, diversas cópias do *Acordo de Cooperação Federativa para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura*, algumas delas com orientações do ministério para correção em datas diferentes, também se encontram no arquivo.

adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), o que só se consolidou em 2011<sup>67</sup>.

Ainda de acordo com a apresentação do projeto de lei, o município teve também uma representação da sociedade civil na II Conferência Nacional de Cultura, em 2010, na figura de Wellington Lyra<sup>68</sup>, escolhido por aqueles que estiveram presentes na I Conferência Municipal de Cultura, promovida, em 2009, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Indústria e Comércio. O documento coloca a conferência municipal como a pedra fundamental do SMC:

Ao empreender a I Conferência Municipal de Cultura de Cachoeiras de Macacu, a PMCM, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Indústria e Comércio, somando esforços a entidades e movimentos culturais, associação de artistas, associações de moradores, poder legislativo, ongs, movimentos populares, profissionais da cultura, entidades empresariais, educacionais e produtores culturais dos mais diversos segmentos, constituiu uma ação estratégica para estimular e induzir governo e sociedade civil a discutirem e formatarem o Sistema Municipal de Cultura de Cachoeiras de Macacu (SMC), que inaugura um novo modelo de gestão e política cultural no município.

Fernando Vicário aponta o estímulo à participação social como uma das principais propostas para que as políticas culturais sejam capazes de romper padrões que já não se adaptam mais às demandas atuais.<sup>69</sup> Nesse sentido, o SMC é satisfatório desde a sua concepção – embora, na prática, ainda não tenha sido implementado em sua totalidade. O sistema é composto por seis instrumentos que serão descritos a seguir, com exceção do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) e do Fundo Municipal de

---

<sup>67</sup> O site oficial cultura.gov.br publicou, em março de 2013, uma matéria que afirmava que o acordo de adesão do município ao SNC foi publicado no Diário Oficial da União em 11 de agosto de 2011. Entretanto, a informação central da matéria, que é a criação do SMC de Cachoeiras de Macacu está equivocada: afirma-se que o município aguardava, naquele momento, a aprovação do SMC, quando, na realidade, já havia sido aprovado seis meses antes daquela publicação.

<sup>68</sup> Wellington Lyra foi um multiartista e ativista muito reconhecido no município e no entorno por sua enorme contribuição para a cultura local. Faleceu, junto com sua companheira, Aline Germano, em um acidente automobilístico no dia 1º de abril de 2016, causando grande comoção em Macacu. Seus corpos foram velados no palco do cine-teatro municipal, localizado no então chamado Centro Intereducacional de Artes e Cultura (CIAC). O casal foi homenageado pelo Parque Estadual dos Três Picos, que batizou o espaço próximo ao Jequitibá – um dos mais visitados pontos turísticos do município – com seus nomes. A comunidade cultural transformou a data do acidente em um dia para prestar homenagens ao casal e celebrar a cultura local, chamado Dia da Lyra. Em 2017, em votação unânime do CMPC, o CIAC passou a se chamar Casa da Arte Wellington Lyra.

<sup>69</sup> VICÁRIO, Fernando. *Os novos modos de consumir cultura e as velhas políticas ministeriais: desencontros e transformações*. 2015, p. 30.

Cultura, visto que, apesar de serem pauta frequente no CMPC, a implementação de ambos foi adiada por muito tempo pelos gestores de cultura.

### 2.1.1 O Conselho Municipal de Políticas Culturais

De acordo com a Lei Municipal 1.920, o CMPC tem “caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento<sup>70</sup>”, sendo, portanto, um instrumento que possibilita que os conselheiros proponham ideias, discutam e decidam sobre diversos assuntos pertinentes através do voto em assembleia. Duas características marcantes desse conselho que o destacam em relação a outros existentes na região são a sua composição e a alternância da presidência. O CMPC de Cachoeiras de Macacu é composto por oito setoriais<sup>71</sup> ocupados por pessoas eleitas oriundas da sociedade civil e quatro setoriais<sup>72</sup> ocupados por integrantes do poder público nomeados pelo executivo. Cada setorial possui um conselheiro (a) titular e um suplente<sup>73</sup>. Quanto à ocupação da presidência, o Art. 16 do Regimento Interno do CMPC diz o seguinte:

§1º - Os membros da Diretoria, com exceção do presidente, serão eleitos pela Plenária do Conselho para mandatos de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos para o mesmo cargo.

§2º - Para o cargo de presidente, fica estabelecida a alternância na sua ocupação respectivamente por representante da sociedade civil e do poder público pelo mesmo período de mandato conforme parágrafo anterior.

§3º - Como critério regulador da referida alternância de mandato fica estabelecida a ocupação do cargo de presidente através de representante da sociedade civil sempre nos dois primeiros anos de mandato do governo municipal, garantida a presidência para representante do poder público sempre nos dois anos subsequentes.

§4º - O cargo de presidente representante do poder público será indicado pelo executivo municipal dentre as representações das pastas componentes do Conselho. O cargo de presidente representante da sociedade civil será eleito somente pelos seus respectivos representantes dentro do Conselho.

---

<sup>70</sup> Não há, entretanto, nenhum trecho na referida lei ou no regimento interno que estabeleça uma distinção de quando cada uma dessas características se aplica.

<sup>71</sup> Os oito setoriais representados pela sociedade civil são: a) Artes Cênicas; b) Audiovisual; c) Música; d) Produção Cultural e Eventos Culturais; f) Manifestações populares; g) Literatura e Poesia e h) Patrimônio Material, Imaterial e Memória.

<sup>72</sup> Os quatro setoriais representados pelo poder público são: a) Cultura; b) Educação; c) Turismo e d) Planejamento.

<sup>73</sup> Uma prática que vem ganhando espaço em meio à parcela da sociedade civil que compõe esse grupo é que, ao invés de dar aos conselheiros suplentes apenas o papel de substitutos, ambos os conselheiros de um setorial, titular e suplente, exerçam ativamente, lado a lado, suas atividades no conselho. Embora apenas um voto por setorial seja permitido, a atuação conjunta dos conselheiros democratiza ainda mais os processos decisórios.

Na teoria, o revezamento da presidência e a possibilidade de deliberação dos conselheiros nas decisões seriam, sobretudo, a garantia de uma efetiva participação popular nos processos decisórios das políticas culturais locais.

### **2.1.2 A Secretaria Municipal de Cultura**

O Art. 2º Lei Municipal 1.920 define esse instrumento como o “órgão da administração direta ou indireta [sic] do Município de Cachoeiras de Macacu encarregado pela organização, implementação e execução de programas culturais em âmbito municipal.”

Após a desintegração da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Indústria e Comércio em 2012, a Fundação Macatur passou a ser a responsável pela gestão municipal da cultura.

Nos primeiros anos de existência do SMC, a relação entre a fundação e o CMPC foi relativamente harmônica, mas tornou-se bastante conturbada a partir de 2017. As razões dos conflitos foram muitas: a troca constante de presidentes da Fundação Macatur – foram quatro entre 2017 e 2020 – e de gestores dos espaços culturais; a falta de diálogo somada a medidas autoritárias de alguns dos presidentes e gestores, bem como a inércia de outros; o desrespeito às deliberações das conferências municipais de cultura e do CMPC e até mesmo aos conselheiros; os gastos elevados com mídias e com o alto número de funcionários nomeados – que se contrastava com a ineficiência da fundação –; o atraso no pagamento de funcionários contratados – que causou diversas pausas nas oficinas públicas de artes – e a negligência em relação aos espaços culturais.

### **2.1.3 A Conferência Municipal de Cultura**

Art. 22 – A Conferência Municipal de Cultura, convocada pelo executivo municipal, que será promovida e organizada pelo órgão municipal de gestão pública da cultura e pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, é a instância máxima de participação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura – SMC, tendo direito a voz e voto todas as pessoas físicas e jurídicas, inscritas previamente na conferência.

Talvez esse seja o mais importante dos instrumentos do SMC, uma vez que é dele que partem as propostas que devem guiar as discussões e as deliberações do CMPC, bem como as ações da gestão de cultura.

Como expus anteriormente, a I Conferência Municipal de Cultura aconteceu no ano de 2009 e foi considerada o momento em que se criou, de fato, a proposta para a criação do SMC. Até a produção deste texto, foram realizadas mais quatro: a segunda foi em 2013, a terceira em 2015 e a quarta em 2018. Devido à necessidade de distanciamento social imposta pela pandemia do Covid-19, a próxima, que havia sido prevista para o dia 15 de maio de 2020, foi suspensa até que possa ser realizada presencialmente em segurança.

Tomei, então, as propostas contidas nos relatórios finais das conferências de 2009 e 2018<sup>74</sup> como base para observar a evolução das discussões no âmbito das políticas culturais municipais.

Ao longo de quase uma década daquele marco, a realização de maior destaque é, obviamente, a institucionalização do SMC. Além disso, nos anos que se seguiram à primeira conferência, espaços culturais foram criados no segundo distrito, as oficinas públicas de arte ganharam novos espaços e novas modalidades, novos eventos surgiram, uma agenda cultural foi criada, entre outras coisas.

Entretanto, muitos dos assuntos contidos no relatório final da conferência de 2009 ainda estão presentes no relatório de 2018, em propostas muito semelhantes: a criação de editais de fomento à cultura; a criação, a manutenção e o desenvolvimento de espaços culturais; a divulgação da produção cultural; a estruturação do SMIIC; a capacitação dos agentes culturais; a preservação do patrimônio cultural e da memória; o intercâmbio com a Secretaria de Educação e as parcerias com outras instituições públicas e privadas.

Se por um lado a constatação dessa continuidade não significa, necessariamente, que não houve avanços, por outro ela revela duas possibilidades: ou os avanços ocorreram de forma muito lenta, ou parte deles retrocedeu em algum momento. Nesse caso, as duas possibilidades ocorreram simultaneamente.

---

<sup>74</sup> Ver apêndice A.

### 2.1.4 O Plano Municipal de Cultura

O Plano Municipal de Cultura é apresentado pelo Art. 28 da Lei Municipal 1.920 como “o instrumento de planejamento das ações, projetos, programas e do conjunto das políticas públicas para a cultura no município de Cachoeiras de Macacu”, devendo, portanto, nortear as atividades da gestão municipal de cultura por um período de dez anos.

O primeiro plano teve início em 2012, sendo válido, portanto, até 2022. Após uma etapa de diagnóstico prevista no Art. 29, foram desenvolvidas sete diretrizes estratégicas<sup>75</sup> – cada uma delas desdobrada em diversas ações – “objetivando atender as demandas apresentadas e o cumprimento das políticas gerais da área cultural, do governo e da sociedade.”

Quase ao fim dos dez anos previstos, a maior parte das ações propostas no plano ainda não foi posta em prática, como a criação de uma política de fomento à pesquisa acadêmica em áreas ligadas à cultura<sup>76</sup>. Algumas foram realizadas parcialmente, como a criação de um centro de documentação histórica<sup>77</sup>, sobre o qual falarei mais adiante. Outras retrocederam, como a criação de editais de fomento à cultura<sup>78</sup>.

## 2.2 As políticas culturais de patrimônio e memória em Cachoeiras de Macacu

Voltando à Lei Orgânica Municipal, vale destacar que ela já previa, desde sua criação em 1988, algumas medidas de preservação dos bens culturais em alguns artigos das seções referentes ao turismo e à cultura, como exemplifico a seguir:

Art. 249 - O município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social bem como ter divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida

---

<sup>75</sup> São elas: 1) Garantia do direito ao acesso a bens culturais, e os centros urbanos como espaços de produção, intervenção e trocas culturais; 2) Criação, conservação, preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico e memória; 3) Comunicação e divulgação da cultura; 4) Movimentos, manifestações e inclusão cultural; 5) Economia criativa e desenvolvimento sustentável; 6) Produção de arte, de bens simbólicos e promoção de diálogos interculturais e 7) Gestão democrática e institucionalidade da cultura.

<sup>76</sup> Diretriz 2, ação nº 6.

<sup>77</sup> Diretriz 2, ação nº 8.

<sup>78</sup> Diretriz 5, ação nº 2.

das comunidades envolvidas, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vierem a ser explorados.

[...]

Art. 316 – O Poder Municipal, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamentos e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Não obstante a temática ocupasse seu devido espaço naquela lei, na prática era como se não estivesse lá. Na Lei Municipal nº 1.222, de 1999 – já citada anteriormente –, há menção às áreas de “Museus, Bibliotecas e Centros Culturais” e de “Preservação e Restauração do Acervo Cultural e Natural classificado pelos órgãos competentes”, novamente sem efeitos práticos. A criação dessas leis se inspirava nas atualizações da legislação nacional, mas o que predominava em Macacu – e ainda tem fortes vestígios no discurso e nas ações de muitos gestores e agentes culturais – era um entendimento que limitava a cultura às expressões artísticas, excluindo os demais tipos de manifestação cultural. A ideia de patrimônio cultural, por exemplo, era algo muito novo para os moradores, e a pouca compreensão que se tinha sobre isso estava, geralmente, ligada apenas ao turismo. Logo, a tentativa de acompanhar as tendências nacionais explica a presença dos termos ligados a essa ideia nas leis que tratavam de cultura, enquanto a falta de conhecimento explica a ausência de ações que buscassem, de fato, alguma forma de preservação.

Além da legislação municipal, também recorri ao conteúdo de uma pasta do arquivo interno da Fundação Macatur para escrever esta seção. Tive acesso àquela pasta em 2018, através do então assessor de cultura, e esperava que contivesse todos os documentos referentes ao SMC. Como o arquivo não parecia ter uma lógica de organização, faltavam várias peças no quebra-cabeças – incluindo as atas do CMPC que deveriam estar lá, uma vez que o conselho ainda não possui espaço próprio para suas atividades – e me deparei com lacunas de tempo enormes. Encontrei diversos documentos soltos e fora de ordem, mas, ainda assim, foi possível estabelecer uma espécie de linha do tempo da evolução das políticas culturais de patrimônio e memória no município.

A *Proposta para uma política municipal de cultura*, elaborada em 2005, parece fazer parte do momento em que se iniciava uma virada no campo cultural municipal, ainda inspirada nas atualizações da legislação nacional, com a criação do SNC, mas dessa vez iniciando um período de discussões muito mais conscientes e produtivas. Declara, logo em suas primeiras linhas, que essa proposta deveria “estar orientada para melhorar a qualidade de vida de nossa população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas”.

Expressa um ideal inclusivo, que pretendia considerar os mais diversos segmentos da sociedade local em sua construção, “com uma preocupação em conservar e resgatar o que resta do nosso patrimônio cultural material e imaterial”. Afirma, ainda, que a PMCM, ao invés de apenas colocar eventos ao alcance de todos, deveria gerar condições para que os cidadãos desenvolvessem suas práticas culturais e estimular o surgimento e o consumo de bens culturais. Na proposta de plano de ação entre 2005 e 2009 contida no documento, o patrimônio tem um destaque considerável: aparece em primeiro lugar, como “Acervo e patrimônio”, com sete subitens. O primeiro se chama “Criação de novos Espaços”, incluindo um Museu do Ferroviário, a Biblioteca Municipal e sete espaços culturais em diversas localidades municipais. Destes, foram criados dentro do prazo estipulado apenas a Biblioteca Municipal Cônego Leocílio Nunes e o Centro Intereducacional de Cultura e Artes<sup>79</sup>. Esse último ficou bastante conhecido pela população simplesmente como “centro cultural” e passou a se chamar Casa da Arte Wellington Lyra (CaWell) em 2017. Possui três banheiros – incluindo um acessível para cadeirantes –, uma sala de administração, uma bilheteria, um depósito, uma área de circulação, uma pequena cantina, uma sala de dança, uma sala multiuso, um camarim, uma pequena galeria e um cineteatro com 84 lugares<sup>80</sup>.

É importante que se observe aqui que, apesar da importantíssima contribuição da CaWell – que oferece desde então oficinas variadas e gratuitas de artes à população e dá espaço para diversos eventos – no surgimento de uma nova geração de jovens engajados em maior ou menor grau nas questões da cultura municipal, o esboço que resultou na sua criação estava ligado a propostas de ações de valorização do patrimônio local. Entretanto, como o próprio nome deixa claro, a Casa da Arte Wellington Lyra tem sido essencialmente isso

---

<sup>79</sup> Alguns anos após sua criação, teve a ordem das duas palavras finais de seu nome trocadas, porque considerou-se que a sigla do nome original fazia alusão ao apelido do então prefeito, popularmente conhecido como Cica Machado. A palavra “intereducacional” sequer existe na língua portuguesa.

<sup>80</sup> A CaWell é o maior espaço cultural do município. Inicialmente foi gerida de forma compartilhada pela educação e pela cultura – as duas pastas ocupavam uma mesma secretaria em 2007, ano de criação do centro, e mantiveram o compartilhamento mesmo após a separação no ano seguinte. Até 2016, a Fundação Macatur era responsável pela manutenção do espaço e a Secretaria Municipal de Educação pagava seus funcionários. Em 2017, por vontade do então presidente da fundação, Pablito Torres, passou a ser gerido apenas por aquela instituição. Baseado no orçamento municipal destinado à cultura, que é ainda muito pequeno e, portanto, insuficiente para arcar com tamanha responsabilidade, o CMPC foi contrário à decisão, mas sua recomendação foi ignorada. Como havia sido previsto pelo conselho, adversidades provenientes da falta de recursos surgiram ainda no mesmo ano daquela mudança e ainda persistiam no início de 2020, antes do fechamento obrigatório devido à pandemia de Covid-19. A partir de meados de 2018, após a saída daquele gestor, pela segunda vez em menos de dois anos, da presidência da Fundação Macatur, a possibilidade de desenvolver um novo formato de gestão compartilhada voltou a ser discutida.

mesmo: uma casa de arte, um espaço de valorização de modalidades artísticas, e não necessariamente de valorização do patrimônio.

Foi somente em meio a toda a mobilização dos ativistas da cultura necessária para o desenvolvimento e para a consolidação do SMC é que começaram, de fato, a tomar corpo as discussões relacionadas ao patrimônio cultural do município, por mais que inicialmente estivesse muito direcionada ao patrimônio arquitetônico.

No documento intitulado *Plano de ação da cultura para 2011*, há menção à estruturação do Centro Cultural Casarão de Japuiba<sup>81</sup> (Fotografia 3), à inauguração do Museu Temático da Escravidão e à execução de um registro fotográfico e coleta de informações para a produção de DVD's sobre o patrimônio arquitetônico municipal, que não chegou a ser realizada. O centro cultural funciona desde 2012 oferecendo oficinas de artes gratuitas e realizando eventos. Com base em uma proposta contida no relatório final da I Conferência Municipal de Cultura, foi o primeiro espaço cultural do município gerido de forma compartilhada entre o poder público e um grupo da sociedade civil, o Laboratório de Artes e Teatro Experimental (Latex), em um modelo semelhante ao da CaWell à época em que sua gestão era compartilhada com a SME: a Fundação Macatur se responsabiliza pela manutenção do espaço, enquanto o Latex se responsabiliza pelo pagamento dosicineiros. Possui três salas pequenas – uma usada para a administração e uma usada como depósito – dois banheiros, uma cozinha com copa e uma sala mais ampla, com capacidade para aproximadamente 40 pessoas, onde acontecem os eventos e as oficinas.

---

<sup>81</sup> Foi construído em uma casa – cuja data exata de construção ainda não foi descoberta – localizada na região central do segundo distrito de Cachoeiras de Macacu. É possível que tenha abrigado a primeira agência dos correios do município. Há registros de diversos usos daquele espaço, mas a construção estava abandonada há muitos anos. A reforma foi feita com recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (PADEC).

Fotografia 3 – Fachada do Centro Cultural Casarão de Japuíba.



Fonte: A autora (2016).

O Casarão abriga ainda, em seu porão, o que seria o Museu Temático da Escravidão, mas acabou recebendo o nome de Memorial à Escravidão. Seu acervo é formado por 18 esculturas representando pessoas escravizadas em uma senzala, sem grandes explicações além de um *banner* posicionado perto da porta, no interior do espaço escuro, o que dificulta sua leitura. A escolha do local é problemática, porque propaga uma teoria que nem se sabe de onde veio, de que aquelas cenas sejam a reprodução de algo que realmente tenha ocorrido ali no passado, sem a preocupação de se investir em uma pesquisa que comprove ou não aquela ideia. A visita ao espaço, que é mínima – muitos moradores sequer estão cientes de sua existência –, normalmente é guiada por algum funcionário do Casarão, e frequentemente eles afirmam que aquela é uma reprodução de algo que realmente ocorreu ali, apesar de não existir nenhuma evidência a respeito.

Fica evidente até aqui que, apesar de o poder público ter finalmente começado a colocar suas propostas ligadas à valorização do patrimônio e ao resgate da memória em prática, os investimentos em pesquisa, em planos de gestão efetivos, em capacitação dos funcionários e em divulgação, quando existiram, foram deficientes.

Entre 2011 e 2012, ocorreram dois casos que impactaram a comunidade cultural local: o primeiro foi o fechamento do Antigo Quintino, já comentado anteriormente; o segundo foi a derrubada do antigo Bar do Gulilinho que fazia parte de um conjunto arquitetônico tombado<sup>82</sup>

<sup>82</sup> O Decreto Municipal nº 2.882, de 27 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial nº 421, dispunha sobre “o tombamento do antigo conjunto arquitetônico, situado na praça Duque de Caxias, dos prédios onde funcionam: o Armazém In Cena, Salão Torres, uma outra pequena loja comercial e a Igreja Sagrado Coração de Jesus”. Não havia ainda nenhuma lei que previsse tombamentos municipais, muito menos decreto regulamentar sobre esse

poucos dias antes pelo executivo municipal, para a construção de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal. Tratava-se de uma pequena construção que ficava localizada na Praça Duque de Caxias, na região central do primeiro distrito, que estava em uso abrigando uma pizzaria. As fotografias a seguir mostram o referido conjunto em diferentes momentos.

Fotografia 4: Imagem da Praça Duque de Caxias na década de 1940



Fonte: Grupo Fotos Antigas de Cachoeiras de Macacu – RJ no *Facebook*<sup>83</sup> (2017)  
O registro mostra, em segundo plano, o conjunto arquitetônico tombado pelo Decreto Municipal nº 2.882/2012 de frente.

---

tema. Nota-se no decreto citado um caráter improvisado, que se deu, principalmente, pela pressão da sociedade civil organizada ao então prefeito, que tentaria uma reeleição naquele ano. Existe um documentário sobre esse assunto produzido pela Associação Cultural Vale do Macacu antes do tombamento do Bar do Gulilinho chamado *Do lembrar e do esquecer: memórias de um patrimônio ignorado*.

<sup>83</sup> Postagem de Jayme Magalhães. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/groups/313005898729069/permalink/1740425912653720>

Fotografia 5 – Conjunto arquitetônico tombado pelo Decreto Municipal nº 2.882/2012 visto da direita para a esquerda.



Fonte: A autora (2012).

Fotografia 6 – Parte do conjunto arquitetônico tombado pelo Decreto Municipal nº 2.882/2012 visto da esquerda para a direita, à noite.



Fonte: Grupo Fotos Antigas de Cachoeiras de Macacu – RJ no *Facebook*<sup>84</sup> (2018)

Essa ação gerou uma reação popular através do movimento Tombar não é Derrubar, que conseguiu, ao menos, um acordo para que fosse reconstruída a fachada do imóvel, mas a reconstrução não agradou aos moradores.

<sup>84</sup> Comentário de Filipe Gonçalves em postagem de Élisson Rodrigues. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=10213971556557022&set=gm.2157898497573124>

Fotografia 7 – Artistas locais em ato do movimento Tombar não é Derrubar nos escombros do antigo Bar do Gulilinho.



Fonte: Página de Wellington Lyra no *Facebook*<sup>85</sup> (2012)

Fotografia 8 – Fachada da agência da Caixa Econômica Federal.



Fonte: A autora (2019)

O impacto desses dois acontecimentos se apresentou de formas distintas. A sensação de perda que se instalou abruptamente após a derrubada do bar foi contundente para as pessoas que já eram sensíveis às questões da cultura e também sensibilizou outras pessoas. Essa foi, provavelmente, a força de mobilização que levou ao ato artístico exposto na figura 8.

<sup>85</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=3163018409096&set=a.1271634005668>

Já o fechamento do Antigo Quintino, embora tenha sido anterior ao episódio do bar, ocorreu permeado por uma camada de ilusão, com o discurso do poder público que justificava o fechamento com uma reforma que supostamente viria em breve. Assim, não houve grande comoção imediata, pois o sentimento de perda foi abafado pela esperança e, quando pouco a pouco chegou à superfície, somou-se ao desapontamento.

Fotografia 9 – O Antigo Quintino em 2014, fechado.



Fonte: Blog Histórias e Monumentos (2014)

Com a aprovação do SMC em setembro de 2012, a regulamentação dos tombamentos municipais começa a se desenhar. Sobre isso, a Lei Municipal 1.920 diz o seguinte:

Art. 14 – O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS efetivará o tombamento municipal de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais no Município de Cachoeiras de Macacu, observando o contraditório e a ampla defesa dos interessados, após estudos técnicos e após audiência pública, publicando no órgão de imprensa municipal devidamente credenciado para publicação de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal, seguido da inscrição do bem tombado no livro próprio, com descrição pormenorizada e suas particularidades.

Podemos observar um equívoco em relação à proteção de bens imateriais: a única forma de salvaguarda que constava na lei eram os tombamentos, como se esse instrumento

pudesse também atender satisfatoriamente aos bens de natureza intangível. Esse equívoco só foi corrigido seis anos depois.<sup>86</sup>

Equívocos à parte, a lei já estabelecia um caminho a ser percorrido para que se realizassem os tombamentos, o que evidencia algum grau de amadurecimento nas políticas culturais locais para o setorial de patrimônio e memória.

Em janeiro de 2013 foi produzido um documento intitulado *Cultura em Cachoeiras de Macacu: cenário atual das ações culturais*, sem autoria especificada e que parece uma espécie de artigo de jornal a ser publicado. Conta uma breve história que atribui o início de uma “intensa fase de produção cultural” aos ferroviários do início e meados do século XX, “através da fundação de clubes e blocos carnavalescos, sendo os mais famosos o Piratas, o Cavaleiros [do Luar] e o Caçadores”. Afirma que o município “se formou de grande diversidade cultural e múltiplas identidades” e que é conhecido por “produzir artistas de excelência em diversas áreas”. O documento defende a importância da pesquisa histórica no município e critica o enfraquecimento de manifestações culturais tradicionais, como a folia de reis, a moda de viola, o mineiro pau e os bailes carnavalescos. Temos aqui o que pode ser o primeiro indício de uma preocupação mais sólida em relação à preservação do patrimônio imaterial.

Entre 2013 e 2015, surgiram os primeiros projetos especificamente ligados à documentação da história e da memória locais, sobre os quais darei alguns detalhes no próximo capítulo. São eles o Projeto Memórias<sup>87</sup>, que foi pausado em 2015 e o projeto Histórias, Memórias e Identidades Macacuanas<sup>88</sup>, que deu origem ao Clube da Esquina<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> Na assembleia ordinária de outubro de 2018 do CMPC, o setorial de patrimônio apresentou uma proposta de emenda substitutiva para os artigos 14 e 15 da Lei Municipal 1.920, referentes à preservação e à salvaguarda de bens culturais materiais e imateriais. O texto foi corrigido e foram, então, incluídos três livros de registro de salvaguarda com suas especificações, e reformulados os livros de tomo e suas especificações. Junto à proposta de emenda, foi apresentada uma sugestão de regulamentação do processo de tombamentos e registros de salvaguarda. Ambas as propostas foram aprovadas pelo conselho. Os conselheiros aguardam, ainda em 2020, o encaminhamento das correções à câmara dos vereadores pela Fundação Macatur.

<sup>87</sup> Como já dito anteriormente, o Projeto Memórias consistia em gravar entrevistas em vídeo com moradores idosos de Cachoeiras de Macacu. Apesar de ter pausado a produção das entrevistas em 2016, o grupo lançou uma série de vídeos editados por tema em 2019, que estão disponíveis em um canal no *YouTube* com o mesmo nome do projeto.

<sup>88</sup> O projeto Histórias, Memórias e Identidades Macacuanas, lançado em 2015, resultou de uma parceria entre a Fundação Macatur e o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), passando a ser parte dos objetivos do grupo de pesquisa Sociedades Escravistas nas Américas, registrado no CNPq e coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Suely Amantino. Pretendia incentivar a pesquisa acadêmica local com ênfase nas ciências sociais e humanas e promover o alcance de seus resultados à população em geral. A prioridade do projeto era a montagem de um Arquivo Histórico Municipal, que possibilitaria o desenvolvimento das demais atividades. Uma equipe voluntária formada por universitários das mencionadas áreas – principalmente moradores do município – foi reunida para realizar o levantamento das fontes disponíveis

Fotografia 10: Equipe do Projeto Memórias durante gravação de entrevista.



Fonte: Página de Wellington Lyra no *Facebook*<sup>90</sup> (2013)

Fotografia 11: Fase inicial do projeto Histórias, Memórias e Identidades Macacuanas.



Fonte: Página de Vinícius Maia Cardoso no *Facebook*<sup>91</sup> (2018)

A legenda contida na imagem é do autor.

---

no arquivo da PMCM e organizá-las minimamente, já que não contava com estudantes de arquivologia ou áreas afins.

<sup>89</sup> A equipe que se formou durante a fase inicial do projeto Histórias Memórias e Identidades Macacuanas adotou o nome de Clube da Esquina e chegou a promover alguns eventos dentro e fora do município. Após uma pausa de dois anos, teve um projeto contemplado pela Lei Aldir Blanc em 2020.

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=4274755241822&set=a.4265553771791>

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10217780869863563&set=pb.1536103991.-2207520000..&type=3>

Em fevereiro de 2016, o Clube da Esquina escreveu um texto a ser enviado à Câmara dos Vereadores para se tornar um projeto de lei que propusesse a criação oficial do Arquivo Histórico Municipal que o grupo pretendia criar. Em seguida, iniciou uma articulação com o então gestor do Centro Cultural Casarão de Japuíba, Élisson Rodrigues, para que a sala do espaço que estava sem uso pudesse abrigar o arquivo. A relação era harmoniosa, o gestor se interessava pelo assunto e até mesmo participava das reuniões do grupo, que passaram a acontecer mensalmente naquele local. Em setembro do mesmo ano, o arquivo foi inaugurado e, a partir de então, novos documentos foram recebidos.

Fotografia 12 – Inauguração do Centro de Documentação Municipal.



Fonte: Grupo Centro Cultural Casarão de Japuíba no *Facebook*<sup>92</sup> (2016)

Em maio de 2017, o grupo organizou um evento em parceria com a Universo e a UEMG que se chamou Arquivos, museus e patrimônio histórico: avaliações, desafios e projeções e aconteceu no Casarão, de que uma das salas estava sendo preparada para abrigar o Arquivo Histórico Municipal. O evento trouxe uma gama de novos conhecimentos ao grupo e, por fim, concluiu-se que, devido à natureza de seu acervo<sup>93</sup>, o que o grupo estava criando era um centro de documentação, e não um arquivo.

<sup>92</sup> Postagem de Élisson Rodrigues. Disponível em: <https://www.facebook.com/Casar%C3%A3o-de-Japu%C3%ADba-361802167266203/photos/a.1075286395917773/1075315922581487>

<sup>93</sup> Os documentos que compõem o acervo foram reunidos de forma não-orgânica e têm diversos formatos, gêneros e origens. De acordo com Viviane Tessitore em seu livro *Como implementar centros de documentação*, essas características são específicas desse tipo de instituição.

Em fevereiro de 2018, foi realizada a VI Conferência Municipal de Cultura, que contou com uma mesa cujo tema foi preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. Os membros do Clube da Esquina foram convidados a se apresentarem nessa mesa e cobraram do poder público, além da criação de políticas públicas e destinação de recursos para o setorial equivalente à dos demais, o encaminhamento da proposta de projeto de lei<sup>94</sup> desenvolvida por eles acerca da criação oficial do Centro de Documentação Municipal à Câmara dos Vereadores.

Os integrantes do CMPC saíram daquela conferência sentindo-se fortalecidos e pouco mais de dois meses depois começaram a planejar o que finalmente daria origem ao MAQ.

### **2.3 O Movimento pelo Antigo Quintino**

Na noite de 2 de maio de 2018, ao fim da assembleia ordinária do CMPC daquele mês, uma agitação começou em torno da situação de abandono do Antigo Quintino. Levados pela emoção da então conselheira de artes cênicas, Michelle Lima, que defendeu que a comunidade cultural deveria promover uma ocupação do local, uma parcela dos presentes começou a se manifestar aos gritos de “Ocupa! Ocupa!”. Temendo pela segurança das pessoas, aliei-me a uma parcela consideravelmente menor dos presentes e nos colocamos contra. Além da possibilidade de acidentes e da infestação de pombos e morcegos no telhado, havia o problema da própria estrutura do prédio. Afinal, a justificativa para seu fechamento, sete anos atrás, era de que o assoalho do primeiro piso corria risco de cair. Apesar da divergência, estávamos de acordo de que algo precisava ser feito e, após uma breve discussão, concordamos todos em promover uma ação apenas na área externa da construção. Nascia ali o Movimento pelo Antigo Quintino.

A primeira ação do grupo foi a criação de uma página no *Facebook*, criada com a finalidade de divulgar a existência do movimento e suas ações. No dia 5 de maio, a primeira publicação no evento promovido pela página, o Mutirão pelo Quintino, dizia o seguinte:

---

<sup>94</sup> A proposta desenvolvida em 2016 foi entregue à fundação Macatur no mesmo ano. Em 2017, quando percebeu o equívoco no nome da instituição, o grupo recebeu a notícia de que o documento ainda não havia sequer sido encaminhado à Câmara dos Vereadores. Após solicitar a correção do nome, o grupo pressionou a fundação constantemente para que levasse o texto ao Legislativo, porém sem resultado. Somente após a exposição do caso durante a conferência é que a proposta foi finalmente corrigida e chegou ao seu destino. Foi votada e aprovada pela câmara em março e, em seguida, encaminhada ao gabinete do prefeito, onde a Lei Municipal nº 2.393 só foi sancionada no dia 6 de novembro de 2018.

### O Quintino é nosso

Se não cuidarmos dele, político algum cuidará. Vamos comemorar o aniversário de nossa cidade deixando ela mais bonita!  
Traga sua força, sua arte, seu sorriso, sua presença e vamos cuidar do que é nosso!

Essa primeira chamada pública pretendia fazer uso do descontentamento da sociedade civil para com o poder público perante a situação do edifício e da desesperança de que a reforma prometida seria realizada pelas mãos do Executivo como força de mobilização. O texto revela, ainda que de maneira pouco específica, que um dos objetivos do evento era a produção, pelas mãos populares, de alguma melhoria para aquele espaço.

A segunda ação do grupo foi uma reunião com representantes do Executivo municipal para comunicar oficialmente a intenção de realizar o mutirão no dia 15 de maio, data em que é comemorado o aniversário do município<sup>95</sup>. A Secretaria Municipal de Obras Saneamento e Urbanismo se prontificou, então, a enviar funcionários, antes do evento, para a remoção dos entulhos maiores que estavam no quintal do edifício e para o corte do capim que se alastrava ao seu redor. Em uma nota de agradecimento, o MAQ deixa os objetivos do evento mais claros: “trabalhar no muro e entorno” e “realizar intervenções artísticas no local” para “chamar atenção para a preservação do Antigo Quintino”.

Os participantes do evento completaram a limpeza do quintal removendo a maior parte dos resíduos menores que não foram retirados pela Secretaria de Obras, como cacos de vidro, garrafas plásticas, latinhas e embalagens em geral, por exemplo. Auxiliaram também na preparação do muro da frente para receber o *grafitti* do artista gonçalense Marcelo Melo, que já havia produzido outras obras em Cachoeiras de Macacu, como a torre dos pássaros que pode ser vista por quem visita o município próximo à rodoviária.

---

<sup>95</sup> De acordo com o historiador local Vinícius Maia Cardoso, essa data não tem embasamento histórico. Em seu artigo intitulado “*Cachoeiras de Macacu: não criado, desmembrado ou emancipado. A atípica constituição de um município fluminense*”, ele apresenta as origens dessa confusão: em 1953, o vereador Silvio Pereira da Silva apresentou um projeto com objetivo de estabelecer um feriado no dia 15 de maio, para que pudessem ocorrer as comemorações em relação ao aniversário do município. O vereador Antônio José da Silva – que afirmava que a data deveria ser comemorada no dia 6 de novembro – contestou, mas depois voltou atrás. A data proposta inicialmente se consolidou no ano seguinte, embora naquele momento, os vereadores já tivessem constatado a existência de controvérsias nos dados do livro do IBGE que utilizaram como base para tentar encontrar a data de criação do município. De acordo com Cardoso, os legisladores provavelmente não se aprofundaram em uma pesquisa histórica além daquela fonte. Tendo finalmente realizado tal aprofundamento, Cardoso afirma que, se considerarmos a data de criação da Vila e Município de Santo Antônio de Sá – de onde a atual Cachoeiras de Macacu é remanescente –, a data apropriada para as celebrações seria o dia 5 de agosto, em referência ao mesmo dia do ano de 1697.

Fotografia 13 – Parte dos participantes do Mutirão pelo Quintino.



Fonte: Acervo Amaq (2018)

Fotografia 14 – Registro feito em frente ao Antigo Quintino no dia 15 de maio de 2018.



Fonte: Acervo Amaq (2018)

Nas fotografias 13 e 14, podemos ver uma parte das pessoas presentes no mutirão e também parte do muro após a intervenção. Podemos observar, ainda, a presença de pessoas de faixas etárias variadas.

A pedido do MAQ, a Fundação Macatur forneceu aparelhagem de som, o que possibilitou que algumas pessoas utilizassem o microfone para falar ao público pela manhã, despertando a curiosidade de quem passava por perto do local. Artistas locais também

contribuíram<sup>96</sup> com apresentações de dança, teatro e música, além de registros fotográficos e em vídeo.

Fotografia 15 – Apresentação de artistas locais no interior do Antigo Quintino.



Fonte: Acervo Amaq (2018)

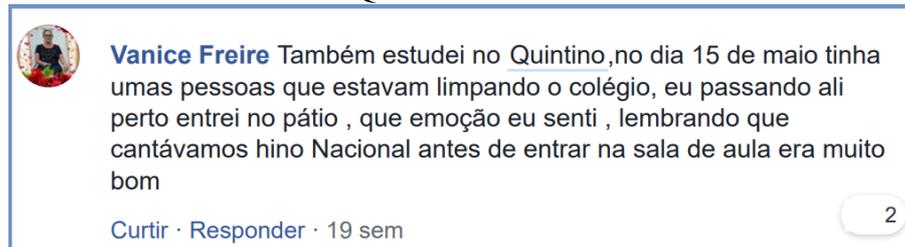
A principal característica daquele primeiro evento foi a espontaneidade das atividades. Cada pessoa que chegasse poderia contribuir da forma como achasse melhor, não houve uma divisão de tarefas pré-estabelecida ou uma programação. Os materiais utilizados foram levados pelos participantes e/ou comprados a partir de quantias arrecadadas de pequenas doações de acordo com a necessidade.

A repercussão foi considerada satisfatória para os integrantes do MAQ. Apesar da dificuldade quanto à divulgação prévia, o mutirão foi percebido por muitos moradores enquanto acontecia e, alguns dias depois, foi noticiado pelo jornal Estado em Notícias<sup>97</sup>, ampliando a possibilidade de acesso à informação acerca da existência do movimento a pessoas que não utilizavam as redes sociais.

<sup>96</sup> Na Fotografia 15 vemos uma apresentação não planejada de Michelle Lima e Federico Klurfan. O registro da imagem reproduzida na figura 13 é de Caio Mota, e o das imagens 14 e 15, é de Arquimimo Jr.

<sup>97</sup> Edição nº 672. 19 de maio de 2018, p. 5.

Imagem 1 – Comentário em rede social feito por uma ex-aluna sobre o Mutirão pelo Quintino.



Fonte: Adaptado do Grupo Fotos Antigas de Cachoeiras de Macacu – RJ<sup>98</sup> no *Facebook* (2018). O comentário foi publicado<sup>99</sup> uma semana após o evento no em uma postagem sobre o edifício.

A imagem acima é um recorte do levantamento<sup>100</sup> que fiz, em outubro de 2018, dos comentários contendo o termo “Quintino” desde a criação do referido grupo virtual. Ela revela, sobretudo, o caráter afetivo que a ação teve sobre as pessoas que estiveram lá.

No dia 9 de junho foi realizado um segundo mutirão, dessa vez com uma programação prévia, cujo objetivo era sensibilizar ainda mais os participantes: uma limpeza na parte interna do térreo do edifício; uma exposição interativa utilizando itens do centro de documentação municipal relacionados à educação; uma exibição de vídeos do Projeto Memórias e apresentações de músicos locais. Essa programação acabou sendo afetada por diversos fatores: as consecutivas mudanças na data da IV Conferência Estadual de Cultura, que fez com que fosse necessário alterar a data do mutirão algumas vezes e causou confusão nas pessoas que pretendiam comparecer; uma falha de comunicação com o Centro Cultural Casarão de Japuíba – cujo centro de documentação ocupa uma de suas salas –, que foi fechado antes do horário previsto, impossibilitando a retirada dos documentos que comporiam a exposição; a chuva que começou a cair pouco após o início da limpeza, impossibilitando a exibição dos vídeos e as apresentações musicais, que ocorreriam na área externa.

<sup>98</sup> Grupo virtual público, criado em 2011, com intuito, como o nome já diz, de publicar fotos e vídeos relacionados a outros tempos de Cachoeiras de Macacu. Embora não possua qualquer caráter técnico, é um espaço riquíssimo, pois conta com um número expressivo e crescente de membros – em julho de 2017 tinha 5.750 membros; ao término deste trabalho, em dezembro de 2020, tinha 8.797 –, com atividade constante e interação entre pessoas de quase todas as faixas etárias – exceto crianças. Por esse motivo decidi fazer o levantamento das publicações relativas ao Antigo Quintino disponíveis lá.

<sup>99</sup> Comentário de Vanice Freire em postagem de Roberto Franco Garcia. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1828947530494895&set=gm.2190144611015179>

<sup>100</sup> O grupo mencionado é público e pode ser facilmente encontrado através da ferramenta de busca da rede social. Sendo assim, qualquer pessoa interessada pode acessar seu conteúdo – inclusive reproduzir o levantamento feito por mim –, se tornar um membro e interagir com os demais participantes.

Fotografia 16 – Antes e depois do hall de entrada do Antigo Quintino no dia 9 de junho de 2018.



Fonte: Acervo Amaq (2018).

Com tantos imprevistos, a participação no evento ficou comprometida e a ação não chamou a atenção esperada. Somente 15 pessoas, aproximadamente, estiveram presentes naquele dia, o que possibilitou ao menos que a limpeza planejada fosse concluída, como mostra a Fotografia 16.

No dia 22 do mesmo mês, uma nova limpeza foi feita para preparar o espaço para o evento que ocorreria no dia seguinte: como forma de apoio de seus organizadores ao MAQ, a Feira Ciclos da Terra<sup>101</sup> de inverno foi realizada no quintal do Antigo Quintino. Podemos ver uma parte do evento na Fotografia 17.

---

<sup>101</sup> A Feira Ciclos da Terra surgiu em maio de 2015 e é realizada, normalmente, na Travessa Nicomedes Arruda como uma ação de ocupação de espaços ociosos. A feira acontece a cada troca de estação, estimulando o consumo sustentável, através de trocas e doações de produtos e também dando espaço aos artesãos locais. Promove o compartilhamento de saberes através de rodas de conversa e/ou de aulas públicas, e abre espaço para diversas manifestações artísticas populares.

Fotografia 17 – Edição de inverno de 2018 da Feira Ciclos da Terra.



Fonte: Acervo Amaq (2018).

Além de impulsionar a divulgação do MAQ, a presença da feira proporcionou outros benefícios. Os organizadores incentivaram o público a levar alimentos típicos de festa junina – tema daquela edição – que pudessem ser comprados pelos presentes em sistema de colaboração consciente para arrecadar fundos para as atividades do movimento. Os valores arrecadados possibilitaram a compra de novos cadeados para o portão – que estava preso apenas por uma corrente antes, facilitando a entrada de pessoas para fins indevidos, como o uso de drogas e o alívio de necessidades fisiológicas – e de materiais de limpeza – como sacos de lixo, luvas de borracha, panos de chão, vassouras, desinfetante, cloro, álcool, entre outros.

A feira contou, ainda, com a presença do arquiteto e professor adjunto do Departamento de Projeto de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Luiz Felipe da Cunha e Silva, que analisou, voluntariamente, toda a estrutura externa e interna da construção, assegurando que, ao contrário da justificativa dada à população para o fechamento do edifício em 2011, o assoalho do primeiro piso não corria o risco de cair. Afirmou, ainda, que os principais pontos de deterioração, como o forro do primeiro piso, algumas tábuas podres no chão e o descascamento das paredes, haviam surgido após o fechamento, devido às telhas que quebraram, permitindo a entrada de água das chuvas. De acordo com ele, o único problema estrutural seria um apoio abaixo da escada que parece ter sido removido e poderia fazer com que ela cedesse a longo prazo. Sendo assim, concluiu que a prioridade no que diz respeito à conservação do prédio deveria ser o conserto do telhado.

Fotografia 18 – O arquiteto Luiz Felipe da Cunha e Silva com integrantes do MAQ e participantes da Feira Ciclos da Terra no interior do Antigo Quintino.



Fonte: Acervo Amaq (2018)

As considerações do arquiteto agregaram esperança e ajudaram a desenvolver um plano de ação mais sólido para o movimento, que até então se dedicava basicamente a executar a limpeza do espaço dentro das possibilidades e a promover atividades culturais no local com certa frequência. Ao descobrirem que a possibilidade de recuperação do Antigo Quintino estava, na verdade, muito menos distante do que se imaginava, os membros do MAQ começaram imediatamente a discutir formas mais efetivas de angariar recursos para isso.

Duas semanas após a feira, no dia 7 de julho, aconteceu a assembleia de fundação da Associação do Movimento pelo Antigo Quintino (Amaq), cujo edital de convocação foi devidamente publicado com uma semana de antecedência no jornal *Estado em Notícias*<sup>102</sup>. A criação da associação teve o intuito de firmar o movimento enquanto terceiro setor como um meio de fortalecimento do grupo e de elevação de sua credibilidade perante a população macacuana e perante o primeiro e o segundo setores. Seria necessário, ainda, obter um CNPJ.

Apesar das novas aspirações, prosseguir com o que já vinha fazendo antes também estava entre os planos da Amaq. Sendo assim, novos eventos foram realizados e, para isso, a ativação de dois banheiros e um tanque na área externa do edifício foi solicitada e prontamente atendida pela Autarquia Municipal de Água e Esgoto (AMAE). Também foi estabelecida uma parceria com o Colégio Municipal Carlos Brandão para o acesso a pontos de energia elétrica para uso na mesma área em dias de atividade no local.

<sup>102</sup> Edição 678. 30 de junho de 2018, p. 2.

A primeira atividade realizada pelo grupo após se tornar uma associação foi uma Festa Julina, que já contou com as melhorias descritas acima. Dessa vez, o jornal *Estado em Notícias*<sup>103</sup> ajudou na divulgação da festa. Artistas locais também contribuíram – mais uma vez –, doando seu trabalho para o entretenimento do público. Quiosques próximos emprestaram mesas e cadeiras, possibilitando maior conforto aos participantes. Pessoas e grupos interessados em comercializar alimentos e/ou produtos artesanais foram convidados, devendo contribuir com 10% dos valores arrecadados no evento à Amaq, gerando, assim, renda para ambos. A associação também produziu diversos caldos e ímãs para venda e conseguiu, assim, parte considerável dos valores de que precisava para iniciar os trâmites da criação de seu CNPJ<sup>104</sup>.

Além de possibilitar a aquisição de recursos para consolidar a oficialização almejada pelo grupo, aquela atividade mostrou, ainda, que o poder de mobilização pela causa do grupo só crescia. Tendo isso em vista, a Amaq requisitou uma reunião com o prefeito, que aconteceu um mês após a festa. Declarando-se favorável ao movimento, o prefeito fez duas sugestões: uma nova reunião do grupo com os responsáveis pela Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Urbanismo, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Geoprocessamento e pela Fundação Macatur para firmar um compromisso de colaboração mútua e uma tentativa de contato com a assessoria do deputado federal Glauber Braga (Psol) para pleitear uma emenda parlamentar.

Ambas as sugestões foram acatadas, uma vez que, para o grupo, era muito clara a necessidade de solidificar e expandir suas ações e de agregar todas as possibilidades de ajuda que estivessem disponíveis à missão de recuperar o prédio.

A reunião com os representantes do poder público municipal, que aconteceu no dia 29 de agosto, deu origem a um documento denominado *Pacto Social pelo Antigo Quintino*. O documento, que foi assinado por três representantes da Amaq e sete representantes do executivo municipal, expõe os objetivos da associação:

[...] elaborar um contrato de gestão conforme a lei 9.637/98, com prazos e metas bem definidos, e que tenha como finalidade a formação de parceria para revitalização, fomento e execução de atividades culturais no Edifício do

---

<sup>103</sup> Edição 681. 21 de julho de 2018, p. 1 e 4.

<sup>104</sup> A associação se registrou no Cartório do Segundo Ofício de Cachoeiras de Macacu no dia 7 de novembro de 2018, e deu entrada no pedido de criação do CNPJ no mesmo dia. O cadastro foi validado no dia 2 de dezembro do mesmo ano. Suas atividades foram descritas como “atividades de associações de defesa de direitos sociais”.

Grupo Escolar Quintino Bocaiúva, conduzindo e dando prosseguimento às ações já realizadas.

Trata-se da lei que dispõe sobre as organizações sociais na legislação federal. O propósito da Amaq era, portanto, a formalização, em um futuro breve, de uma gestão compartilhada para o Antigo Quintino, semelhante à que já ocorria no Centro Cultural Casarão de Japuíba, conforme expus anteriormente.

Ainda de acordo com as sugestões do prefeito, no mesmo dia da assinatura do pacto, o diálogo com a assessoria do deputado foi iniciado. As respostas foram positivas desde o princípio, e, no dia 12 de março de 2019, ao ter acesso ao espelho da emenda que pleiteava, a Amaq publicou a seguinte notícia em sua página no *Facebook*:

A população de Cachoeiras de Macacu pode comemorar. Teremos nosso Quintino de volta!

[...]

Após o encontro dos representantes da Associação com Glauber Braga, que concede suas emendas de forma participativa, nas ruas, ouvindo as demandas da população e da sociedade civil organizada, ficou destinada, de forma carimbada, a emenda para recuperação do Antigo Quintino no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). O convênio já se encontra na Secretaria Municipal de Educação para ser operado.

Esta é só a primeira etapa. Mais uma de muitas vitórias que virão. A AMAQ agradece imensamente a cada um que tem colaborado com seu trabalho. Agradecemos especialmente ao prefeito Mauro Soares e ao Deputado Glauber Braga que acolheram as propostas da AMAQ e acreditaram no sério trabalho de preservação do patrimônio cultural realizado pela associação que tem menos de um ano de fundação.

O Quintino é Nosso! Cultura Importa!

A novidade foi recebida com entusiasmo na rede social e nos ambientes de contato presencial. Contudo, devido ao fato de os recursos terem sido vinculados à PMCM, e não à associação, a desconfiança também esteve presente nas manifestações das pessoas. Em linhas gerais, a população não se sentiu satisfeita com a gestão de Mauro Soares<sup>105</sup>, o que tornaria, por si só, aquele sentimento previsível. Somam-se a isso os tantos anos de negligência em relação ao patrimônio cultural local e um histórico de repetidas emendas parlamentares

---

<sup>105</sup> Dentre outros problemas, foi uma gestão marcada por greves dos trabalhadores de diversos setores públicos, como a cultura, a saúde e a educação, por não receberem seus vencimentos. Muitas ações de solidariedade foram necessárias para a arrecadação de mantimentos para aqueles trabalhadores. Também devido à falta de pagamento, por repetidas vezes as empresas de coleta de resíduos não fizeram o recolhimento do lixo, deixando a cidade muito suja, reforçando o sentimento de abandono dos moradores. Até mesmo a taxa de suicídios cresceu. A insatisfação dos moradores pode, ainda, ser constatada a partir dos resultados das eleições municipais de 2020: Mauro Soares obteve pouco mais de 1% dos votos populares em sua tentativa de reeleição.

destinadas a diversos fins perdidas pela PMCM em razão de atrasos no envio da documentação solicitada.

Ao longo de todo o ano de 2019, a Amaq acompanhou o andamento dos trâmites e até mesmo auxiliou na produção de alguns dos documentos necessários, como a elaboração da justificativa, por exemplo. Entretanto, apesar da pressão constante da associação, de fato o risco de perder a emenda, decorrente do descumprimento, por parte da PMCM, dos prazos estabelecidos, esteve muito próximo em diversas ocasiões.

Com tantos problemas administrativos que atrasaram o andamento do processo, foi somente no dia 6 de março de 2020 que o deputado Glauber Braga esteve presente no município e pôde anunciar que a emenda havia sido empenhada<sup>106</sup>.

Desde as primeiras respostas positivas em relação à destinação da emenda parlamentar para a reforma do Antigo Quintino, a Amaq começou as discussões acerca do que deveria ser feito do edifício. Já no início do movimento, estava presente o desejo de usar aquele espaço para abrigar atividades culturais, mas faltava uma definição em relação a que tipo de atividades culturais. O próximo capítulo é sobre isso.

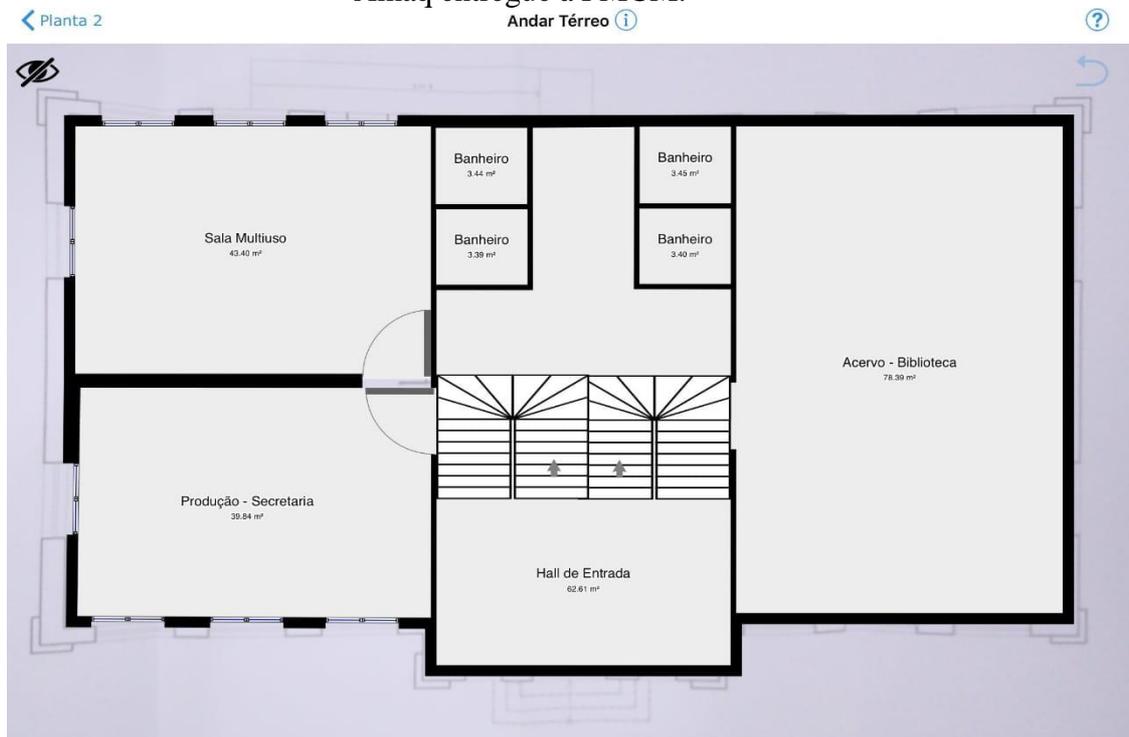
---

<sup>106</sup> No momento da conclusão deste texto, ainda havia documentos pendentes e, por isso, as obras ainda não se encontravam iniciadas. Além dos problemas administrativos já mencionados, a pandemia de Covid-19 atrasou ainda mais a finalização da etapa burocrática para que a reforma possa começar.

### 3 PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIAS ANTIGO QUINTINO

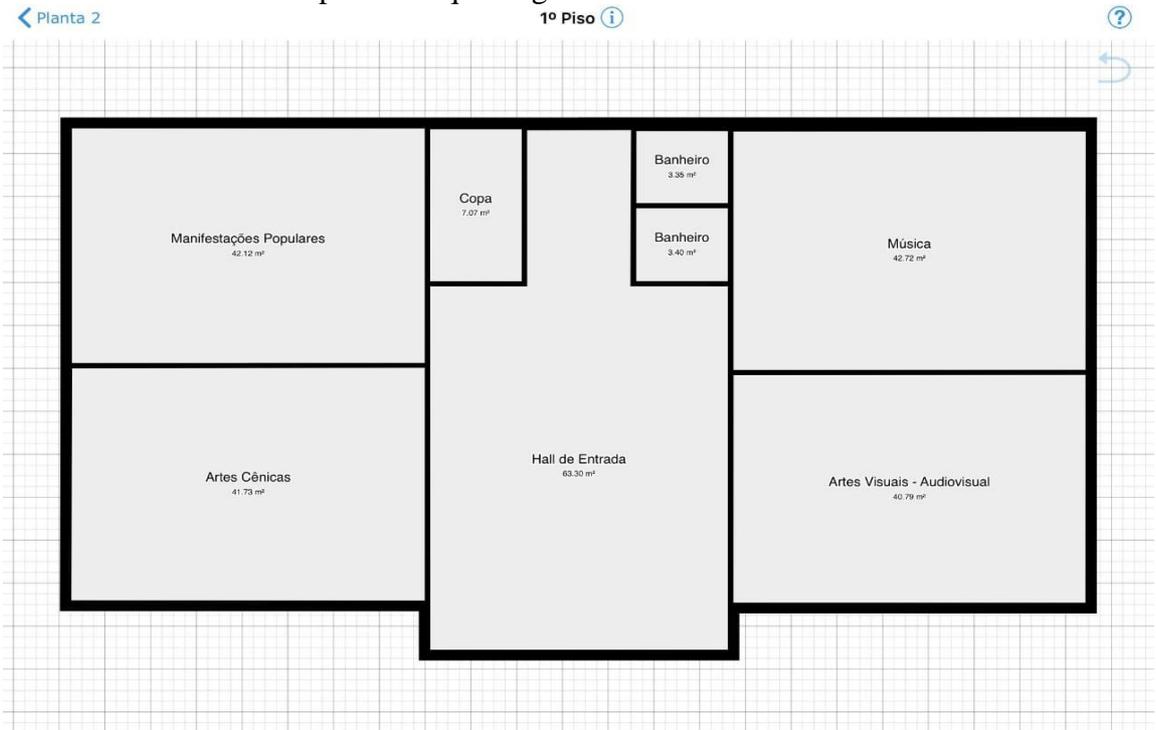
Após a divulgação do espelho da emenda, em março de 2019, a PMCM demandou da associação que apresentasse rapidamente um esboço de como pretendia dividir o interior do prédio. Sem tempo para mais discussões, decidimos que o caminho mais justo seria dividir as oito salas entre as áreas que definiram os oito setoriais da sociedade civil do CMPC, já que aquelas haviam sido identificadas como as mais importantes anos atrás.

Imagem 2 – Esboço da distribuição do térreo do Antigo Quintino pretendida pela Amaq entregue à PMCM.



Fonte: Acervo Amaq (2019)

Imagem 3 – Esboço da distribuição do primeiro piso do Antigo Quintino pretendida pela Amaq entregue à PMCM.



Fonte: Acervo Amaq (2019)

O projeto<sup>107</sup> desenvolvido pela então arquiteta da prefeitura, Alessandra Costa Madruga, baseou-se no esboço entregue pela Amaq. A profissional foi substituída e, sendo assim, ainda é possível que alterações sejam feitas. Independentemente dessa possibilidade de alteração, desenvolvi uma proposta diferente, que difere menos em relação à parte física do projeto do que em relação à finalidade dos espaços, uma vez que não possuo formação em arquitetura.

Retomando a preocupação anterior de chegar ao caminho mais democrático possível quanto à utilização do Antigo Quintino, concluí que nos equivocamos no momento em que nos foi solicitado aquele esboço. O equívoco ocorreu porque não houve tempo suficiente para considerarmos e discutirmos adequadamente nem os anseios dos moradores em relação ao edifício nem o panorama dos espaços culturais já existentes no município.

Ao fazer o levantamento das menções à palavra “Quintino” no grupo virtual Fotos Antigas de Cachoeiras de Macacu – RJ no *Facebook*, encontrei uma série de comentários de moradores sugerindo usos para o Antigo Quintino. Os usos sugeridos relacionados à cultura alcançaram um quantitativo de 80%, dentre os quais 30% sugeriam a criação de um centro

<sup>107</sup> Ver anexo A.

cultural, 20% sugeriam a criação de um museu, 10% sugeriam seu uso para a guarda de acervos históricos, 10% desejavam uma biblioteca e 10% desejavam que o espaço fosse utilizado para atividades de cultura e arte sem especificação.

Analisando os dados acima, pode-se concluir que a decisão da Amaq de distribuir as salas do edifício igualmente entre as modalidades que inspiram a divisão dos setoriais do CMPC parece atender aos anseios da população de forma bastante equilibrada. Entretanto, outros fatores devem ser levados em consideração.

Conforme exposto anteriormente, o município já conta com espaços culturais dedicados à valorização e ao ensino de modalidades artísticas. Normalmente as oficinas públicas não se estendem além do nível básico, logo existe uma carência de aprofundamento dessas modalidades que seja oferecido de forma gratuita. Muitos dos profissionais responsáveis pelas oficinas oferecem aulas particulares em outros níveis de suas respectivas modalidades a preços baixos, mas nem todos os alunos das oficinas públicas têm condições de pagar. Há, ainda, o obstáculo da necessidade de local e de estrutura adequados para as aulas.

Dito isso, há que se concordar que a criação de mais um espaço semelhante aos que já existem não traria nenhum benefício ao município – a menos que fosse em uma área em que esse tipo de atividade ainda não chegou, o que não é o caso, uma vez que a localização do Antigo Quintino é próxima à da CaWell. Para resolver esse problema, o mais apropriado seria uma reorganização das oficinas, dividindo-as em níveis, criando um cronograma de acordo com as necessidades de cada espaço, adaptando a carga horária dos profissionais contratados e remunerando-os de acordo.

Por outro lado, o Centro de Documentação Municipal é o único espaço sob responsabilidade do poder público que foi criado especificamente para a valorização da história e da memória locais. Desde 2017, o acesso àquele espaço passou a ser dificultado pelos gestores do Casarão de Japuíba e não há cuidado algum com seu acervo.

Fotografia 19 – Centro de Documentação Municipal em abril de 2018.



Fonte: A autora (2018)

Fotografia 20 – Documentos amontoados no Centro de Documentação Municipal



Fonte: A autora (2018)

Apesar dos avanços obtidos na última década em relação às políticas culturais de patrimônio e memória em Cachoeiras de Macacu, os retrocessos também foram muitos. É urgente a criação de instituições efetivamente direcionadas a essa temática que possuam espaço próprio para seus acervos e para a realização de suas atividades. É essencial que essas instituições não dependam de gestores que não estão preparados – seja no aspecto técnico, seja simplesmente no aspecto da sensibilidade – para atender às suas necessidades.

A proposta de criação do Centro de Memórias Antigo Quintino parte da constatação da necessidade exposta acima, que, na verdade, já me acompanhava antes mesmo do nascimento da Amaq. O desenrolar dos acontecimentos ao longo dos últimos dois anos e o aprofundamento da pesquisa que pude fazer apenas reforçaram e amadureceram a visão que eu já tinha anteriormente.

Como o título já diz, este trabalho é uma proposta, e não um projeto, uma vez que não disponho de todos os conhecimentos necessários para uma sistematização efetiva de todos os setores do centro. Não tenho a pretensão de criar algo que reduza a importância de profissionais das áreas específicas contidas nesta proposta para coordenar a construção de planos, políticas e projetos sólidos a serem desenvolvidos em suas respectivas áreas. O que se tem aqui é um escopo que parte de reflexões realistas e busca de soluções para necessidades locais negligenciadas no campo da cultura. É, portanto, a sugestão de um caminho viável para passos mais firmes em direção à consolidação de políticas culturais de patrimônio e memória em Cachoeiras de Macacu.

### **3.1 Um centro de memórias, no plural**

Ao contrário do que possa parecer, esta proposta não é sobre um centro de memória propriamente dito, no sentido estrito do conceito, pois o que se pretende criar não está ligado unicamente a uma instituição específica e sua respectiva memória.

Uma possibilidade que atenderia bem às questões conceituais seria chamar o espaço de museu. De acordo com a definição estabelecida pelo Icom em 2015:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.<sup>108</sup>

De fato, a definição contemporânea de museu é a que melhor descreveria o que está sendo proposto aqui. Entretanto, pesquisas recentes, como a que foi realizada em 2019 a partir

---

<sup>108</sup> Ver <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>

de uma parceria entre a Oi Futuro e a Consumoteca<sup>109</sup>, revelam que a ideia de “museu” direciona o pensamento de grande parte da população brasileira a algumas características que não condizem com esta proposta. Embora apresente noções que, neste caso específico, são condizentes – 81% dos entrevistados associam os museus a prédios históricos e 83% e 51%, respectivamente, pensam nos museus enquanto espaços dedicados à história e a memória –, a pesquisa mencionada revela, por exemplo, que 58% das pessoas entrevistadas consideram os museus como lugares elitizados e pouco visitados, e 52% afirmam que são espaços monótonos, enquanto apenas 22% pensam nesses espaços como locais a serem visitados por todos e apenas 20% os consideram divertidos. A pesquisa ainda inclui fatores como classe social para analisar o público dos museus: dentre os entrevistados, 82% das pessoas consideradas frequentadoras de museus estão nas classes A e B, enquanto 53% dos não frequentadores estão na classe C e 43% na classe B.

Pelos dados expostos acima, e considerando que a situação se agrava em cidades do interior, a opção de incluir a palavra “museu” no nome foi descartada, visto que os aspectos simbólicos negativos associados a ela poderiam afetar a percepção do público em relação ao espaço, tornando-o menos atrativo para os moradores de modo geral.

Outra possibilidade seria adotar o nome de centro cultural. Segundo Luís Milanesi, “a reunião de produtos culturais, a possibilidade de discuti-los e a prática de criar novos produtos<sup>110</sup>” são os elementos que definem espaços dessa natureza. Esses elementos também descrevem, ainda que de forma mais limitada, o que se pretende alcançar: embora haja um destaque para as ações ligadas ao edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva, esta proposta pretende auxiliar na estruturação de um espaço que abrace diversas ações ligadas ao patrimônio cultural, à história e à memória de Cachoeiras de Macacu. Contudo, essa opção traz consigo um contratempo que tem origem nas dinâmicas locais e que pode, novamente, interferir na percepção dos moradores: a ideia que se construiu no município acerca dos centros culturais os coloca como espaços que são necessariamente consagrados à arte. A arte, enquanto expressão humana e, portanto, uma possível manifestação da memória – e produtora do que será memória um dia –, certamente tem seu lugar nesta proposta. Entretanto, é fundamental que se compreenda que não é ela o que moverá as atividades do espaço.

A solução para o problema de representação explicado acima foi pensar um nome que seja menos preocupado em se adequar a conceitos acadêmicos e mais próximo da realidade

<sup>109</sup> Ver <https://oifuturo.org.br/pesquisa-museus-2019/>

<sup>110</sup> MILANESI, Luís. *A casa da invenção*. 1997, p 28.

local. Não há sentido em impor ideias a uma população que não as conhece apropriadamente. O caminho é criar familiaridade e interesse primeiro para, assim, fazer com que as pessoas sintam-se confortáveis para visitar o local. Somente após isso é que os contatos que levarão esses e outros conhecimentos até elas serão possíveis.

A escolha do nome Centro de Memórias Antigo Quintino atende às necessidades locais porque cria a familiaridade e o interesse necessários e deixa claro o eixo a que se dedicará aquele espaço. Por fim, traz em si uma metáfora de encontro e uma expressão de valorização e respeito à diversidade, que são fundamentais para esta proposta.

### **3.2 Justificativa**

Embora tenha grande potencial em diversos sentidos – cultural, turístico, ecológico, científico, etc. –, Macacu é ainda muito carente em relação a estudos acadêmicos e técnicos, principalmente no âmbito das ciências sociais, o que entrava seu desenvolvimento, não só econômico, mas também – e talvez principalmente – humano.

A sensação dos moradores do município de se viver em um lugar sem importância, sem memória e sem identidade é fruto da desvalorização da ciência por parte do poder público municipal, que traz consigo a falta de incentivo a tais estudos e a ausência quase total de condições que os possibilitem. Na realidade, Cachoeiras de Macacu guarda em suas terras uma vasta história cheia de peculiaridades que ainda está sendo descoberta, explorada e incorporada muito lentamente nas narrativas oficiais.

O Vale do Macacu foi povoado desde pelo menos 4000 a.C. por sambaqueiros e depois por grupos indígenas ceramistas – principalmente os Tupinambás. A ocupação europeia se iniciou já na segunda metade do século XVI, quando Miguel de Moura recebeu uma sesmaria naquela região em 1567. As terras foram doadas à Companhia de Jesus em 1571, que foi responsável pela criação de aldeamentos indígenas, contendo, assim, parte da resistência dos nativos. No início do século XVII, a região já comportava um número considerável de colonos portugueses e franceses, tornando-se uma freguesia, que foi elevada a

Vila de Santo Antônio de Sá – a primeira do recôncavo da Guanabara – ao fim do mesmo século e, mais tarde, deu origem ao que hoje é Cachoeiras de Macacu<sup>111</sup>.

Vinícius Maia Cardoso classifica a formação do município como atípica, visto que “não foi criado por lei específica por motivo de seu desmembramento de outro município ou por um processo de emancipação”. Ou seja, sua autonomia simplesmente resultou de dinâmicas territoriais da Vila de Santo Antônio de Sá, como alterações de denominação, desmembramentos e deslocamentos de sua sede, tendo essa passado por São José da Boa Morte, Santíssima Trindade e Sant’Anna de Japubyba<sup>112</sup>.

No século XVIII, a Vila tornou-se uma região importante para o abastecimento do mercado interno, ocupando-se principalmente da produção de mandioca e seus derivados, além de derivados da cana-de-açúcar<sup>113</sup>.

Em meados do século XIX, a Vila de Santo Antônio de Sá foi extinta. Com a chegada da Leopoldina Railway e o trecho que ligava Cantagalo a Niterói, toda a região conseguiu um maior desenvolvimento econômico. Como já vimos anteriormente, em Cachoeiras – que se chamava Sant’Anna de Japubyba – a importância da ferrovia se revelou em uma expressiva geração de empregos e em um desenvolvimento urbano considerável no início do século XX.

O desenvolvimento urbano se intensificou durante o Estado Novo, dinamizando um pouco mais as relações sociais no município nos anos que se seguiram. Talvez a articulação entre os trabalhadores urbanos e rurais e a política local que ocorriam no período anterior ao golpe de 1964, incluindo a única eleição municipal de um candidato do PTB, Ubirajara Muniz<sup>114</sup> – que tinha como base de seu governo a reforma agrária – tenha sido fruto da integração social característica da década anterior. Eleito em 1962, acabou sendo cassado pela Ditadura Militar, acusado de ser comunista<sup>115</sup>.

No campo, as lutas pela terra durante o regime militar estão entre as mais expressivas do estado do Rio de Janeiro. O relatório da Comissão Estadual da Verdade publicado em 2015

---

<sup>111</sup> Informações contidas no guia temático do programa *Educação Patrimonial e Arqueologia no Vale do Macacu*, lançado em 2013 pelo Museu Nacional, desenvolvido a partir de pesquisas arqueológicas realizadas durante o licenciamento ambiental para as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

<sup>112</sup> CARDOSO, Vinícius Maia. Cachoeiras de Macacu: não criado, desmembrado ou emancipado. A atípica constituição de um município fluminense. 2014, p 3-6.

<sup>113</sup> CARDOSO, Vinícius Maia. *Fazenda do colégio: família, fortuna e escravismo no vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. 2012, p. 247 - 248.

<sup>114</sup> Isabel Jovita Rodrigues da Costa descreve essa articulação em sua dissertação de mestrado intitulada “*Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*”.

<sup>115</sup> A cassação de Ubirajara é abordada com mais profundidade por Alex Sandro Amaral Rodrigues, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Ubirajara Muniz: prefeito cassado com o golpe de 1964*”.

revela números estarrecedores em relação ao município: 16 conflitos de terra, 20 pessoas assassinadas, três desaparecidas, 141 presas, cinco torturadas e três agredidas fisicamente. São números muito altos em comparação com os demais municípios que constam no relatório. Devemos considerar, ainda, que tais números revelam apenas os casos registrados, mas é possível que tenham existido outros. A resistência dos trabalhadores foi intensa, levando a ações coletivas de ocupação de terras, à formação de um grupo de guerrilha ligado à VAR-Palmares e até mesmo à morte de um guarda rural como vingança pelo incêndio proposital de casas de camponeses.

Com a desativação do ramal ferroviário de Cantagalo no fim da década de 1960, as instalações relacionadas à estrada de ferro foram também suprimidas e diversas reformas foram realizadas em toda a sede municipal. Restam hoje pouquíssimos vestígios anteriores a esse período, sejam relacionados à ferrovia ou não. Os vestígios da ferrovia e os demais foram sendo aos poucos apagados sob a desculpa do desenvolvimento e do progresso. Entretanto, foi justamente naquele período que se instaurou no município uma derrocada social, com o prejuízo do transporte e do comércio e principalmente, como em todo o país, das liberdades individuais, limitando o pensamento e as ações das pessoas, manipulando as mentes dos mais jovens e buscando silenciar cada vez mais um passado que era ameaçador ao que os que estavam no poder pretendiam ter como sociedade. O resultado dessas transformações se mostra agora em forma de inércia por parte da maioria dos moradores, e, embora isso pareça uma crítica direta aos inertes, é completamente compreensível pela ignorância que lhes foi imposta durante tantas décadas.

Por outro lado, as dinâmicas do setor cultural macacuano a partir da virada do século, como vimos antes, abriram uma saída viável dessa situação de estagnação, através dos diálogos e das reflexões gerados pelo convívio entre pessoas diferentes que perseguem um objetivo em comum: o bem maior do município. A criação de espaços culturais que enfatizem a valorização do conhecimento é fundamental para que essa saída se amplie cada vez mais.

Bruno Viveiros Martins afirma que para reinventar uma cidade, é preciso humanizá-la, e defende a ocupação de espaços públicos como uma ação política efetiva, já que é uma forma de aproximar a cidade de seus habitantes.<sup>116</sup> Abrigar um centro de memórias no prédio do Antigo Quintino traria a ele e aos moradores não só o benefício da sua tão almejada revitalização, mas também uma ressignificação muito útil e que não apaga, de forma alguma,

---

<sup>116</sup> MARTINS, Bruno Viveiros. Amizade: a guarda da liberdade contra o avesso da política. 2017, p. 384.

o significado que já tem. Ele se tornaria um necessário novo espaço de trocas de experiências, de ideias e de informações confiáveis, trazendo à tona as histórias enterradas no passado, combatendo o obscurantismo e contribuindo, assim, para o desenvolvimento humano – e até mesmo econômico – local.

### **3.2.1 Missão e visão**

A missão do Centro de Memórias Antigo Quintino é promover a produção cultural e científica acerca das mais diversas representações do passado de Cachoeiras de Macacu, bem como a apropriação dessa produção pela população local.

Já a visão da instituição é transformar a percepção da população sobre si mesma e sobre seu entorno e estimular ações coletivas transformadoras que auxiliem no desenvolvimento local através da cultura.

### **3.3 Finalidade e área de especialização**

A finalidade do Centro de Memórias Antigo Quintino inclui aspectos culturais, educativos, científicos e também recreativos. Enquanto espaço de encontro e de troca, a instituição terá como objetivos primordiais a criação, a preservação e a ampla difusão de um acervo composto por documentos das mais diversas naturezas, que representem aspectos relacionados ao passado – do mais distante ao mais recente – de Cachoeiras de Macacu, possibilitando o desenvolvimento de atividades centradas nesse tema.

Quanto à área de especialização, com base na finalidade da instituição, pode-se dizer que as ciências humanas e sociais com ênfase local são o campo ao qual o centro se dedicará. Mais adiante, na apresentação da sugestão de uso para cada sala do edifício, esse campo se desdobrará em diversas áreas contidas nele, que serão distribuídas de acordo com os espaços.

### 3.3.1 Programa de história oral do Antigo Quintino

A história oral, mais do que um meio de recuperação de memórias das pessoas que vivenciaram ou testemunharam uma determinada conjuntura, é uma forma de produção consciente de fontes históricas. Existem, ainda, muitas lacunas a serem preenchidas a respeito do passado do Antigo Quintino, principalmente no que diz respeito à segunda metade do século XX, mas muitas pessoas que viveram aquele tempo estão vivas e dispostas a compartilhar suas memórias. Assim, o programa de história oral do Antigo Quintino será o principal projeto permanente do centro de memórias.

Um dos desafios para o uso da história oral no século XXI apontados por Philippe Joutard é o conflito entre duas visões aparentemente opostas a respeito dessa metodologia:

[...] de um lado, uma história oral militante, radicalmente alternativa; de outro, uma história oral acadêmica. A primeira ambiciona fazer história do ponto de vista dos que estão embaixo e dos excluídos; intervir, interpretar, distanciar-se - como o fazem os historiadores - é quase um sacrilégio, uma tomada ilegítima de poder. Os historiadores acreditam que a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos é transformar sua memória em história. Se quisermos tirar melhor partido da pesquisa oral e extrair toda sua riqueza, não poderemos deixar de utilizar plenamente os procedimentos históricos.<sup>117</sup>

A intenção aqui é algo mais próximo do segundo aspecto descrito pelo autor, uma vez que uma de suas finalidades é multiplicar e diversificar as possibilidades de pesquisa na área de especialização do centro, ou seja, se desdobrando em diversas linhas de estudo relativas às diferentes representações do passado do município. Para isso, será necessário o desenvolvimento de projetos de pesquisa cujos temas podem abarcar desde a história da educação, do trabalho e da política – aspectos mais ligados diretamente ao edifício em si – até assuntos mais amplos, mas relevantes para as identidades locais, como as manifestações populares, as religiões, os costumes, entre outros.

Conforme afirmei antes, ainda existem muitas lacunas em relação à história do edifício, portanto o ideal é que a pesquisa inicial do programa tenha como objetivo preencher ao menos algumas delas.

Após o estabelecimento dos objetivos da pesquisa, o próximo passo para a estruturação das entrevistas é a escolha dos entrevistados. De acordo com Alberti, se a história oral não é

---

<sup>117</sup> JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. 2000, p. 37.

um fim em si mesma, ou seja, se ela precisa de objetivos claros que a justifiquem, os objetivos da pesquisa é que devem guiar essa seleção.<sup>118</sup>

O primeiro critério para a pesquisa inicial que proponho é, logicamente, a relação do indivíduo com o edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva: ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários de outras categorias (diretores e trabalhadores de apoio ou de construção do grupo escolar, além de pessoas que trabalharam no local durante os períodos em que ele recebeu outros usos), frequentadores da antiga biblioteca e, por último, adeptos do Movimento pelo Antigo Quintino. Algumas pessoas desempenharam mais de um desses papéis, o que nos permite comparar a forma como elas se lembram de momentos diferentes da vida em um mesmo lugar.

O segundo critério, somado ao primeiro, é a faixa etária, dividida em cinco grupos da seguinte forma: primeiro grupo: pessoas com mais de 80 anos de idade; segundo grupo: pessoas com idade entre 60 e 79 anos; terceiro grupo: pessoas com idade entre 40 e 59 anos; quarto grupo: pessoas com idade entre 20 e 39 anos; quinto grupo: pessoas com menos de 20 anos de idade. O objetivo dessa divisão é observar o maior número possível de contextos históricos mais amplos a partir das experiências dos entrevistados. A divisão dos grupos coincide, mais ou menos, com períodos de transição política nacionais considerando não o nascimento, mas a idade escolar dos indivíduos.

O terceiro critério é o gênero. As formas diferentes pelas quais ocorre a socialização de homens e mulheres resultam em modos desiguais de perceber o mundo e de se colocar nele. Sendo a escola um dos pilares da socialização dos indivíduos contemporâneos ocidentais, considero indispensável a observação das dinâmicas de gênero principalmente nos relatos de entrevistados e entrevistadas cuja relação com o edifício é ligada diretamente à escolarização, o que não exclui, é claro, a importância de observá-las nos demais contextos. Por mais que o hiato de gênero na educação tenha sido revertido no Brasil durante a segunda metade do século XX, é preciso ter em mente que o período de limitação deliberada ou de proibição do acesso feminino à educação é muito mais longo. Kaizô Iwakami Beltrão e José Eustáquio Diniz Alves afirmam que, após séculos de exclusão das mulheres do processo de escolarização, mesmo que precário como era no período colonial, algumas medidas começaram a ser tomadas para nos incluir nesse sistema após as imigrações e diversificação econômica ocorridas durante o império, mas foram pouco eficazes, pois as classes femininas

---

<sup>118</sup> ALBERTI, Verena. *Manual da História Oral*. 2005, p. 29.

deveriam ser regidas por professoras, e não havia ainda a quantidade professoras qualificadas necessária. Os autores atribuem a mudança desse quadro ao início da Era Vargas, e associam também as transformações econômicas daquele período a alterações no papel da escola:

Enquanto a população permaneceu enraizada no campo, utilizando meios arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer papel importante na formação e qualificação dos recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais, no caso dos homens, ou para professoras primárias e donas-de-casa, no caso das mulheres. Neste sentido, a Revolução de 1930, ao redirecionar o desenvolvimento brasileiro para o mercado interno e para o setor urbano-industrial, propiciou o surgimento das primeiras políticas públicas de massa, especialmente para as populações urbanas. As novas exigências da industrialização e dos serviços urbanos influenciaram os conteúdos e a expansão do ensino. Porém, como a expansão do capitalismo não se fez de forma homogênea em todo o território nacional, a maior expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas regiões onde as relações capitalistas estavam mais avançadas.<sup>119</sup>

As ideias liberais já estavam presentes no país há algum tempo e, ao contrário do que afirmam os autores, já faziam parte da cultura escolar desde a criação dos grupos escolares no final do século XIX. Faria Filho e Vidal<sup>120</sup> afirmam que nos primeiros grupos escolares de São Paulo havia uma rígida separação dos alunos por gênero:

Edificados simetricamente em torno de um pátio central [os grupos escolares] ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescentado um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos.<sup>121</sup>

Mesmo levando em conta a heterogeneidade da expansão capitalista no país, não se pode esquecer que a estrutura dos grupos escolares, embora administrada pelos estados, era dotada de uma forte padronização nacional. Sendo assim, é possível que essa divisão tenha ocorrido em Cachoeiras de Macacu também, o que levaria a uma diferenciação na estrutura de ensino-aprendizagem de meninos e meninas que certamente teria reflexos na construção social dos indivíduos desses grupos. Essa possível divisão é a razão pela qual destaco o critério de gênero.

<sup>119</sup> BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. *A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX*. 2019, p. 4 - 5.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 25.

Pelos mesmos motivos ligados às diferentes formas de socialização, devem, ainda, ser considerados aspectos como a etnia, a localidade do município em que viveram a maior parte de suas vidas e a situação econômica dos escolhidos, buscando a maior diversidade possível, uma vez que essas divisões também influenciam no desenvolvimento da visão de mundo e de si dos indivíduos.

Os critérios ligados às divisões sociais podem ser utilizados em uma grande variedade de temas de pesquisa, mas é preciso pensar sempre em critérios próprios que melhor se adaptem a cada um.

Apresentei, no início desta seção, a multiplicação e a diversificação de possibilidades de pesquisa como uma das principais finalidades do programa. Essa ideia possui, ainda, um caráter social, de valorização e de integração de pessoas idosas nas atividades culturais locais. Com isso, servirá também para potencializar a aproximação de outras gerações e, por consequência, o afeto e o zelo para com o espaço, através da utilização de linguagens que facilitem a comunicação com essas pessoas e mantenham seu interesse aceso. O ato de ouvir alguém contar suas lembranças gera um certo fascínio, sobre o qual Verena Alberti diz o seguinte:

Em muitos casos, a entrevista de história oral nos acena com a chance, ou ilusão, de suspendermos, um pouco que seja, a impossibilidade de assistir a um filme contínuo do passado. Quando isso acontece é porque nela encontramos a ‘vivacidade’ do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Não é à toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) ‘viva’.<sup>122</sup>

As fontes escritas têm o seu fascínio também, mas elas parecem sempre muito distantes de nós, como num livro de ficção. Ouvir uma pessoa contar sobre um momento o torna muito mais vívido em nossas mentes. A história oral tem o poder de humanizar o passado, no sentido de nos fazer lembrar, de um modo muito nítido, que pessoas reais, com todas as suas emoções, sentimentos, memórias e formas de enxergar a vida, o viveram. Assim, ela humaniza também a pessoa que entrevista, que, estando inteiramente ciente de sua humanidade, assume o desafio de tratar com respeito o que o entrevistado se dispõe a compartilhar e, ao mesmo tempo, se manter crítica em relação às fontes e em relação a si mesma. Por fim, humaniza quem assiste, que concorda, discorda, questiona, se identifica,

---

<sup>122</sup> ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. 2004, p.15.

identifica lugares, pessoas, eventos, sensações... enfim, descobre conexões de si mesmo com aquele passado sendo representado pelas experiências de outra pessoa.

Tendo em mente a impossibilidade de alcançar uma verdade absoluta sobre qualquer tema que seja, através do uso da história oral é possível ao menos escrever narrativas de uma maneira que dê espaço para que diversos grupos da sociedade se coloquem, já que a memória enquanto elemento social é também – e talvez principalmente – uma forma de poder. Letícia Bauer e Viviane Trindade Borges destacam a importância da oralidade para evidenciar as dinâmicas que permeiam a recente expansão da ideia de patrimônio cultural:

O patrimônio transmuta-se em uma plataforma de debates e embates incitados por demandas do tempo presente, explicitando problemas sociais marcados por conflitos de diferentes ordens. Nesse processo, a fala, a escuta e o diálogo tornam-se imprescindíveis numa perspectiva de patrimônio que intenciona fazer com e para os sujeitos envolvidos.<sup>123</sup>

O programa de história oral será não somente um meio de ampliação do direito ao registro de interpretações do passado, mas principalmente uma construção coletiva, um instrumento de aproximação e de apropriação, por parte da população, de suas próprias identidades. É preciso abrir caminho para que os moradores enxerguem e compreendam as diferentes nuances do passado local e, assim, possam refletir com consciência sobre o presente e até mesmo criar novas projeções de futuro. Tudo isso reflete a essência do Centro de Memórias Antigo Quintino e, por isso, o programa será o carro-chefe da instituição.

Sendo assim, todos os setores do centro – que serão apresentados com mais detalhes adiante – estarão envolvidos nessa atividade:

- O programa será estruturado pela coordenação de pesquisa, que deverá realizar estudos contínuos acerca da metodologia com auxílio dos recursos da biblioteca.
- As entrevistas deverão ser realizadas preferencialmente em espaço dedicado ao programa no interior do prédio.
- As entrevistas deverão ser gravadas em vídeo, armazenadas em formato digital no centro de documentação e disponibilizadas para acesso de pesquisadores.
- A partir do produto final das entrevistas, a coordenação de eventos deverá desenvolver materiais em diferentes formatos, que possam ser expostos ao público em geral, tanto fisicamente no próprio espaço, quando através de mídias sociais.

---

<sup>123</sup> BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade. Outras memórias, outros patrimônios: desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. 2018, p. 33.

### **3.4 Distribuição do espaço interno**

Como mostrei no início deste capítulo, o edifício contém oito salas, sendo cada uma com medidas aproximadas de 5x7m. Originalmente, cada sala possuía quatro janelas e uma porta que abria para o interior do prédio. Devido a alterações feitas ao longo do tempo, uma das salas passou a ter também uma passagem que leva a um depósito próximo à saída dos fundos e uma outra passagem que a conecta à sala vizinha. Outra sala teve a passagem que dava para o interior fechada e passou a ter duas portas para a área externa – abertas no lugar de duas das antigas janelas, restando as outras duas –, além de um pequeno banheiro com vaso sanitário e pia e também uma pia de cozinha em seu interior.

Além do banheiro mencionado, há mais seis no interior do edifício: um próximo à saída dos fundos e os demais próximos às escadas, na área de circulação interna, sendo dois no térreo e três no primeiro piso. Há, ainda, na área externa, mais um banheiro, uma cozinha e um tanque.

Mostrei também, no início deste capítulo, que a Amaq apresentou uma proposta de divisão do espaço interno do edifício à PMCM no início de 2019, e expus minha visão atual acerca daquela proposta. Partindo do que argumentei anteriormente sobre necessidade de desenvolvimento de ações que envolvam história e memória do município, proponho, a seguir, novas finalidades para as salas do Antigo Quintino, tendo sempre em mente a ideia de acolher diversas dessas ações. Mantive em mente também o intuito de combinar os desejos expressos pelos moradores do município em relação ao uso do edifício, as atividades já iniciadas e muitas das necessidades locais que foram diagnosticadas durante a construção do Plano Municipal de Cultura vigente e ainda não foram atendidas integralmente.

#### **3.4.1 Biblioteca e sala de leitura**

A Biblioteca Municipal Cônego Leocílio Nunes e sua sala de leitura foram a última parte do edifício a ser fechada. Ficavam no térreo, nas duas salas à direita das escadas. A primeira sala, mais próxima da entrada do Antigo Quintino, era onde funcionava a sala de leitura, enquanto a maior parte do acervo da Biblioteca ficava na segunda porta, mais próxima dos fundos. Seu acervo foi deixado no local à época do fechamento e parte dele foi

encontrada, como relatado anteriormente, em um pequeno depósito que existe debaixo das escadas durante o segundo mutirão do MAQ.

Fotografia 21 – Livros remanescentes da Biblioteca Municipal Cônego Leocílio Nunes.



Fonte: Acervo Amaq (2018)

Como se pode ver na fotografia acima, os poucos livros que restaram dos cerca de 15.000 que existiam antes foram bastante deteriorados pela umidade. Outro conjunto encontrado no mesmo dia foi imediatamente descartado, pois estava tão infestado de cupins que não era possível abri-los. Não se sabe o que foi feito do restante do acervo. Duas hipóteses plausíveis é que tenha sido transferido para escolas municipais ou para o novo espaço da Biblioteca de Japuiba que foi inaugurado em 2013.

Ao longo dos anos de funcionamento da biblioteca no edifício, sua sala de leitura era o espaço mais utilizado pelos moradores do município, principalmente pelos estudantes. As salas do primeiro piso e a sala 1 eram ocupadas por setores das secretarias que passaram por lá, portanto o acesso era limitado.

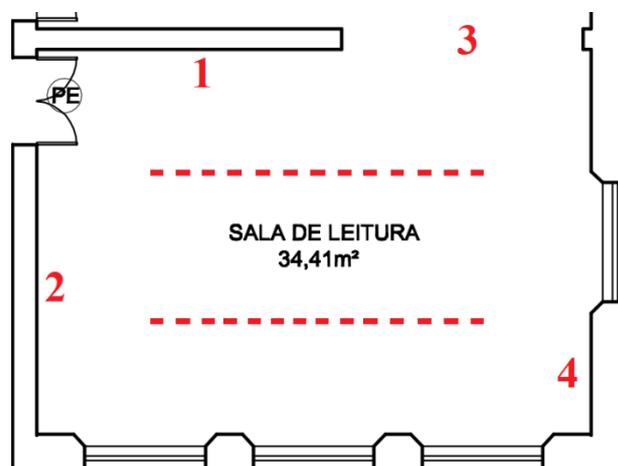
Considerando a intenção de se criar naquele espaço uma instituição que valorize a memória e o conhecimento de diversos grupos sociais, seria incoerente propor um uso a ele que não incluísse uma biblioteca e uma sala de leitura. Para a maior parte das pessoas nascidas após a transferência das atividades escolares – com exceção das que vieram a trabalhar nas secretarias que ocuparam o local –, aqueles espaços foram os responsáveis pela conexão afetiva com o edifício outrora vivenciada, que hoje se expressa através da memória. É importante recuperá-los, mas, ao mesmo tempo, é necessário adaptá-los às demandas atuais.

Sendo assim, eles não só fazem parte desta proposta como a localização que sugiro a eles é a mesma que já ocupavam antes do fechamento do edifício.

É importante que algumas características visuais sejam mantidas na sala de leitura, no intuito de proporcionar uma sensação de familiaridade às pessoas que a conheceram antes. São elas:

- a disposição de mesas retangulares de cor clara em fileiras perpendiculares à porta de entrada da sala de leitura (as linhas tracejadas no desenho abaixo representam a área e a direção para a distribuição das mesas de consulta);
- a disposição de quatro cadeiras da mesma cor ao redor de cada mesa;
- a disposição de duas estantes com livros de ficção separados por gênero cobrindo toda a extensão horizontal das paredes próximas à entrada (números 1 e 2 no desenho), deixando apenas o espaço necessário para a abertura completa da porta e
- a disposição da mesa da pessoa responsável pelo atendimento na passagem entre a área de guarda da biblioteca e a sala de leitura, separando os dois espaços.

Desenho 1 – Disposição dos elementos na sala de leitura



Fonte: A autora (2020)

O principal elemento de adaptação às demandas atuais é a disponibilização de sinal *wi-fi* para os usuários e de ao menos um computador com acesso à *internet* e aos principais *softwares* que auxiliam na produção de trabalhos escolares e acadêmicos. A área sinalizada com o número 4 na figura 29 poderia alocar dois computadores dispostos em baias ou em mesas simples. Além disso, outras medidas de adaptação sugeridas são:

- Bancos em cores vivas deverão ser dispostos nas áreas próximas às janelas. Essa medida possibilitaria o uso dos recursos do espaço por mais pessoas e, ao mesmo tempo, minimizaria o ar de austeridade das bibliotecas que assusta os mais jovens;
- as cadeiras e os bancos devem ser confortáveis, pois o conforto é um fator importante para que as pessoas desejem estar em um lugar.

Em relação à área de guarda da biblioteca, não há registros de como as atividades eram realizadas anteriormente além da memória dos antigos funcionários<sup>124</sup>, logo, o que será sugerido aqui parte do pouco que eu mesma sabia a respeito daquele espaço.

Os livros destinados à consulta para pesquisas escolares eram guardados naquele espaço, bem como os livros didáticos a serem levados para as unidades escolares locais. Não possuo informações além dessas e não pude obtê-las ao longo desta pesquisa. Contudo, é fácil notar que a biblioteca que existia funcionava mais ou menos como uma extensão das bibliotecas escolares. Por mais que já houvesse, naquele tempo, um convênio entre a PMCM e algumas universidades privadas para promover a formação continuada dos professores da rede municipal – o que ampliou consideravelmente o número de pessoas com graduação no município –, a pesquisa acadêmica voltada para as questões locais em qualquer área ainda era inexpressiva. Isso se dava, principalmente, pelo fato de que o interesse da maioria das pessoas que estava indo para a universidade naquele momento era a qualificação profissional para lecionar em níveis mais altos de ensino, e não o desenvolvimento de pesquisas. Com o passar do tempo e com a diversificação dos universitários, o interesse por pesquisas locais começou a crescer, porém, a dificuldade para se obter fontes de pesquisa ainda é um entrave. O que proponho aqui para a nova biblioteca vai além do caráter escolar e atende também, em partes, às necessidades do grupo formado pelos estudantes de nível superior.

- A biblioteca não deverá mais se encarregar da guarda da totalidade dos livros didáticos a serem levados pelas unidades escolares, devendo cada unidade se responsabilizar pelo armazenamento e pela distribuição de próprios livros. Entretanto, a guarda de ao menos um exemplar de cada livro didático utilizado na rede municipal seria útil, uma vez que eles compõem parte da história da educação municipal e podem apoiar pesquisas sobre esse ou outros temas.

---

<sup>124</sup> O programa de história oral que propus anteriormente possibilitaria o registro de memórias como essas em relação às atividades realizadas no edifício, entre outras.

- A coordenação da biblioteca deverá desenvolver uma política de aquisição de acervo que incluirá livros de ficção para a sala de leitura e livros de não-ficção para pesquisa escolar e universitária a serem guardados na área restrita da biblioteca.
- A biblioteca deverá disponibilizar, mediante doação e solicitação do autor(a), uma cópia impressa e encadernada de cada pesquisa acadêmica aprovada por órgão ou instituição científica que tenha como tema algum aspecto local ou que contribua significativamente para algum aspecto local.
- A coordenação da biblioteca deverá reunir uma coleção bibliográfica especial formada exclusivamente por livros e pesquisas relacionadas à área de especialização do Centro de Memórias Antigo Quintino.
- A coordenação da biblioteca deverá solicitar o envio de cópias de cada edição publicada dos jornais locais para compor sua coleção hemerográfica, bem como de qualquer edição anterior de que disponham, uma vez que os referidos jornais não possuem arquivo de longo prazo.
- A coordenação da biblioteca deverá promover eventos de incentivo à leitura, como feiras do livro, encontros com autores, clube do livro, cineclube entre outros.

Para estruturar todos esses elementos e para que tudo funcione da forma mais fluida possível, não se pode delegar a coordenação desse espaço a alguém sem qualificação. É imprescindível a contratação de uma pessoa que seja de fato formada em biblioteconomia, que traga consigo não somente os conhecimentos necessários para a organização eficiente do acervo, mas principalmente a concepção da biblioteca como um espaço onde se pode não somente acessar e utilizar informações, mas também produzi-las. Um ambiente que não é estático, que não se resume ao seu acervo, mas também percebe seus usuários.

### **3.4.2 Centro de Documentação Municipal**

Conforme dito antes, o Centro de Documentação Municipal foi criado por um grupo de universitários voluntários que, com base nos objetivos do projeto Histórias, Memórias e Identidades Macacuanas, começou um trabalho de recuperação de documentos de até um século do arquivo da PMCM. Esses documentos mais antigos estavam em um galpão sem qualquer tratamento e sem qualquer medida de segurança, e a intenção era resgatá-los para que pudessem ser usados em pesquisas locais.

O acervo do centro de documentação não foi inventariado, mas é formado por aproximadamente 70 livros administrativos da PMCM, livros administrativos de escolas extintas, plantas, mapas, diversas pastas com folhas avulsas, folhetos, registros do Inca, fotografias e livros relacionados à história local e/ou regional. Parte dos documentos citados é proveniente do arquivo da PMCM e outra parte é fruto de doações.

Por mais que a intenção do grupo voluntário que iniciou a recuperação dos documentos no arquivo da PMCM tenha sido o de preservá-los, a falta de conhecimentos técnicos dificultou o processo. A completa ausência de políticas internas, como uma política de aquisição de acervo, uma política de organização documental e uma política de descarte, por exemplo, foi um grande obstáculo para o desenvolvimento do espaço. O desinteresse do poder público em remunerar profissionais capacitados que pudessem coordenar a construção dessas políticas – ou de auxiliar, de alguma forma, a capacitação do grupo que se dispunha – já confirmava a falta de sensibilidade dos gestores em relação àqueles documentos.

Como já foi relatado anteriormente, em 2017 o acesso do grupo – e de qualquer pessoa – ao espaço passou a ser dificultado e, com isso, os documentos que haviam sido resgatados ficaram abandonados novamente.

Fotografia 22 – Parte do material do Centro de Documentação Municipal sujo e disposto na estante de forma inadequada.



Fonte: A autora (2018)

A destinação da emenda parlamentar para a reforma do Antigo Quintino renovou as esperanças do grupo que criou o Centro de Documentação Municipal, visto que mesmo na proposta inicial enviada pela Amaq à prefeitura em 2019, já havia um espaço reservado para realocar o acervo que se encontra no Casarão de Japuiba. Apesar da possibilidade de um novo

espaço, a insegurança em relação a quando – e se – a contratação de um profissional qualificado para cuidar do acervo será viável ainda persiste. Com a mudança de gestão municipal após as eleições de 2020, a celebração do contrato de gestão pretendido pela Amaq tornou-se ainda mais incerta.

Com ou sem contrato de gestão, o Centro de Documentação Municipal já existe e precisa ser mantido. Uma publicação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) chamada *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*, de 2005, pode servir como guia para que se possa ao menos proporcionar o armazenamento adequado dos documentos, pois contém parâmetros para a guarda de materiais textuais, cartográficos, iconográficos, cinematográficos, micrográficos e sonoros.

Com base em uma das recomendações contidas na publicação mencionada, que orienta a separação entre o local de guarda dos documentos e o local de presença prolongada de pessoas, sugiro que uma divisória de PVC seja acrescentada entre a área de consulta e o depósito do Centro de Documentação, uma vez que não existe tal divisão no espaço destinado ao mesmo no Casarão de Japuiba. Ainda de acordo com a publicação, outra preocupação a ser levada em conta caso o Centro seja movido para o Antigo Quintino é o distanciamento em relação a locais com fluxo de água.

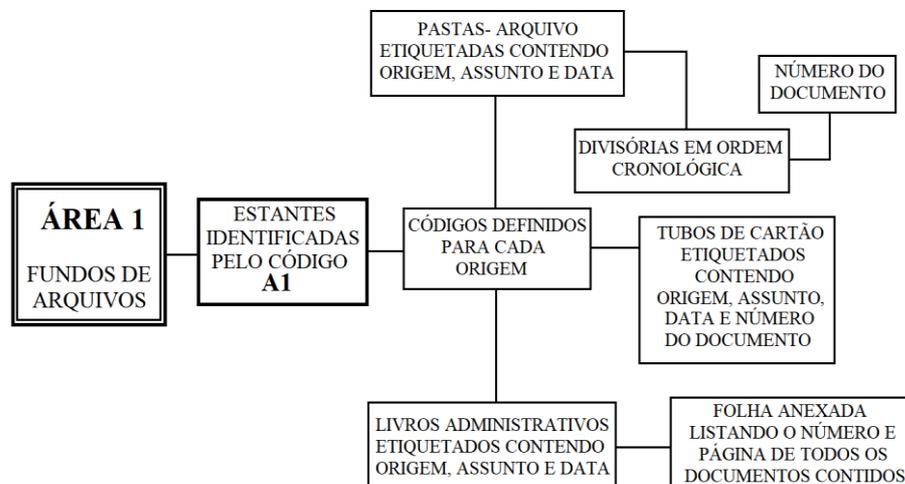
Quanto à organização do acervo, a publicação recomenda que os documentos sejam separados de acordo com seu suporte e suas especificidades. Enquanto a biblioteca se encarregará da guarda de materiais bibliográficos e hemerográficos, o centro de documentação se dedicará à guarda de materiais textuais e iconográficos provenientes de fundos de arquivo de instituições ligadas à administração municipal e de coleções ligadas à área de especialização do Centro de Memórias Antigo Quintino, como, por exemplo, registros históricos de determinada atividade cultural.

Devido às diferenças de produção, de procedência, de função e de formato desses conjuntos de documentos, dividir o depósito do centro de documentação em duas áreas pode ajudar no momento de recuperar as informações contidas neles. Proponho, então, uma forma bastante simples de organização dos documentos nessas duas áreas, seguindo uma lógica semelhante, mas respeitando as características de cada uma.

- A primeira etapa de organização da área de armazenamento de fundos de arquivo é a identificação das estantes como integrantes dessa área através do código A1.

- O código da área deverá ser acompanhado de um número que identifique cada estante de acordo com sua localização, em ordem crescente, da esquerda para a direita em relação à entrada do depósito: a primeira estante será identificada como A1-1, a segunda como A1-2 e assim por diante.
- A coordenação do centro de documentação criará um código para cada origem dos documentos, ou seja, para cada órgão ligado à administração municipal. Esse código identificará as prateleiras das estantes reservadas para cada origem.
- A próxima etapa é separar os documentos de acordo com seu formato e etiquetá-los – ou etiquetar seus invólucros – de acordo com sua origem, assunto e data.
- Os livros administrativos ficarão em suas respectivas estantes, etiquetados, separados por assunto, em ordem cronológica – observada a partir da data de abertura do livro – e com apoios para livros em ambos os lados caso estejam em condições de serem armazenados de pé – os livros mais fragilizados serão dispostos horizontalmente nas estantes.
- As folhas avulsas serão separadas por origem e assunto, colocadas em pastas-arquivos etiquetadas e com divisórias em ordem cronológica e serão colocadas em suas respectivas estantes.
- As plantas e os mapas serão enrolados em tubos de cartão e armazenados individualmente dentro de tubos maiores com tampa etiquetados com a indicação da origem, da data e do documento e colocados em suas respectivas estantes.

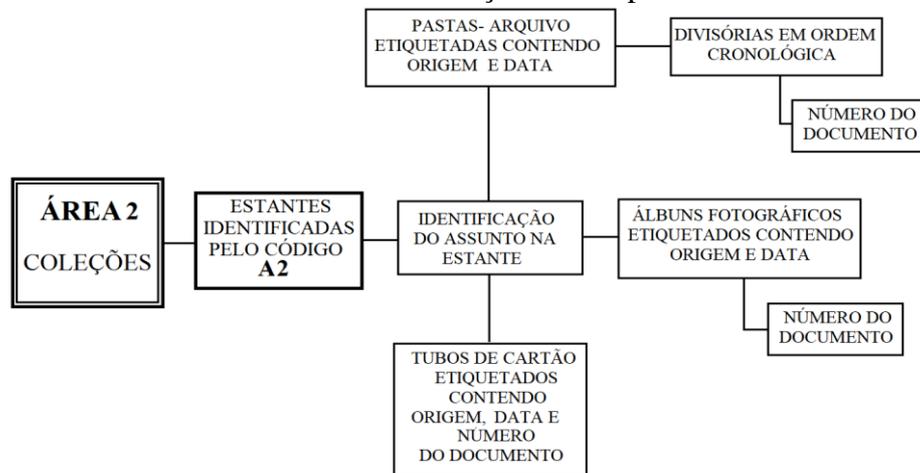
Organograma 1 – Sugestão de organização para a área de armazenamento de fundos de arquivos no Centro de Documentação Municipal.



A área de armazenamento das coleções tem algumas diferenças:

- As estantes dessa área serão identificadas pelo código A2.
- Assim como na Área 1, o código da Área 2 deverá ser acompanhado de um número que identifique cada estante de acordo com sua localização: a primeira estante será identificada como A2-1, a segunda como A2-2 e assim por diante.
- A coordenação do centro de documentação definirá eixos temáticos de acordo com os assuntos das coleções e criará códigos para cada um deles. Esse código identificará as prateleiras das estantes reservadas para cada eixo temático.
- As coleções serão nomeadas, e seus nomes acompanharão o código de eixo temático nas prateleiras.
- A separação, a organização e o acondicionamento dos documentos seguirão os mesmos padrões da área 1, sendo que os álbuns fotográficos seguirão a mesma forma dos livros administrativos.

Organograma 2 – Sugestão de organização para a área de armazenamento de coleções no Centro de Documentação Municipal.



Fonte: a autora (2020)

O centro de documentação não deverá receber gravações físicas de áudio e vídeo devido às dificuldades de conservação de seus suportes, mas poderá aceitar versões digitais dos mesmos. A parte digital do acervo deverá ser armazenada em nuvem, mantendo, na medida do possível, a mesma lógica de organização da parte física, substituindo, é claro, as estantes por pastas virtuais.

A coordenação do centro de documentação deverá criar fichas descritivas para cada documento – incluindo os digitais –, que serão acompanhadas de uma ficha de localização baseada no esquema de organização sugerido acima ou de acordo com as alterações que a coordenação julgar necessárias. Seria apropriado que os processos de descrição e de localização dos documentos, tanto no centro de documentação quanto na biblioteca, pudessem ser apoiados por sistemas digitais especializados, porém, é preciso considerar a possibilidade de que os custos, pelo menos em um primeiro momento, não permitam. Sendo assim, todas as fichas deverão estar disponíveis em versão impressa.

### 3.4.3 Salas de exposição

Como forma de reconhecimento ao espaço que abrigará todas as atividades do Centro de Memórias Antigo Quintino e a tudo que ele representa para os moradores de Cachoeiras de Macacu, uma sala deverá ser reservada para uma exposição interativa de longa duração composta por documentos de diversas naturezas que contem a trajetória do edifício ao longo do tempo.

Para construir essa exposição, a Amaq deverá lançar uma campanha que incentive os moradores a fazerem doações de fotografias, objetos, documentos textuais, entre outros, que contem um pouco de suas vivências no Antigo Quintino, semelhante à que foi promovida em 2019 pelo Museu Casa do Colono, em Petrópolis<sup>125</sup>. Vídeos produzidos a partir das entrevistas do programa de história oral também poderão ser incorporados.

Após uma sensível etapa de seleção, as doações serão recolhidas e o momento de entrega dos materiais por parte de seus doadores será registrado em audiovisual para a produção de um vídeo a ser apresentado na abertura da exposição.

É importante que a coordenação do centro de documentação se encarregue de criar fichas descritivas para catalogar cada documento recebido, que servirão de base para o desenvolvimento das descrições que serão exibidas na exposição.

As definições de mobiliário, de iluminação e até mesmo de som ambiente só poderão ser discutidas pela equipe do Centro de Memórias Antigo Quintino a partir do recebimento dos documentos a serem expostos, pois, caso contrário, podem não se adequar uns aos outros

---

<sup>125</sup> Ver <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/12196-campanha-atracao%20para-o-museu-casa-do-colono.html>

e gerar um resultado diferente do desejado. O importante é que cada objeto seja disposto de forma que o valorize visualmente, colocando as pessoas comuns como protagonistas da narrativa apresentada. A intenção é a criação de um ambiente ao mesmo tempo nostálgico e dinâmico, que provoque a criatividade, desperte novos olhares, estimule a integração, gere novas e imprevisíveis interações e, por fim, apresente aos visitantes uma nova forma de perceber a própria história.

Outra sala deverá reservada para exposições de curta e média duração, sejam elas produzidas pelo próprio Centro de Memórias Antigo Quintino ou não, desde que seus temas sejam ligados à área de especialização da instituição e que sejam aceitas pela coordenação geral.

Esse espaço aberto a outras formas de representar o passado não poderia ser excluído desta proposta, uma vez que solidifica a ideia de pluralidade que se pretende reforçar e incentiva o envolvimento direto dos agentes culturais locais e de seu público com a instituição. Para utilizar o espaço:

- As pessoas responsáveis pelas exposições deverão agendar uma conversa com as coordenações geral e de eventos para apresentar sua proposta. A análise será feita com base em critérios como pertinência à área de especialização do centro, aplicabilidade, segurança e respeito aos direitos humanos.
- Caso a proposta seja aceita, o expositor(a) se encarregará de toda infraestrutura necessária para a exposição, como mobiliário e iluminação, bem como sua montagem e desmontagem. Caso disponha de elementos dos quais o expositor(a) precise, o centro poderá fornecê-los mediante solicitação.
- A coordenação de eventos acompanhará todo o processo e prestará auxílio sempre que necessário.

#### **3.4.4 Sala multiuso**

Devido à sua configuração diferenciada, sugiro que a sala que possui passagem para a área externa seja reservada para trabalhos diversos, como cursos, palestras, oficinas, exposição de vídeos, entre outros. Por ter sua entrada a partir da parte externa do edifício e possuir um banheiro próprio, pode ser usada de forma independente. É, portanto, mais um espaço para que pessoas e instituições não necessariamente ligadas ao Centro de Memórias

Antigo Quintino possam desenvolver suas atividades, sendo que nesse caso, não há a exigência de que se relacionem com a área de especialização da instituição. Essa sala poderá ser alugada para eventos ou simplesmente emprestada para o mesmo fim, a critério da Amaq, mediante solicitação, agendamento com 15 dias de antecedência e assinatura do termo adequado a cada situação. A coordenação de eventos poderá prestar auxílio mediante solicitação.

Além da possibilidade de gerar recursos que se destinarão ao custeio de parte dos gastos da associação, essa sala poderá ser útil para agentes culturais que não possuem espaço próprio e ampliará o alcance das atividades do Centro de Memórias Antigo Quintino, uma vez que leva mais pessoas até o local.

### **3.4.5 Preservação e Programa de História Oral**

Um espaço que precisará imprescindivelmente ser reservado na implantação do Centro de memórias Antigo Quintino é a área de preservação do acervo da instituição. Utilizo aqui a concepção da Biblioteca Nacional (BN), que resume que a preservação engloba atividades como conservação, restauração, digitalização e microfilmagem<sup>126</sup>.

No caso do Centro de Memórias Antigo Quintino, é preciso manter uma postura realista e partir do que é possível no momento para, então, vislumbrar melhorias futuras. Sendo assim, as atividades de preservação que defendo que sejam realizadas nessa área são limitadas, inicialmente, a medidas simples de conservação, como a higienização dos documentos – seguindo as instruções de uma publicação produzida em 2010 pelo chefe da Coordenadoria de Preservação da BN, Jayme Spinelli, denominada *Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos e documentais* – e a confecção de invólucros para o centro de documentação, de apoios e de outros elementos para a proteção de documentos selecionados para as exposições institucionais, e à digitalização do acervo.

Entre 2016 e 2018, tentativas de digitalizar o acervo do Centro de Documentação Municipal foram realizadas pelo mesmo grupo de voluntários que o criou, porém a falta de equipamentos adequados<sup>127</sup> impossibilitou a execução daquela ideia. A digitalização do

---

<sup>126</sup> Ver <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/competencias-atividades/preservacao>

<sup>127</sup> Após diversas tentativas frustradas com os equipamentos dos quais dispúnhamos, como nossos próprios celulares e computadores pessoais, o Clube da Esquina decidiu usar o espaço que lhe foi oferecido na IV

acervo do Centro de Memórias Antigo Quintino deve ser uma prioridade, uma vez que, além prolongar a vida útil das informações contidas nesse acervo, facilita e amplia as possibilidades de acesso e de uso das mesmas.

São incontáveis os exemplos de instituições que custodiam acervos e obtiveram grande êxito no desenvolvimento de seus projetos de digitalização. Destaco, aqui, a Biblioteca Nacional, cujos documentos digitalizados em sua Hemeroteca foram fundamentais para a produção deste trabalho – principalmente se considerarmos o contexto de pandemia –, a própria Fundação Casa de Rui Barbosa, com seu Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI) e a Fundação Dom João VI, localizada em Nova Friburgo – cidade vizinha de Cachoeiras de Macacu e inserida culturalmente na mesma região do estado do Rio de Janeiro, a Região Serrana –, que tem uma proposta, assim como esta que apresento aqui, voltada para a história local e que custodia o Pró-Memória Digital.

Outra instituição que quero destacar é a *Shoah Foundation*, ligada à *University of Southern California*, que produziu e disponibilizou *online* milhares de entrevistas de história oral com sobreviventes do Holocausto e propõe diversas formas de uso educativo de seu conteúdo.

Quanto à história oral, antes da digitalização das entrevistas, é preciso, obviamente, produzi-las. É, portanto, também necessária a criação de um espaço equipado para a execução do programa institucional que propus anteriormente. Além desse fim, tal espaço poderá ser, ainda, mais um recurso que a comunidade local possa utilizar para a execução de outros projetos de história oral ou gravação de entrevistas para outros fins, mediante apresentação de proposta e aprovação da coordenação geral do Centro de Memórias Antigo Quintino.

Considerando a extensão das salas do edifício, acredito que seja possível dividir uma delas de forma que possa abrigar separadamente tanto as atividades de preservação quanto o local de execução do programa de história oral.

---

Conferência Municipal de Cultura para denunciar, entre outros, esse problema. A primeira proposta apresentada e aprovada ao fim do evento, dentro do subtema Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural, defendia justamente a criação uma política de aquisição de equipamentos para o Centro de Documentação Municipal. Até o final da produção deste trabalho, não houve qualquer demonstração de interesse por parte do poder público municipal na criação de tal política.

### 3.4.6 Administração e depósito

Outros espaços importantíssimos para o funcionamento da instituição que acredito que possam ser abrigados em uma das salas dividida de forma semelhante à que propus acima são a sala da administração e o depósito.

Considerando que será uma instituição nova, iniciando a aquisição de seu acervo e de seus bens, não haveria, inicialmente, a necessidade de um depósito de grandes proporções. Dependendo do desenrolar das atividades do centro, pode ser necessária a construção de um cômodo para depósito na área externa do edifício no futuro, mas o espaço sugerido aqui deve ser suficiente para as necessidades iniciais.

A sala da administração deverá ter seu espaço otimizado para a melhor utilização possível, contendo estações de trabalho equipadas para os funcionários daquele setor, uma mesa com cadeiras para reuniões, uma estante para acomodação do arquivo interno da instituição e um armário para a guarda de pertences de todos os funcionários.

### 3.4.7 Acessibilidade

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atualizada em 2015, quando foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência<sup>128</sup>, assegura a acessibilidade às pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados. O Art. 2º dessa lei define o termo, esclarecendo uma confusão que parece recorrente sobre esse tema:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida [...]

O termo “acessibilidade” é frequentemente reduzido à ideia de “acesso”. Enquanto essa segunda ideia está ligada a possibilidade de passagem, de entrada e até mesmo de alcance, a primeira vai além: inclui também, como define a lei, a garantia de segurança e de autonomia.

---

<sup>128</sup> Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

O projeto baseado na decisão inicial da Amaq apresenta banheiros acessíveis para pessoas com necessidades especiais de locomoção no térreo, mas não considera a entrada de forma autônoma dessas pessoas no edifício, visto que todas as entradas possuem degraus. Além disso, não há no projeto uma previsão de possibilitar a chegada autônoma dessas pessoas ao primeiro piso, limitando seu acesso a apenas metade do espaço ou fazendo com que precisem de ajuda para subir através das escadas. É compreensível que, considerando o valor da emenda destinada para a reforma do edifício, não se tenha incluído um elevador. Entretanto, é importante reservar ao menos uma área para que o recurso possa ser instalado sem a necessidade de grandes alterações após a reforma.

Ressalto, aqui, a importância de que o projeto seja atualizado com a reserva de uma área para a instalação de um elevador, com rampas em todas as entradas, com a substituição dos banheiros comuns propostos anteriormente para o primeiro piso pelos mesmos do térreo e com todas as passagens tendo pelo menos 90 centímetros de largura.

Essas medidas, claro, não esgotam as barreiras que precisam ser transpostas para assegurar uma acessibilidade plena. Priorizei a acessibilidade quanto à locomoção nesse momento inicial porque considerei, além das pessoas com deficiência, as pessoas idosas, que nutrem tanto carinho pelo Antigo Quintino e merecem a garantia de poderem usufruir de todo seu espaço apesar das limitações de movimento que muitas delas desenvolvem com o passar do tempo.

O ideal é que, após implementar os elementos que viabilizem a acessibilidade locomotiva, haja estudos e esforços contínuos, de acordo com a realidade local e suas possibilidades, para adaptar o centro de memórias e suas atividades de modo que também se possa promover, gradativamente, a inclusão de pessoas com deficiência mental, intelectual e sensorial.<sup>129</sup>

### **3.5 Aquisição, armazenamento e segurança do acervo**

Sendo o Centro de Memórias Antigo Quintino uma instituição que abrigará diversas atividades, será necessária a criação de uma política de aquisição e desenvolvimento de acervo para cada uma delas, de acordo com suas especificidades. Entretanto, em se tratando

---

<sup>129</sup> A NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros a serem observados ao desenvolver espaços que pretendam ser acessíveis.

de um espaço que pretende fazer com que a comunidade local se sinta parte dele, é imprescindível que essas políticas incluam campanhas de doação e/ou empréstimo de itens por parte dos moradores.

Quanto ao armazenamento e à segurança do acervo, publicações como a do Conarq chamada *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*, de 2005, e a da BN de 2010 mencionada anteriormente e o *Plano de gerenciamento de riscos*, também da BN, poderão ser utilizadas como guia, de modo a minimizar o máximo possível a deterioração dos documentos. Essas publicações – que são curtas, de fácil compreensão e podem ser facilmente encontradas *on-line* – apresentam orientações sobre manuseio, higienização e guarda de documentos, condições ambientais, formas de prevenção de riscos de origem natural e humana, mobiliário adequado e sua limpeza, entre outros. Essas e outras publicações semelhantes deverão ser disponibilizadas no Centro de Memórias Antigo Quintino em versão impressa e em quantidade suficiente para acesso, estudo e discussão de todos os funcionários.

### **3.6 Recursos humanos**

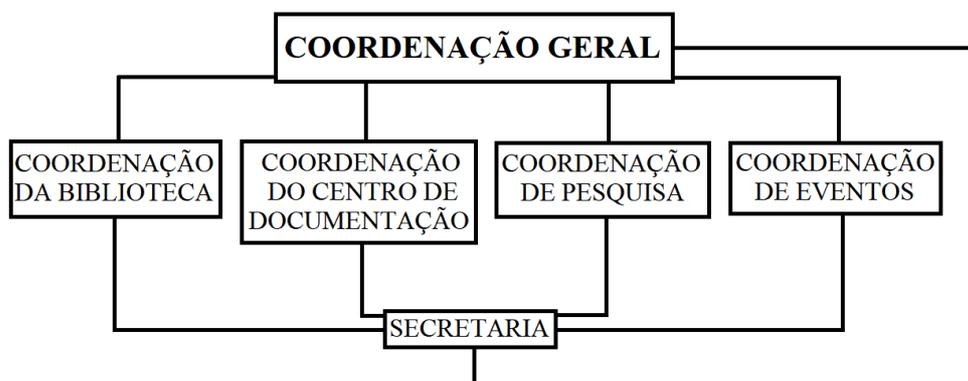
Como venho defendendo ao longo de toda esta proposta, é fundamental que haja uma equipe de profissionais que seja capaz de executar as atividades do Centro de Memórias Antigo Quintino da melhor maneira possível. Sobre isso, procurei desenvolver algo que equilibre as necessidades técnicas de uma instituição dessa natureza e o que pode ser realmente palpável considerando a realidade do município.

O meio ideal para encontrar tais profissionais seria o lançamento de um concurso público, porém, essa não é uma ação frequente em Cachoeiras de Macacu. Em um município em que a prefeitura ainda é a maior geradora de empregos, nem mesmo o uso de processos seletivos baseados em editais está consolidado ainda no que diz respeito às contratações feitas pela PMCM e seus órgãos. Ainda prevalece a troca de favores, o que faz com que, em muitos casos, os cargos públicos municipais sejam ocupados por pessoas que não estão preparadas para assumi-los.

Pensando nesse problema, caso um contrato de gestão venha de fato a ser firmado, a Amaq pretende se responsabilizar pela contratação de um conjunto de profissionais qualificados para promover atividades de qualidade. Mantendo um pensamento realista e

cauteloso, sabemos que não será possível contratar um grande número de profissionais, então desenvolvi um quadro mínimo a ser preenchido para viabilizar esta proposta.

Organograma 3 – Quadro profissional inicial do Centro de Memórias Antigo Quintino.



Fonte: A autora (2020)

É evidente que, além de pessoas que ocupem adequadamente os postos listados, será necessária a atuação de profissionais de limpeza e de segurança e de auxiliares tanto fixos quanto esporádicos para o desenvolvimento das atividades do centro.

Os profissionais de limpeza e de segurança poderão ser contratados pela PMCM sem problemas, uma vez que suas funções – embora extremamente importantes, pois eles são agentes diretos de manutenção da integridade do edifício e de seu acervo – não exigem especialização. Deverão, contudo, participar de um curso interno que os conscientize sobre a importância daquele espaço, das atividades ali desenvolvidas e de seu próprio papel no sucesso da instituição.

Quanto aos auxiliares, um programa de aprendizagem e estágio para os fixos e um programa de voluntariado para os esporádicos seriam de grande ajuda para o Centro de Memórias Antigo Quintino e poderiam, ao mesmo tempo, minimizar um problema social gravíssimo de Cachoeiras de Macacu. Falarei sobre isso a seguir.

### 3.6.1 Programa de aprendizagem e estágio

Um dos maiores problemas que assola o município de Cachoeiras de Macacu é a baixa oferta de empregos e a ausência de cursos profissionalizantes. De acordo com o IBGE, em 2018 apenas 13,5% dos moradores tinham ocupação profissional formal. Ainda segundo o

IBGE, a faixa etária com maior número de indivíduos da população de Cachoeiras de Macacu é a dos que têm entre 10 e 14 anos de idade (4.839 pessoas), seguida pela dos que têm entre 15 e 19 anos (4.646 pessoas) e, depois, pela dos que têm entre 20 e 24 anos (4.505 pessoas)<sup>130</sup>. Esses três grupos juntos compõem aproximadamente 23,7% da população municipal, mas, na contramão desses números, não há uma política pública municipal efetiva de inserção desses jovens no mercado de trabalho. Não existem sequer estudos que tracem um perfil da juventude macacuana ou algo semelhante. Sendo assim as informações que seguem a respeito dos jovens são baseadas na minha própria observação enquanto educadora e moradora do município, enquanto alguém que viveu parte dessa realidade e que convive com ela diariamente.

Um caminho que tem chamado a atenção de muitos deles é o programa de jovens aprendizes dos supermercados locais de maior porte e de bancos que possuem agências no município. Entretanto, além de não haver variedade de áreas de interesse, as oportunidades são poucas, já que a Lei da Aprendizagem<sup>131</sup> define um mínimo de apenas 5% e um máximo de 15% de vagas para aprendizes em relação ao total de funcionários das médias e grandes empresas.

Sem muitas opções disponíveis, a carreira militar é vista como a melhor opção para uma parcela considerável dos meninos moradores do município e suas famílias, o que pode ser percebido a partir da observação do surgimento de diversos cursos preparatórios para escolas militares nos últimos dez anos e de sua estabilidade. Outra parcela considerável – formada principalmente por meninos das classes mais pobres – desiste dos estudos antes de concluir o Ensino Médio. Desses, uma parte ingressa em trabalhos informais e outra se envolve em atividades ilegais.

Quanto às meninas, uma grande parte das adolescentes opta pela modalidade do curso normal no Ensino Médio. Essa escolha, na maioria dos casos, não se dá exatamente pelo desejo de lecionar em si, mas principalmente por considerarem que essa seja a opção mais segura para a primeira etapa de suas vidas adultas, já que não há formação disponível para outras profissões. A segurança que elas almejam, porém, tem sido cada vez mais incerta, uma vez que o número de pessoas formadas para lecionar até o 5º ano do Ensino Fundamental é

---

<sup>130</sup> Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cachoeiras-de-macacu/panorama>

<sup>131</sup> Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, atualizada através do Decreto nº 5.598, de 1 de dezembro de 2005.

aumentado em dezenas a cada ano, enquanto o número de aposentadorias é muito menor e o número de escolas dos anos iniciais continua o mesmo.

Há, ainda, os jovens que decidem e têm a oportunidade de cursar uma graduação, o que precisam buscar fora do município. Uma parcela desses jovens consegue estadia próxima ao seu local de estudos e, assim, pode encontrar oportunidades de estágio e até mesmo de emprego na sua área; outra parcela utiliza o transporte universitário oferecido pela PMCM e continua morando no município. Esses últimos, principalmente os que optam pelo estudo das ciências humanas, têm grande dificuldade em encontrar oportunidades locais de estágio, sejam elas remuneradas ou não, e de emprego.

Embora os cursos de licenciatura<sup>132</sup> estejam ainda em maior número dentre as opções dos estudantes que preferem as ciências humanas, nos últimos anos vem crescendo uma tendência de escolha de cursos na área da cultura, como produção cultural, dança e artes cênicas em geral. Somando-se a esses que optaram especificamente pela área da cultura, há também alguns dos estudantes de licenciatura, como as licenciaturas em história e em geografia, se aproximando e participando ativamente de atividades culturais.

Devido à falta de oportunidades locais, muitos desses jovens acabam desistindo de seus sonhos ou buscando oportunidades em outros lugares. É necessário oferecer espaços de aprendizado a essas pessoas para que elas possam se aprofundar em seus interesses e oferecer atividades remuneradas na área da cultura em diversos níveis, para que o talento e a paixão desses jovens não se dispersem e eles se tornem uma potente fonte geradora de benefícios para os moradores do município.

Pensando em tudo que foi dito a respeito dos jovens moradores de Cachoeiras de Macacu, proponho o programa de aprendizagem e estágio para completar o quadro fixo de trabalhadores do Centro de Memórias Antigo Quintino.

Seguindo a Lei da Aprendizagem, a contratação de apenas um jovem aprendiz pela Amaq será permitida caso a associação seja a responsável pela contratação de ao menos seis dos profissionais listados anteriormente. Uma alternativa viável para ampliar essa medida seria que a PMCM – por meio da Fundação Macatur ou de qualquer órgão que venha a ser corresponsável pelo espaço – se encarregasse do contrato de ao menos mais dois jovens aprendizes para trabalhar no Centro de Memórias Antigo Quintino, já que possui número

---

<sup>132</sup> É relativamente fácil para os estudantes de cursos de licenciatura cumprirem seu estágio obrigatório nas escolas locais, embora nenhuma delas remunere os estagiários, nem mesmo as escolas privadas. Entretanto, as vagas de emprego para os licenciados, assim como ocorre com os formandos do curso normal, são insuficientes.

maior de funcionários. Tal medida estaria, ainda, de acordo com as ações propostas no PMC<sup>133</sup> que ainda não foram implementadas, no que diz respeito à capacitação de agentes culturais. Esses três aprendizes seriam encarregados de prestar auxílio às coordenações da biblioteca, do centro de documentação e de eventos.

Em relação aos estágios, a lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata desse tema, estabelece um número de até dois estagiários para empresas que tenham entre seis e dez funcionários<sup>134</sup>. Desses dois estagiários, um seria encarregado de prestar auxílio à coordenação de pesquisa e o outro, à coordenação de eventos.

É importante frisar que esta é uma sugestão para uma composição inicial da equipe que desenvolverá as atividades permanentes do Centro de Memórias Antigo Quintino, que pode e deve ser aperfeiçoada sempre que for possível e/ou necessário.

### **3.6.2 Programa de voluntariado**

Sem negar ou reduzir, de maneira alguma, a importância de uma remuneração justa para as pessoas que trabalham com cultura, proponho aqui também um programa de voluntariado para somar forças a algumas das atividades do centro. Além de possibilitarem o desenvolvimento de ideias que não poderiam ser implementadas total ou parcialmente devido à falta de recursos, as ações voluntárias ampliam as possibilidades de participação da população local nas atividades do espaço e têm muita força no fortalecimento – e até mesmo na criação – de laços entre pessoas e causas.

Essa modalidade de trabalho, que não tem um limite legal de quantas pessoas podem aderir, pode ser usada tanto em projetos mais longos – como uma etapa do programa de história oral, por exemplo – quanto em atividades de curta duração, como a montagem de uma exposição ou a realização de uma festa na área externa do centro. Em ambos os casos, a ajuda de pessoas de qualquer grupo social pode ser aceita e, no caso dos estudantes, pode também ajudá-los a cumprir sua carga-horária obrigatória de atividades extracurriculares.

Para dar início a esse programa é necessário mobilizar pessoas:

---

<sup>133</sup> Diretriz 5, ação nº 5.

<sup>134</sup> Art. 17, inciso II.

- uma campanha para atrair voluntários que possam auxiliar nos preparativos para a inauguração do Centro de Memórias Antigo Quintino deverá ser lançada dois meses antes da data prevista;
- os voluntários deverão preencher uma ficha com seus dados pessoais e com informações de contato e de disponibilidade;
- todos os voluntários deverão receber um convite especial para a inauguração e um pequeno presente de agradecimento que remeta ao Antigo Quintino;
- a partir da listagem criada na primeira campanha, aquelas pessoas poderão ser contactadas novamente.

Outras pessoas poderão se cadastrar sempre, e novas campanhas devem ser realizadas sempre que necessário.

### **3.7 Público alvo e atendimento ao público**

O público alvo do Centro de Memórias Antigo Quintino são, prioritariamente, os moradores de Cachoeiras de Macacu, independentemente dos grupos sociais aos quais os indivíduos façam parte. Sendo assim, o espaço deverá oferecer atividades que atendam a diferentes grupos, integrando-os uns com os outros sempre que possível.

O secretário(a) da instituição se responsabilizará, entre outras atividades, pela recepção e encaminhamento dos visitantes aos locais que desejarem ir e pelo registro de agendamentos e cadastros.

O atendimento se organizará da seguinte forma:

- O secretário(a) será auxiliado(a) por um dos integrantes do programa de aprendizagem e estágio que faça parte da coordenação de eventos.
- A partir do encaminhamento inicial, o visitante será atendido pela pessoa responsável pelo respectivo setor do centro.
- O atendimento se dará de maneiras diferentes de acordo com as atividades que estiverem sendo realizadas no dia: em dias comuns, caso o visitante deseje fazer um *tour* pelo espaço e visitar as exposições, será acompanhado pela pessoa que estiver auxiliando o secretário(a); em dias de evento, a coordenação responsável delegará as tarefas de cada um de seus membros, definindo cronogramas e itinerários para o público.

- O centro deverá permanecer fechado por dois dias consecutivos semanais para descanso dos funcionários. Sugiro os domingos e a segundas-feiras.
- Um dia da semana deverá ser reservado para serviços internos, estudos e treinamentos dos funcionários. Sugiro a terças-feiras.
- De quarta-feira a sábado, o espaço deverá funcionar em um horário que viabilize o uso de seus recursos por uma grande variedade de públicos, incluindo pessoas que trabalham em horário comercial. Sugiro o horário das 13 horas às 21 horas.

Além de toda a estrutura física e técnica da instituição, organizar o atendimento ao público é um fator de grande importância para garantir uma boa experiência aos visitantes e despertar neles o desejo de retornar. Manter o interesse da população em participar das atividades do Centro de Memórias Antigo Quintino e propiciar condições para que o máximo de pessoas possível possa fazer isso deve ser sempre a prioridade dos funcionários. Fazendo isso, estarão fortalecendo o elo das pessoas com o edifício e perpetuando seu valor simbólico.

### **3.8 Um universo de possibilidades**

Além do programa de história oral que propus como carro-chefe do Centro de Memórias Antigo Quintino, citei brevemente neste texto algumas outras atividades que podem ser realizadas no espaço, como a digitalização do acervo, cursos e oficinas, cineclube, feiras, clube do livro, exposições, festas, entre outros.

É possível, ainda, estabelecer parcerias com as escolas locais para o desenvolvimento de atividades educativas, inserir a instituição nas redes sociais e desenvolver, pouco a pouco, projetos que ampliem a acessibilidade, como a produção de audiolivros, por exemplo.

A criatividade humana é um universo, e as possibilidades também o são.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Antigo Quintino tem um valor inestimável para os moradores de Cachoeiras de Macacu devido às memórias de tantas pessoas ligadas a ele. Tem também um grande valor histórico, ainda pouco conhecido, mas que está sendo desvendado. Agora, muito mais do que um lugar de memória, ele se coloca como um elo entre o passado e o futuro, uma vez que deixou de ser puramente monumento e tornou-se espaço de criação. Dar continuidade à solidificação desse elo criado pelo MAQ é a intenção da proposta que foi apresentada.

A criação desse elo só foi possível graças ao amadurecimento – embora ainda em curso – do setor cultural macacuano, que, a muitas mãos e ao longo de muitos anos, construiu uma base um pouco mais sólida para lutar por políticas culturais locais que façam sentido.

O aprofundamento e a implementação desta proposta proporcionaria não somente a preservação do edifício – aspecto cuja importância é mais evidente para a população em geral – mas também o suprimento de parte considerável das necessidades identificadas pelos agentes culturais locais há mais de uma década – na I Conferência Municipal de Cultura e, em seguida, no Plano Municipal de Cultura que está próximo de expirar – e que ainda não foram atendidas de forma satisfatória.

Os próximos capítulos dessa história são incertos, ainda mais agora que será preciso construir uma nova ponte de diálogo com a gestão municipal eleita em 2020. Muitos estudos, discussões e adaptações ainda serão necessários para o amadurecimento completo desta ideia que defendi aqui. Contudo, é certo que este trabalho é mais um passo em direção ao desenvolvimento de Cachoeiras de Macacu através da cultura.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AMARAL, Alex Sandro Rodrigues do. *Ubirajara Muniz: prefeito cassado com o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-43, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277/1416> Acesso em: abr. 2019.
- BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade. Outras memórias, outros patrimônios: desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (org.). *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.39, n.136, p.125-156, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf> Acesso em: mai. 2019.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência*. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/plano-gerenciamento-riscos-salvaguarda-emergencia-0> Acesso em: nov. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Recomendações para higienização de acervos bibliográficos e documentais*. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/recomendacao/recomendacoes-higienizacao-acervos-bibliograficos/recomendacoes\\_higienizacao\\_jaime.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/recomendacao/recomendacoes-higienizacao-acervos-bibliograficos/recomendacoes_higienizacao_jaime.pdf) Acesso em: nov. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (org.) *Escritos de educação*: Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-64.
- CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). *Lei Orgânica*. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/DO/lei-organica-cachoeiras-macacu.pdf> Acesso em: set. 2018.
- CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). Lei nº 1.222/1999. Arquivo interno da Fundação Macatur.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). Lei nº 2.393/2018. *Diário Oficial de Cachoeiras de Macacu*, nº 778, p. 1. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ANA7Bc71yIpIhqA&cid=D5597CC364287471&id=D5597CC364287471%21847&parId=D5597CC364287471%21419&o=OneUp>>. Acesso em: dez. 2018.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). *Plano de ação da cultura para 2011*. [Digitado]. [2010 ou 2011]. Arquivo interno da Fundação Macatur.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). *Cultura em Cachoeiras de Macacu: cenário atual das ações culturais*. [Digitado]. 2013. Arquivo interno da Fundação Macatur.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). *Ações da Secretaria de Cultura para 2004*. [Digitado]. [2003 ou 2004]. Arquivo interno da Fundação Macatur.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). *Proposta para uma política municipal de cultura*. [Digitado]. 2005. Arquivo interno da Fundação Macatur.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). *Responsabilidades e funções*. [Digitado]. 2005. Arquivo interno da Fundação Macatur.

CACHOEIRAS DE MACACU (RJ). Lei 1.920/2012. Disponível em: <https://www.cachoeirasdemacacu.rj.leg.br/banco-de-legislacoes-e-normas/legislacao-municipal/leis-ordinarias/2012/lei1920.pdf> Acesso em: set. 2020.

CARDOSO, Vinícius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.

CARDOSO, Vinícius Maia. Cachoeiras de Macacu: não criado, desmembrado ou emancipado. A atípica constituição de um município fluminense. *Pesquisa e Educação à Distância*, n. 3, p. , 2014. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=3637> Acesso em out. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso; O'DONNELL, Julia. *Introdução às Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de ciencias sociales*, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, nº. 1, p. 53-76, 2008.

CONARQ. *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*. Disponível em: [http://siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/recomenda\\_armazena.pdf](http://siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/recomenda_armazena.pdf) Acesso em: nov. 2020.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA, 4., 2018, Cachoeiras de Macacu. *Não publicado*.

COSTA, Isabel Jovita, *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1874.pdf> Acesso em: jun. 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 19-34, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf> Acesso em: mar. 2019.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. Analizando imagens: um ensaio sobre a criação de fontes narrativas para compreender os Grupos Escolares. *Bolema*, v. 23, n. 35A, p. 75-100, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10807> Acesso em: mar. 2019.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: nov. 2018.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (org.). *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 11-28.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista, *Revista Território*, Rio de Janeiro. ano IV, nº 7, p. 67-78, 1999. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_6\\_holzer.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf) Acesso em: jul. 2018.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-45.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.

MARTINS, Bruno Viveiros. Amizade: a guarda da liberdade contra o avesso da política In: BOTELHO, André; STARLING, Heloisa Murgel (org.). *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017. p. 169-19.

MELLO, Guilherme Arantes; VIANA, Ana Luiza d'Ávila. Centros de Saúde: ciência e ideologia na reordenação da saúde pública no século XX. *História, Ciências, Saúde*, Rio de

Janeiro, v.18, n.4, p.1131-1149, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-59702011000400010&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-59702011000400010&lng=es&nrm=iso&tlng=es) Acesso em: mai. 2019.

MILANESI, Luís. *A Casa da Invenção*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 9-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: jul. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) Acesso em jul. 2017.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização na infância. *Cadernos CEDES*, local, v. 23, n. 59, p. 39-56, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003000100004&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: mai. 2019.

ROSA JÚNIOR, Ailton Fernandes. Pobres rurais e desflorestamento no interior fluminense na segunda metade do século XIX. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 168-186, 2013. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/173/157> Acesso em: abr. 2019.

SAVIANI, D. *et. al.* (org). *O legado educacional do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima. Alicerces da pátria: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo. Araraquara, 2006, 367f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Rosa%20Fatima%20de%20Souza%20-%20Texto.pdf> Acesso em: abr. 2019.

VICÁRIO, Fernando. Os novos modos de consumir cultura e as velhas políticas ministeriais: desencontros e transformações. In: CALABRE, Lia, (org.). *Políticas culturais: olhares e contextos*. São Paulo: Itaú Cultural, 2015. p. 22-31. Disponível em: [http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wpcontent/uploads/2015/05/PolíticasCulturais02\\_v07.pdf](http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wpcontent/uploads/2015/05/PolíticasCulturais02_v07.pdf). Acesso em: jul. 2017.

**APÊNDICE A – Tabela comparativa das ações propostas para os assuntos em comum tratados na I Conferência Municipal de Cultura de Cachoeiras de Macacu e na IV Conferência Municipal de Cultura de Cachoeiras de Macacu.**

	<b>I Conferência Municipal de Cultura (2009)</b>	<b>IV Conferência Municipal de Cultura (2018)</b>
<b>Editais de fomento à cultura</b>	- Propor a criação de editais públicos em âmbito municipal para fomento e financiamento de projetos culturais.	- Criação de editais municipais de fomento e incentivo financeiro à cultura, de modo que o montante financeiro seja enviado ao Fundo Municipal de Cultura, em diálogo com o Conselho, e utilizado para realização dos projetos.  - Destinação de 60% da receita real da Cultura para fomento de editais de apoio e premiação a serem realizados semestralmente nas áreas identificadas por estudos entre Conselho e Fundação Macatur.

<p><b>Criação, manutenção e desenvolvimento de espaços culturais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar novos espaços para as manifestações culturais existentes.</li> <li>- Potencializar as praças, bem como outros espaços públicos, como espaços que garantam o acesso ao direito à diversidade cultural, promovendo intercâmbios, através de políticas de incentivo.</li> <li>- Propor a construção e manutenção de museus.</li> <li>- Propor ações urgentes para garantir espaços públicos destinados a atividades culturais itinerantes (parques, circos e grupos de ciganos, entre outros) nos três distritos, urgentemente na sede do município, considerando a expansão urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetiva política de preservação dos equipamentos culturais independente da visão do gestor do momento.</li> <li>- Revitalização e manutenção da Travessa Nicomedes Arruda e dos espaços urbanos utilizados pelos coletivos culturais localizados no município, mediante solicitação dos grupos.</li> <li>- Criação de uma política de aquisição e manutenção de equipamentos para o Centro de Documentação Histórica.</li> <li>- Correção e reencaminhamento da Lei de Criação do Centro de Documentação Histórica pela Macatur à Câmara de Vereadores.</li> <li>- Criação do Museu Vivo do Território Sagrado de Boca do Mato.</li> </ul>
--	---	---

<p><b>Divulgação da produção cultural</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprimorar os mecanismos de divulgação da produção simbólica e diversidade cultural nos meios de comunicação existentes.</li> <li>- Incentivar e facilitar a criação de outras fontes de comunicação, como rádio e TV locais, bem como pontos informativos em locais de expressiva circulação de pessoas.</li> <li>- Promover a melhor divulgação dos eventos ocorridos com antecedência para que todos possam participar.</li> <li>- Inserir e divulgar o município e sua produção cultural nos circuitos regionais e Estado, promovendo a integração e valorização das culturas da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar uma estrutura de divulgação, como, por exemplo, novas mídias. Realizar de modo regular e contínuo, capilarizando a informação por todo o município.</li> <li>- Manter uma agenda cultural fixa e física.</li> </ul>
---	---	--

<p><b>Estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais</b></p>	<p>- Fomentar o mapeamento e construção do painel identitário das culturas do município.</p>	<p>- Realização de estudo aprofundado pela Macatur, junto ao Conselho, sobre a potencialidade das novas tecnologias, de modo que seja contratada uma empresa especializada no tema para levantamento dos indicativos culturais. A contratação desta ocorrerá após repetidos debates e diálogos entre Macatur e Conselho.</p>
<p><b>Capacitação dos agentes culturais</b></p>	<p>- Incentivar a profissionalização, inclusive técnica e acadêmica, no setor cultural, através de mecanismos que favoreçam o acesso ao mercado de trabalho por meio de sua qualificação, atreladas às propostas educacionais do município.</p> <p>- Propor Programa Municipal de Mobilização dos movimentos culturais para sua institucionalização, capacitação de artistas, gestores e produtores culturais.</p>	<p>- Incentivo à formação e capacitação profissional do agente cultural de Cachoeiras de Macacu. Assim como estudos, residências artísticas e capacitações aos grupos culturais de Cachoeiras de Macacu.</p>

<p><b>Preservação do patrimônio cultural e da memória</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor a preservação dos coretos existentes para que não fiquem abandonados e [não] sejam depredados.</li> <li>- Propor um Programa de Valorização e Resgate da Memória do município e todo o seu patrimônio material e imaterial.</li> <li>- Propor o tombamento de patrimônios culturais e naturais, através do Conselho Municipal de Políticas Culturais.</li> <li>- Preservar e fomentar o elenco das culturas e potencialidades locais, através da proteção da memória e dos patrimônios material, imaterial e ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração e aplicação de edital para projetos voltados ao Patrimônio Material, Imaterial e Memória, com valor e frequência equiparados aos de outros setoriais.</li> <li>- Cumprimento da Lei 1.920/2012, no que se refere à sistematização de tombamentos e registros de salvaguarda.</li> </ul>
---	--	---

<p style="text-align: center;"><b>Integração com a Secretaria de Educação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover ações que integrem ao currículo escolar das redes de ensino a história, as manifestações artístico-culturais e o potencial turístico local.</li> <li>- Inserir os arte-educadores nas discussões e planejamento das ações multiculturais, visando o redirecionamento de currículo escolar e outras adaptações metodológicas necessárias à efetivação das práticas de difusão cultural.</li> <li>- Propor, através dos temas transversais, capacitação de profissionais para a inserção de disciplinas específicas como história e culturas regionais e locais no curso [de] Formação de Professores.</li> <li>- Propor a alocação de agentes culturais, concursados, nas escolas municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria com a Secretaria Municipal de Educação para elaboração de material didático, cartográfico a partir de fontes do Centro de Documentação Histórica, com objetivo de observar as modificações urbanas do município ao longo do tempo.</li> <li>- Fomento à Educação Patrimonial com ênfase no patrimônio local.</li> </ul>
---	---	---

<p><b>Parcerias com outras instituições</b></p>	<p>- Fomentar parcerias com o setor privado e instituições afins para estabelecer processos de realização de eventos que sejam sustentáveis, privilegiando a transversalidade com os diferentes setores da sociedade e a valorização da cultura local, através de análise criteriosa dos projetos.</p>	<p>- Programa de sensibilização e estímulo junto ao empresariado local para estabelecer parcerias com agentes e iniciativas culturais.</p> <p>- Buscar estabelecer convênios e parcerias com instituições de relevância histórico-cultural na área de patrimônio material, imaterial e memória.</p>
---	--	---

**ANEXO A – Folhas 2/9 e 3/9 do projeto desenvolvido pela PMCM em 2019 para a reforma do edifício do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva**

